

TVR
N.º 414, DE 2021
(Do Poder Executivo)
MSC 361/2021
OF 660/2021

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.003, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Seabrense de Comunicação (ASCOM) para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Seabra, Estado da Bahia.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, portarias que renovam autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 2.987, de 12 de agosto de 2015 – Associação Comunitária Tapera Falando Mais Alto, no município de São José da Tapera – AL;
- 2 - Portaria nº 3.612, de 19 de agosto de 2015 – Associação Comunitária Pró Cidadania e Cultura de Paracuru, no município de Paracuru – CE;
- 3 - Portaria nº 6.217, de 1º de dezembro de 2015 – Associação Comunitária e Cultural de Caçu, no município de Caçu – GO;
- 4 - Portaria nº 758, de 10 de maio de 2016 – Instituto de Radiodifusão de Desenvolvimento Comunitário de Coreaú – IRC, no município de Coreaú – CE;
- 5 - Portaria nº 769, de 9 de maio de 2016 – Associação Comunitária de Ilhéus, no município de Ilhéus – BA;
- 6 - Portaria nº 773, de 9 de maio de 2016 – Associação Comunitária e Social de Água Branca, no município de Água Branca – AL;
- 7 - Portaria nº 1.003, de 9 de maio de 2016 – Associação Comunitária Seabrense de Comunicação (ASCOM), no município de Seabra – BA;
- 8 - Portaria nº 1.463, de 9 de maio de 2016 – Associação Comunitária de Itapirapuã, no município de Itapirapuã – GO;
- 9 - Portaria nº 1.885, de 7 de junho de 2017 – Associação de Amigos do Bairro Santa Tereza, no município de Juazeiro do Norte – CE;
- 10 - Portaria nº 1.904, de 7 de junho de 2017 – Associação Comunitária de Tremedal, no município de Tremedal – BA;
- 11 - Portaria nº 1.917, de 7 de junho de 2017 – Associação Comunitária Sambeneditense, no município de São Benedito – CE;
- 12 - Portaria nº 1.970, de 7 de junho de 2017 – Fundação PR. Valdo Martins Arruda, no município de Jaraguá – GO;
- 13 - Portaria nº 1.989, de 7 de junho de 2017 – Associação Comunitária dos Moradores Mini e Pequenos Produtores Rurais dos Povoados Baião, Malhadinha Poço Salgado e Campo Comprido – ACB, no município de Boca da Mata – AL;
- 14 - Portaria nº 2.625, de 7 de junho de 2017 – Associação Cultural Santa Edviges, no município de Fortaleza – CE;
- 15 - Portaria nº 3.188, de 28 de setembro de 2017 – Associação Comunitária Escola de Vida, no município de Beberibe – CE;
- 16 - Portaria nº 4.707, de 28 de setembro de 2017 – Associação Civil para o Desenvolvimento da Barbalha – ACDB, no município de Barbalha – CE;

- 17 - Portaria nº 5.231, de 28 de setembro de 2017 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Nhamundá, no município de Nhamundá – AM;
- 18 - Portaria nº 5.711, de 7 de junho de 2017 – Associação Comunitária de Apoio ao Esporte e à Cultura de Cedro-CE, no município de Cedro – CE;
- 19 - Portaria nº 801, de 14 de março de 2018 – Associação Beneficente e Cultural Comunitária Nossa Gente, no município de Maracás – BA;
- 20 - Portaria nº 2.504, de 17 de maio de 2018 – Associação Comunitária de Itagibá, no município de Itagibá – BA;
- 21 - Portaria nº 6.631, de 27 de dezembro de 2018 – Associação Comunitária de Granja, no município de Granja – CE;
- 22 - Portaria nº 4.766, de 17 de setembro de 2019 – Associação e Movimento Comunitário de Jataúba, no município de Jataúba – PE;
- 23 - Portaria nº 4.862, de 19 de setembro de 2019 – Associação de Moradores Águas Cantantes de Ivaté, no município de Ivaté – PR;
- 24 - Portaria nº 4.865, de 19 de setembro de 2019 – Associação Comunitária de Martinópolis, no município de Martinópolis – SP;
- 25 - Portaria nº 4.869, de 19 de setembro de 2019 – Associação de Difusão Comunitária Guarani, no município de Caetés – PE;
- 26 - Portaria nº 4.876, de 19 de setembro de 2019 – Associação de Integração São Manuel, no município de São Manuel – SP;
- 27 - Portaria nº 4.878, de 19 de setembro de 2019 – Sociedade Amiga Pró Deficientes Carentes, no município de Ribeirão Preto – SP;
- 28 - Portaria nº 4.883, de 19 de setembro de 2019 – Associação a Serviço da Vida e da Verdade, no município de Taciba – SP;
- 29 - Portaria nº 5.136, de 30 de setembro de 2019 – Associação Alvarenguense Cultural Comunitária de Radiodifusão, no município de Alvarenga – MG; e
- 30 - Portaria nº 128, de 24 de julho de 2020 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Eirunepé, no município de Eirunepé – AM.

Brasília, 27 de julho de 2021.

Brasília, 26 de Setembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.056621/2011-75, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Seabrense de Comunicação (ASCOM), inscrita no CNPJ nº 02.448.633/0001-92, explore pelo prazo de dez anos a partir de 26 de outubro de 2011, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Seabra, estado da Bahia, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 181/2016/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC nº 1003/2016 de 09 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 03 de junho de 2016.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes

PORTARIA Nº 1003/2016/SEI-MC

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.056621/2011-75 e nº 53640.001254/98, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de outubro de 2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SEABRENSE DE COMUNICAÇÃO (ASCOM), para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de SEABRA/BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRE FIGUEIREDO

Ministro de Estado da Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA, Ministro de Estado das Comunicações**, em 09/05/2016, às 09:32, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1019090** e o código CRC **687E94CF**.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 660/2021/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro-Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional os atos que renovam as autorizações outorgadas para executar, sem direito de exclusividade, serviços da radiodifusão comunitária, constantes das Portarias nºs 2.987, 3.612 e 6.217, de 2015; 758, 769, 773, 1.003 e 1.463, de 2016; 1.885, 1.904, 1.917, 1.970, 1.989, 2.625, 3.188, 4.707, 5.231 e 5.711, de 2017; 801, 2.504 e 6.631, de 2018; 4.766, 4.862, 4.865, 4.869, 4.876, 4.878, 4.883 e 5.136, de 2019; e 128, de 2020.

Atenciosamente,

ONYX LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53000.015189/2014-13

SEI nº 2756995

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 35396/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.056621/2011-75.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 26/09/2019, às 20:02 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4674403** e o código CRC **66AEAF0F**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

S 12° 24' 45"
W 41° 46' 19"

DESPACHO

Assunto: **Renovação**

Protocolo de Outorga nº: 53640.001254/98

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 056621/2011-75

SEAPA/SCE

08/11/2011-15:14

1. Frente à publicação da Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicada no DOU de 18/10/2011 que aprovou a Norma nº 1/2011, item 20, e visto que o ato de outorga da **Associação Comunitária Seabrense de Comunicação**, na localidade de **Seabra / BA**, tem validade até 26/10/2011, opino no sentido de que seja providenciada a abertura do competente processo administrativo referente à Renovação de Outorga.

Brasília, 08 de novembro de 2011.


BRUNA PACHECO GONÇALVES DE MEDEIROS
Agente Administrativo

Bruna Pacheco Gonçalves de Medeiros
Siape n.º 1786956
Agente Administrativo

02.448.63310001-52



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília – DF
(61) 3311-6177

Ofício nº 6831 /2011/CGRC/DEOC/SCE-MC

Brasília, 14 de novembro de 2011.

À Senhora

AGHATA MARIA MARQUES DE OLIVEIRA

Representante Legal da Associação Comunitária Seabrense de Comunicação

Rua Simpliciano Lima, nº 876

46900-000 Seabra – BA

**Assunto: Renovação de Outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária/
Processo nº. 53000.056621/2011-75.**

Senhora Representante Legal,

1. De acordo com a Lei 9.612/1998, art. 6º, alteração pela Lei 10.597/2002 a outorga para prestação do Serviço de Radiodifusão Comunitária tem validade de 10 (dez) anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas disposições vigentes.

2. Visto que o ato de outorga da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SEABRENSE DE COMUNICAÇÃO** tem validade até 26/10/2011, e tendo em vista a publicação da Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicada no DOU de 18/10/2011 que aprovou a Norma nº 1/2011, comunicamos que a Entidade poderá encaminhar caso deseje pleitear a renovação de sua outorga. Requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 da Norma nº 1/2011, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, acompanhado, obrigatoriamente, dos seguintes documentos:

I. Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

II. Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

III. Cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

IV. Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto conforme itens 8.2 e 8.3;

V. Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no livro "A" do Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

VI. Declaração constante do Anexo 14 desta Norma, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que a emissora:

- a) não veicula nenhuma publicidade, veiculando apenas mensagens de apoio cultural;
- b) reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963;
- c) cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como estímulo à produção independente, nos moldes do art. 221, da Constituição Federal;

VII. Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, indicando as pessoas responsáveis pela gestão das atividades, pela área editorial e pela direção da programação, atestando a nacionalidade dessas pessoas e juntando os respectivos documentos de comprovação;

VIII. Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 desta Norma, sobre a programação veiculada pela emissora;

IX. Relação contendo o nome de todos os associados pessoas físicas, com o número de documento de identidade e órgão expedidor e endereço de residência ou domicílio, bem como de todos os associados pessoas jurídicas, com o número do CNPJ e endereço da sede;

X. Laudo de ensaio do(s) transmissor(es), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1;

Obs. A entidade poderá, opcionalmente, enviar Laudo de Vistoria Técnica, elaborado por profissional habilitado (Anexo 13), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1, com vistas à renovação da outorga. Se a entidade não apresentar o laudo de vistoria descrito no item 20.3.1 no prazo para interposição do pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações solicitará a Anatel realização de vistoria para o respectivo fim.

3. Quanto ao subitem 20.3, alínea k, comunicamos que oportunamente o Ministério das Comunicações indicará o valor relativo às despesas decorrentes do ato de renovação, conforme estabelecido no art. 37 do Decreto nº 2615/1998.

4. De acordo com a Norma nº 1/2011, esclarecemos que:

- I. A outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária tem validade de 10 anos e poderá ser renovada por igual período, desde que obedecidas as exigências desta Norma e demais disposições legais vigentes.
- II. As entidades que cumprirem o disposto nos subitens 20.2 e 20.2.1 poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

- III. A alteração do local de instalação da estação que esteja operando em caráter precário somente poderá ocorrer após a aprovação do ato de renovação da outorga pelo Congresso Nacional e publicação de Decreto Legislativo correspondente.
- IV. Os documentos devem ser apresentados no original ou em cópia autenticada e encaminhados via postal ou apresentados diretamente no protocolo central do Ministério das Comunicações.
- V. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

5. Comunicamos que a Norma nº 1/2011 e os modelos padronizados estão disponíveis no endereço eletrônico: www.mc.gov.br.

6. Será facultado, a essa entidade, nos termos do item 20.2.1 da Norma nº 1/2011, prazo de 3 (três) meses contados da publicação da referida Norma, apresentar os itens solicitados, sob pena de indeferimento do pedido de renovação de outorga e extinção da correspondente autorização.

Atenciosamente,



OCTAVIO PENNA PIERANTI
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

56621/11

3



**REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações,

A Associação Comunitária Seabrense de Comunicação, inscrita no CNPJ sob o nº 02.448.633/0001-92, com sede na Rua Simpliciano Lima, 876, na cidade de Seabra, Estado da Bahia, CEP 46900-000, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 98 datada de 22 de Março de 2000 e Decreto Legislativo nº 91 publicado no Diário Oficial da União datado de 09 de Janeiro de 2012, vem respeitosamente à presença de V. Exa. requerer a renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como, apresentar a documentação de que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011 aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

ATO Nº 34.305, DE 7 DE MARÇO DE 2003

Processo nº 53500.004914/01. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SEABRENSE DE COMUNICAÇÃO - RadCom - Seabra/BA. Canal 285. Autoriza o Uso de Radiofrequência.

Processo de autorização nº 53640.001254/98

Nº da Entidade 50011367415

Nº da Estação 631399470

Seabra-Ba, 10 de Janeiro de 2012.

Marlon Ramos Leite
02.448.633/0001-92
Assoc. Comun. Seabrense
Associação
Rua Simpliciano Lima, 876
Bairro Tamburil CEP 46900-000
Seabra-Bahia

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 003608/2012-02

SEAPA/SCE

28/01/2012-09:01

Nome do representante da entidade: Marlon Ramos Leite

CPF: 598.115.105-63

1

Sedco



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEABRA

C. N. P. J. Nº 13.922.604/0001-37

078
Sociedade de Comunicação
Filial de Seabra
Sociedade de Comunicação

Lei nº 283 / 05

De 22 de dezembro de 2005.

“Dispõe sobre a Declaração de Utilidade Pública da Associação Comunitária – ASCOM e dá outras providências”.

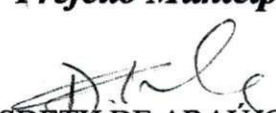
O PREFEITO MUNICIPAL DE SEABRA, ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Prefeito Municipal de Seabra autorizado a declarar de Utilidade Pública Municipal a Associação Comunitária Seabrense de Comunicação – ASCOM, inscrita no CNPJ sob o nº 02.448.633/0001-92, sediada na Rua Simpliciano Lima, nesta cidade, entidade sem fins lucrativos, regida pelo seu estatuto e pela legislação específica, tendo como finalidade a exploração e instalação de servido de radiodifusão sonora licenciada, para funcionamento pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

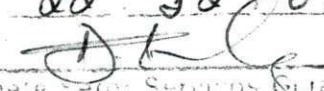
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 22 de dezembro de 2005.


DÁVIO PINA LEITE
Prefeito Municipal


DEUSDETH DE ARAÚJO TELES
Sec. Mun. de Adm. Geral

PREFEITURA MUNICIPAL DE
SEABRA BAHIA

PUBLICADO

22 12 05

Chefe de Serviço Geral
Sec. Administração Geral
Dec. 025/04
Cid. Servidor

Rua Horácio de Matos, 128 – 1º andar – CEP 46.900 – 000 / Seabra-Ba
Fone: (75) 3331-2707 – Fax: (75) 3331-2246 – E-mail: prefeitura@seabra.ba.gov.br

DECLARAÇÃO ASSINADA PELO REPRESENTANTE LEGAL DA ENTIDADE

Eu, Marlon Ramos Leite, na qualidade de representante legal da Associação Comunitária seabrense de Comunicação, declaro para os devidos fins que:

- o endereço completo da sede da entidade é no (a) Rua Simpliciano Lima, 876, Tamboril-Seabra-Ba, cujas coordenadas geográficas, na padronização GPS- WGS 84, são: _____° S 12S244500 de latitude e _____° W 41W461900 de longitude;
- todos os dirigentes da entidade residem na área de execução do serviço.
- a entidade não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados;
- o nome fantasia da entidade ou da emissora, se este for utilizado, será **SEABRA FM**;
- o endereço proposto para instalação do sistema irradiante é na(o) Rua Simpliciano Lima, 876, Tamboril-seabra-Ba, cujas coordenadas geográficas, na padronização GPS- WGS 84, são: _____° S 12S244500 de latitude e _____° W 41W461900 de longitude;
- a entidade apresentará Projeto Técnico de acordo com as disposições da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, e com os dados indicados em seu requerimento, caso lhe seja solicitado;
- a entidade requerente e seus dirigentes não possuem qualquer vínculo de subordinação ou outro que sujeite a entidade à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou a orientação de qualquer outra entidade, seja de ordem financeira, religiosa, familiar, político-partidária ou comercial, em respeito ao disposto no art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 fevereiro de 1998; e
- a entidade requerente, se contemplada com uma outorga, não veiculará publicidade comercial, podendo veicular apenas apoio cultural nos termos da regulamentação.

Seabra-Ba, 10 de Janeiro de 2012.


assinatura do representante da entidade

02.448.633/0001-927
Ass. Com. de Comunicação
Rua Simpliciano Lima, 876
Bairro Tamboril CEP 46900-000
Seabra-Bahia

Endereço para correspondência :Rua Simpliciano Lima,876, Tamboril, na cidade de Seabra

Estado da Bahia, CEP 46900-000

Telefone para contato: OXX-75 33311429

Correio eletrônico (e-mail): seabrafm104@hotmail.com



DECLARAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA

Eu, Marlon Ramos, na qualidade de representante legal da Associação comunitária Seabrense de Comunicação, declaro para os devidos fins que:

- a emissora não veicula nenhuma publicidade, ficando ressalvados os casos de apoio cultural;
- a emissora reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, 3, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963; e
- a emissora cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal.

Seabra-Ba 10 de Janeiro de 2012.

Marlon Ramos
02.448 633/0001-92
Ass. Comun Seabrense
de Comunicação
Marlon Ramos Lima, 070
Rua Simpliciano
Bairro Tamburil CEP 46.900-870
Seabra-Bahia



Associação Comunitária Seabrense de Comunicação
Rua Simpliciano Lima, 876, Tamboril -Seabra-Ba
CNPJ- 02.448.633/0001-92
Telefone-(75)3331 1429



Declaração

Ofício-115/2012

Eu, Marlon Ramos Leite, portador do RG 04369579 SSP-BA , na qualidade de representante legal da Associação Comunitária Seabrense de Comunicação , inscrita no CNPJ 02 448 633 0001 92, venho através deste solicitar vistoria da ANATEL, para renovação da Outorga.

Seabra-Ba, 10 de Janeiro de 2012

Marlon Ramos Leite
Presidente

02.448 633/0001-92
Ass. Comun Seabrense
de Comunicação
Rua Simpliciano Lima, 876
Bairro Tamboril CEP 46 900-876
Seabra-Bahia



Associação Comunitária Seabrense de Comunicação
Rua Simpliciano Lima, 876, Tamboril - Seabra-Ba
CNPJ- 02.448.633/0001-92
Telefone-(75)3331 1429



Declaração de conformidade

Ofício – 101/2012

Eu, Marlon Ramos Leite, portador do RG 04369579 SSP-BA, na qualidade de representante legal da Associação Comunitária Seabrense de Comunicação, inscrita no CNPJ 02 448 633 0001 92, declaro para os devidos fins que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

Seabra-Ba, 10 de Janeiro de 2012

02.448 633/0001-92
Ass. Comun Seabrense
de Comunicação
Rua Simpliciano Lima, 876
Bairro Tamboril, CEP 45.000-970
Seabra-Bahia





Associação Comunitária Seabrense de Comunicação
Rua Simpliciano Lima, 876, Tamboril - Seabra-Ba
CNPJ- 02.448.633/0001-92
Telefone-(75)3331 1429

Declaração de Gestão de Atividades

Ofício-102/2012

Eu, Marlon Ramos Leite, portador do RG 04369579 SSP-BA , na qualidade de representante legal da Associação Comunitária Seabrense de Comunicação , inscrita no CNPJ 02 448 633 0001 92, declaro para os devidos fins que a Senhora Àghata Maria Marques de Oliveira, portadora do RG 115 90660 60 SSP-BA, é responsável pela gestão das atividades na área editorial e pela direção das programações desta emissora e tem sua nacionalidade Brasileira .

Seabra-Ba, 10 de Janeiro de 2012


Marlon Ramos Leite
Presidente
02.448.633/0001-92
Ass. Comun. Seabrense
de Comunicação
Rua Simpliciano Lima, 876
Bairro Tamboril CEP 46 900-970
Seabra-Bahia

**ANATEL**

Agência Nacional de Telecomunicações

BOM DIA

MARLON RAMOS LEITE

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

BOLETO » Nada Consta menu ajuda

**ANATEL**

Agência Nacional de Telecomunicações

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS
ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA SEABRENSE DE COMUNICACAO
CNPJ: 02.448.633/0001-92

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 09:42:05 do dia 10/01/2012 (hora e data de Brasília).

Válida até 09/02/2012.

Certidão expedida gratuitamente.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

Nº: 001534/2001

LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

FLS: 001/001

NOME/RAZÃO SOCIAL ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SEABRENSE DE COMUNICAÇÃO - CNPJ: 02.448.633/0001-92		Nº DA ENTIDADE 50011367415	
Nº DA ESTAÇÃO 631399470	SERVIÇO Radiodifusão Comunitária	NAT. SERV. *****	LATITUDE 12S244500
		LONGITUDE 41W461900	

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO RUA SIMPLICIANO LIMA S/N	DISTRITO *****
BAIRRO TAMBURIL	MUNICÍPIO SEABRA
	UF BA

CIDADE DA OUTORGA : Seabra/BA	Número Processo : 536400012541998
NOME FANTASIA : RÁDIO COMUNITÁRIA SEABRA FM - A NOSSA	
FREQÜÊNCIA : 104,9 MHz	CANAL : 285
HORÁRIO FUNCIONAMENTO : 06:00 a 24:00 - Dom. a Sáb.	RAIO DA ÁREA DE SERVIÇO : 1.00 KM
INDICATIVO DA ESTAÇÃO : ZYC383	PERP MÁXIMA : ***** W
ESTÚDIO	
ENDEREÇO : RUA SIMPLICIANO LIMA S/N TAMBURIL	LOCALIDADE : *****
MUNICÍPIO : Seabra	UF : BA
TRANSMISSOR PRINCIPAL : Teclar Equipamentos Eletrônicos Ltda.	MODELO : TEC113
CÓDIGO : 0717030345	POTÊNCIA : 25,000 W
TRANSMISSOR AUXILIAR : *****	MODELO : *****
CÓDIGO : *****	POTÊNCIA : ***** W
ANTENA	
FABRICANTE : MONTEL SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO LTDA	MODELO : MTDIP 100/1
GANHO : 0.00 dBd	POLARIZAÇÃO : Vertical
DESCRIÇÃO : DIPOLO	ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO : 30.0 m
COTA BASE DA TORRE : ***** m	

A EMISSORA DO RADCOM OPERARÁ SEM DIREITO A PROTEÇÃO CONTRA EVENTUAIS INTERFERÊNCIAS CAUSADAS POR ESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E DE RADIODIFUSÃO REGULARMENTE INSTALADAS.

IMPRESSA EM 13/06/2006

OBSERVAÇÕES

02.448.633/0001-92

Licenciada Em

19/06/2002

VÁLIDA ATÉ

26/10/2011

Helio Costa
Ministro das Comunicações

**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.448.633/0001-92 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 30/03/1998
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA SEABRENSE DE COMUNICACAO			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ASCOM			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R SIMPLICIANO LIMA	NÚMERO SN	COMPLEMENTO CAA	
CEP 46.900-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO SEABRA	UF BA
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **10/01/2012** às **09:57:39** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)

© Copyright Receita Federal do Brasil - 10/01/2012

*Artifico que consultei
o "site" da RFB e o
presente documento continua
válido e atual.*

*36.01.2014
Tácio Nunes - SIAPE 2067932*

Protocolo 5.545

LIVRO 1 Fis 104 v
28-07-10

18

01

12

MEI

(X) M^o Cristóvão
() M^o Regis
() M^o de L^o des de O. Soares - Escrevente

14
AUTENTICAÇÃO
RECONHECIMENTO
ESTADO DA BAHIA
PODER JUDICIÁRIO
N^o EL 849882
S^o de L^o des de O. Soares - Escrevente

trabalhos, Katia Sirlene dos Santos, por unanimidade, a resoluções no sentido de que todos os associados presentes, tivessem direito ao voto. Compareceram na assembleia Conselheiros, Associados, foram equipe de funcionárias e convidados. Os assuntos a serem deliberados, foram claramente expostos, como: Primeiro análise da atual diretoria em relação as atividades desenvolvidas propostas em última assembleia geral, segundo eleição dos Conselheiros fiscais, terceiro conselho comunitário, quarto prestação de contas e por último quinto a eleição da nova diretoria.

Para dar início as discussões, todos os integrantes da assembleia se apresentaram dando início ao primeiro item da pauta, e chegaram a seguinte conclusão, que a rádio comunitária, tem como papel, sendo elemento principal de informação, de inclusão social, ética, democracia e competência. Em relação ao item segundo ficou eleito o Conselho fiscal - Bismak Azeite Junior, RG-059091124, CPF 72508450715, Maria Claudete Alves Oliveira, RG-4369589, CPF-42021730568, Manoel Medeiros Ramos Leite, RG-74729955, CPF 026160415-53 e para suplentes Maria Souza Cruz, RG-1046379, CPF-27003785590, Agatha Maria Marques de Oliveira RG-1159066060, CPF-00595116578, Washiton Luiz Costa, RG-313840, CPF-20440337568, Terceiro para Conselho comunitário o senhor Julio Cupertino dos Santos, Marilene Menezes de Oliveira, Manoel Martins Alves, Joselia Morcillo de Oliveira, Augusto Chaves de Araújo em quarto foram eleitos todos livros contábeis, recibos de doações e de pagamentos efetuados para manutenção da rádio sendo analisado e aprovado por todos.

E por último quinto, associados foram aprovados por unanimidade de a chapa única elegendo a nova diretoria da ASCOM, com a seguinte composição: Presidente o senhor Manoel Ramos Leite, Brasileiro, maior, Solteiro, CPF-59811510563, Manoel Ramos Leite, RG-0465818986, CPF-441042185-68 Brasileiro, maior, Solteiro CPF-441042185-68, RG-0465818986, residente na rua Manoel Teixeira Leite S/N, Secretária, Katia Sirlene dos Santos RG-083519081-0 CPF-91181917549.

Comparecimento dos Associados e interesse a reunião, de qual em. Katia Sirlene dos Santos lançou a presente ata que foi assinada, pela Presidente, Membros da Diretoria e os associados que o desejarem. Seabra, vinte e sete do mês de Setembro do ano de dois mil e sete. Aquarta na parquiza de Oliveira Katia Sirlene dos Santos, Genesio Sebastião Marques de Oliveira, Portuário Luiz Costa, Ofício 2º Sº M. Katia Maria Costa Santos, Maria Claudete plus de Oliveira, Maria José Alves Maria Inês da Silva, Maria Santana Maria Sousa da Cruz, Adilson Silva de Abreu - Irmão U. dos Santos, Gilvan Henrique de Aguiar



Protocolo Nº 5.036

Livro 1 Fls 75

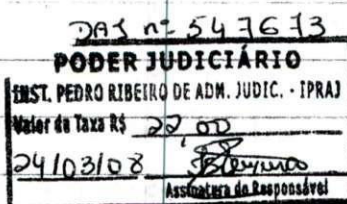
CARTÓRIO DO REGISTRO
CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

Averbado sob nº 275

Livro A 03 fls. 84 verso

Seabra, 24 de março de 2008

Márcia de Miranda Senna - Oficial Designada
Márcia da Silva Teixeira - Suboficial Designada



Ata de nº 16 da Assembleia Geral Extraordinária da Associação Comunitária Seabrente de Comunicação - ASCOM, As dez horas do dia 27 de Setembro de dois mil e sete, Sede da radio FM, na Cidade de Seabra, Estado da Bahia, Conforme o edital de convocação realizou-se a assembleia Geral desta associação, ASCOM.

Dando início aos trabalhos, ficou aprovado a seguinte composição da mesa para conduzir a assembleia Geral: Como presidente, Aquata Maria Marques de Oliveira e para Secretária do

Atas
Comunidade
2010

Brasília, maior, salteira residente na Rua José Antônio Pinto Nº 52
bairro Boa Vista; Tesoureiro Guilherme Martins de Andrade RA-
1461933420 CPF 04054760511 Brasília Casada residente na rua
José Duval Teixeira, 28 Boa Vista; Diretor de patrimônio Cátia
Maria Costa Sá Teles, RA-3578703, CPF 38465345520, Brasília
maior, salteira residente na rua Luiz Acosta, Diretor musical
Ricard Wilson Medeiros Ramos, RA-4169597.68 CPF 5698662
295-91, residente na rua Paulo Seto s/n,

Todos itens, foram aprovados por unanimidade, escolhida a
Diretoria, o presidente eleito o senhor Nelson Ramos Leite, agnada
o empenho e a presença dos associados, prometendo uma nova
estrutura de coordenação e projetos para a rádio Comunitária
Seabra FM.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia
pelo presidente dos trabalhos, que após lida e aprovada vai
por todos assinada. Seabra, Bahia, Vinte de Setembro de
dois mil e nove. Kátia Guilher de Santos, Cláudio Pê/Net
Maria Claudete plus de Olun. Sebastião Marques Oliveira
Guilherme Martins de Andrade, Agnata no mangue de Oliveira
Maria Nivalmeide de macêdo Santa Tama Washington
Luiz Costa, Rosa Margarida das Anjos Costa, Geome Te
riana de Aquino Romeros. Gilvan Honorato de Aguiar
Mary Souza de Aguiar, Andréa Sousa Gonçalves, Trina de
Seabra, Nelson Ramos Leite, Cláudio



TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS
SEABRA - BAHIA
AUTENTICA E VERDADEIRA
com meu sinal publico
de verdade
Em Test. 28/07/10
Seabra (BA), 28/07/10
() M^{te} Cristina S. Lobo - Tabelante
(X) M^{te} Regina Q. de Souza Santos - Subtabelante
() M^{te} Claudete Alves de Oliveira - Escrevente
() M^{te} de Lurdes de O. Soares - Escrevente

DAJ Nº 513013-601
PODER JUDICIÁRIO
Trib. de Justiça do Estado da Bahia
Valor do Taxa R\$ 26,30
28/07/10
Ass. de Responsável

Protocolo Nº 5.545

Livro 1 Fls 104v.

CARTÓRIO DO REGISTRO
CIVIL DAS COAS JURÍDICAS
Avenida ... 275
Livro A - 16

28 de julho 2010

Martina de ...
TABELIONATO DE NOTAS

SEABRA - BAHIA
COFERE CCM O ORIGINAL

18/01/12 MCH



REGISTRADO

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SEABRENSE DE COMUNICAÇÃO – ASCOM



DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETIVO E DURAÇÃO

ARTIGO 1. Sob a denominação de ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SEABRENSE DE COMUNICAÇÃO - ASCOM, fica constituída uma associação comunitária, sem fins lucrativos, que se regerá pelo presente estatuto e pela legislação específica.

ARTIGO 2. A sede da associação será à rua Simpliciano Lima, S/Nº, na cidade de Seabra, Estado da Bahia.

ARTIGO 3. A associação terá como finalidade a exploração e instalação de serviço de radiodifusão sonora, com finalidade de dar oportunidade à difusão de idéias, cultura, tradições, hábitos sociais da comunidade, formação, integração e organização comunitária nos aspectos de lazer, cultura e convívio social, prestar serviços de utilidade pública. Contribuir para o aperfeiçoamento profissional, permitir a capacitação dos cidadão no exercício do direito de expressão, respeitos aos valores éticos e sociais da pessoa e da família de Seabra, mediante concessão, permissão ou autorização que lhe forem outorgadas por ato do poder público competente para a execução dos serviços de Radiodifusão comunitária e está sujeita ao cumprimento da legislação específica, que rege o funcionamento das Rádios Comunitárias no País.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Receberá o nome de **Rádio Comunitária Seabra FM**.

PARÁGRAFO SEGUNDO. A Associação não poderá estabelecer ou manter vínculos que a subordine ou sujeite à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Não poderá a Associação transferir, a qualquer título a autorização de Radiodifusão, bem como a cessão ou arrendamento da emissora.

TABELIONATO DE NOTAS
SEABRA - BAHIA

COFEE COM O ORIGINAL

18

01

12/04/16

() Mª Cristina
() Mª Regina
() Mª Claude



DOS SÓCIOS

ARTIGO 4. São considerados sócios todos aqueles que, sem impedimentos legais, forem residentes na área de atuação da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SEABRENSE DE COMUNICAÇÃO - ASCOM, seja pessoa física ou entidade de classe, beneméritas, religiosas, ou de moradores desde que legalmente instituídas e que sejam aprovados pela Diretoria, e, que mantenham fiel obediência a este estatuto e deliberações da sociedade.

ARTIGO 5. Ficam criadas duas categorias de sócios, a saber:

1. Sócios Contribuintes: São considerados sócios contribuintes quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que contribuam mensalmente com qualquer importância por ele designada.
2. Sócios Beneméritos: Quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que tenham prestado relevantes serviços à Associação Comunitária Seabrense de Comunicação - ASCOM e à coletividade.

ARTIGO 6. Terão direito a voto nas assembleias as duas categorias de sócios: beneméritos e contribuintes, estes últimos desde que em dia com sua contribuição, poderão votar por procuração passada individual ou coletivamente a um dos demais sócios com direito a voto.

PARÁGRAFO ÚNICO: Somente terão direito a voto nas assembleias os brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

ARTIGO 7. Os membros da sociedade não respondem pecuniariamente pelas obrigações sociais.

DA DIRETORIA

ARTIGO 8. A Associação será dirigida por Diretoria Executiva eleita em assembleia geral, para um período de dois (02) anos, podendo ser reeleita.

TABELIONATO DE NOTAS
SEABRE - RJ

COPIAR COM O ORIGINAL

18 / 01 / 12

AUTENTICAÇÃO
RECONHECIMENTO
ESTADO DA BAHIA
PODERE JUDICIÁRIO

(X) M^{re} Cristiane de Almeida Silva
() M^{re} Regiane de Almeida Silva
() M^{re} Claudete de Almeida Silva

Associação Comunitária Seabrense de Comunicação

PARÁGRAFO ÚNICO: Os membros da diretoria deverão manter domicílio ou residência na área da comunidade atendida pela Associação Comunitária Seabrense de Comunicação.

ARTIGO 9. Os membros da diretoria deverão ser brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

PARÁGRAFO ÚNICO: É vedado participar da administração membros que ocupem cargos eletivo, que assegure imunidade parlamentar ou foro especial.

ARTIGO 10. A Diretoria será composta dos seguintes cargos diretores:

1. Presidente
2. Vice-Presidente
3. Secretário
4. Tesoureiro
5. Diretor de Patrimônio



ARTIGO 11. Compete à Diretoria Executiva:

- I. Cumprir e fazer cumprir as disposições estatutárias e as deliberações da Assembléia Geral e Conselho Fiscal;
- II. Elaborar e apresentar anualmente à Assembléia Geral e Conselho Fiscal até trinta (30) de março, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço patrimonial e a prestação de contas do exercício findo;
- III. Orientar toda a administração da Associação;
- IV. Apresentar ao Conselho Comunitário toda e qualquer programação para acompanhar, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e das finalidades estabelecidos no artigo 3;
- V. Compete à diretoria compor o quadro pessoal da Rádio ao menos de dois terços (2/3) de trabalhadores brasileiros.

TABELIONATO DE NOTAS
SEABRA - BAHIA
COFERE COM O ORIGINAL

18/01/12 JML
AUTENTICAÇÃO
M^{te} Cristina S. Lobo - Tabelião
M^{te} Fátima S. Lobo - Tabelião
M^{te} Cláudio J. Alves - Tabelião
M^{te} Lúcia S. Soares - Tabelião

ARTIGO 12.

Serão atribuições do presidente:

- I. Os poderes de administração em geral, salvo os que neste estatuto são conferidos à Assembléia Geral e Conselho Fiscal, necessários ao desenvolvimento de suas atividades na Associação;
- II. Representar ativa e passivamente a Associação judicial e extrajudicialmente, podendo para tal fim designar procurador;
- III. Em conjunto com o tesoureiro, abrir, movimentar, e encerrar contas bancárias, assinar convênios, contrair obrigações, empréstimos e transigir desde que emitido parecer antecipado pelo Conselho Fiscal;
- IV. Tomar medidas urgentes em defesa dos interesses da Associação.

ARTIGO 13.

São atribuições do vice-presidente:

- I. Substituir o presidente em suas faltas ou impedimentos;
- II. Desempenhar as funções que o presidente lhe confiar;

PARÁGRAFO ÚNICO: Ocorrendo a vacância do cargo de presidente, o vice-presidente assumirá o cargo de presidente e nele permanecerá até o restante do prazo para o qual foi eleito o membro substituído.

ARTIGO 14.

São atribuições do secretário:

- I. Secretariar as reuniões da Diretoria e Assembléia Geral e redigir as competentes atas;
- II. Publicar todas as atividades da Associação;
- III. Assinar correspondência da Associação;
- IV. Superintender os serviços da secretaria;
- V. Exercer no sentido de relações públicas da Associação.



TABELIONATO DE NOTAS
SEABRA - BAHIA
COFRE COM O ORIGINAL

18/01/2011
AUTENTICAÇÃO
Cristina S. Lobo - Subtabeliã
Recebi a autenticação
M. Nogueira - Proponente
M. Nogueira - Escrevente

ARTIGO 15.

São atribuições do tesoureiro:

- I. Arrecadar e guardar sob sua responsabilidade todos os valores e pertences da Associação;
- II. Cobrar e receber contribuições, donativos ou rendas devidas à Associação;
- III. Pagar todas as despesas, contas, obrigações, assinando com o presidente os cheques e ordens de pagamento;
- IV. Manter em ordem, clareza e atualização a escritura contábil

PARÁGRAFO ÚNICO:

O tesoureiro será substituído em suas faltas ou impedimentos pelo vice-presidente.

ARTIGO 16.

São atribuições do diretor de patrimônio:

- I. Manter em ordem e atualizado o patrimônio móvel e imóvel da associação;
- II. Elaborar e apresentar o relatório patrimonial à Assembléia Geral e Conselho Fiscal.

ARTIGO 17.

Nenhum membro da Diretoria será remunerado, para o desempenho das suas funções e respectivas atribuições.

CONSELHO FISCAL

ARTIGO 18.

O Conselho Fiscal compor-se-á de três (03) membros efetivos, cada um dos quais com um suplente, eleitos a cada dois anos pela Assembléia Geral da Associação, podendo ser reeleitos.

ARTIGO 19.

O Conselho Fiscal tem suas atribuições e os poderes que são conferidos por lei.



TABELIONATO DE NOTAS
SEABRA - BAHIA
COFRE COM

18 / 01 11200

(X) M^a Cristina S. L. A. AUTENTICAÇÃO/RECONHECIMENTO
() M^a Regina C. de Souza Costa
() M^a Claudete A. V. N.º EL 668876
() M^a de L. J. de S. A. B. Soares

Associação de Moradores
Seabra - BA
19/03/2011
SSC

ARTIGO 20. Os membros do Conselho Fiscal desempenharão suas funções e atribuições sem remuneração.

ASSEMBLÉIA GERAL

ARTIGO 21. As assembleias gerais serão ordinárias com reunião no dia trinta (30) de março (03) de cada ano, para eleger a Diretoria, quando for o caso, aprovar as suas contas, eleger os membros do Conselho Fiscal e Conselho Comunitário.

ARTIGO 22. As assembleias gerais serão extraordinárias sempre que os interesses da Associação exigirem o pronunciamento dos sócios e para os fins previstos por lei e nos seguintes casos: reforma dos estatutos; eleição de nova diretoria; por renúncia de membros em exercício.

ARTIGO 23. As assembleias gerais serão dirigidas pelo Diretor Presidente da Associação que convidará um ou dois sócios presentes para servir de secretário, na composição da mesa que dirigirá os trabalhos da assembleia.

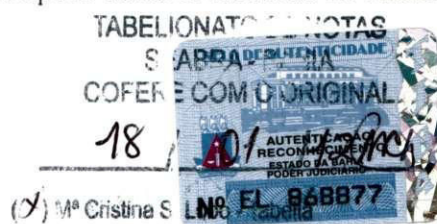
CONSELHO COMUNITÁRIO

ARTIGO 24. O Conselho Comunitário será instituído de no mínimo cinco (05) pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classes, beneméritas, religiosas, ou de moradores, desde que legalmente instituídas.

ARTIGO 25. O Conselho Comunitário terá o fim específico de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e aos princípios da lei que rege a matéria.

PATRIMÔNIO

ARTIGO 26. O patrimônio social será constituído das contribuições dos seus sócios, doações, subvenções, legados e do apoio cultural recebido na Rádio Comunitária Seabra FM.



ARTIGO 27. A alienação, hipoteca, penhor, ou venda ou troca dos bens patrimoniais da Associação somente poderá ser decidida por aprovação da maioria absoluta da assembleia geral extraordinária, convocada especificamente para esse fim.

EXERCÍCIO SOCIAL

ARTIGO 28. O exercício social terá a duração de um ano, terminando em 31 de dezembro de cada ano.

ARTIGO 29. No fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração contábil da Associação, um balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício e uma demonstração das origens e aplicações de recursos.

LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 30. A Associação poderá ser extinta por deliberação da maioria dos associados, em qualquer tempo, desde que seja convocada uma assembleia geral extraordinária para tal fim.

ARTIGO 31. A Associação também poderá ser extinta por determinação legal.

ARTIGO 32. No caso de extinção, competirá à assembleia geral extraordinária estabelecer o modo de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que devam funcionar durante o período de liquidação.

ARTIGO 33. Extinta a sociedade, competirá à assembleia geral extraordinária designar a que entidade, instituição ou Associação serão doados seus bens.

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

ARTIGO 34. O estatuto desta Associação poderá receber alterações, desde que mantidos os termos e condições inicialmente exigidos para outorga da autorização devendo apresentar ao



TABELIONATO DE NOTAS
SEABRA-BA-IA

COFER. COM O ORIGINAL

18 / 01 / 2011

(X) M^{re} Cristina S. Lemos - Tabelião
() M^{re} Regina C. de Souza - Tabelião
() M^{re} Claudete A. Alves de Oliveira - Escrivã
() M^{re} de Lr. Des. de O. Soares - Escrivão

23
poder concedente, para fins de registro e controle, os atos que caracterizam as alterações devidamente averbados ou registrados dentro de trinta (30) dias contados de sua efetivação.

ARTIGO 35. Os casos omissos serão analisados pela Diretoria Executiva e encaminhados à Assembléia Geral para apreciação.

ARTIGO 36. Fica eleito o foro da Comarca de Seabra, Estado da Bahia, para qualquer ação fundada neste estatuto.

ARTIGO 37. O presente estatuto entra em vigor a partir da data de seu registro.

Seabra-Ba, 18 de março de 1998

Zenildo Saldanha Paiva
ZENILDO SALDANHA PAIVA

PRESIDENTE

PODER JUDICIÁRIO
INST PEDRO RIBEIRO DE ADR JUD - IPR
Valor da Taxa Cr\$
Assinatura do Responsável

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Prot. n.º 1331 Fls. 286
Inscrito no Livro 1 da 1ª Seção Jurídica
As Fls. 215
Seabra, 30 de março de 19 98
A Oficial de Registro Civil das Pessoas Jurídicas
Maria de Lourdes de Luna Freire Alves

TABELIONATO DE NOTAS
SEABRA - BAHIA
COFERE COM O ORIGINAL

18 / 01 / 1998

SELO DE AUTENTICIDADE

Mª Cristina	S. Lobo - Tabella
Mª Regina	S. Souza Santos - Suely
Mª Claudir	es de O. Secretária
Mª de Lir	

Nº EL 868879



Associação Comunitária Seabrense de Comunicação
Rua Simpliciano Lima, 876, Tamboril - Seabra-Ba
CNPJ- 02.448.633/0001-92
Telefone-(75)3331 1429



PROGRAMAÇÃO E RELATÓRIO RÁDIO SEABRA FM

Seabra, Ba 10 de Janeiro de 2012

HORÁRIO: 06:00hs às 09:00hs

NOME DO PROGRAMA: Manhã Sertaneja

LOCUTOR: Eilton Barros

DESCRIÇÃO: Horóscopo, notícia, dicas para dona de casa, previsão do tempo, dicas para o trabalhador rural, entrevistas com agrônomos e veterinários (uma vez por semana), músicas sertanejas antigas e contemporâneas.

HORÁRIO: 09:00hs às 12:00hs

NOME DO PROGRAMA: Show da Manhã

LOCUTOR: Marlon Mariano

DESCRIÇÃO: notícias da região, dicas de saúde, Mensagens de otimismo, entrevistas com psicólogos, Médicos... (uma vez por semana), hora certa, meteorologia, entrevistas com artistas locais, apresentação do quadro solidariedade (apelo do dia), músicas contemporânea e regional.

HORÁRIO: 12:00hs às 15:00hs

NOME DO PROGRAMA: Jornal do Dia

LOCUTOR: Nilson Santos e Lisvelton souza

DESCRIÇÃO: Notícias do Brasil, da Região e do município, participação da comunidade ao vivo ou por telefone, atendendo reclamações, elogios sobre seus bairros e assuntos de interesse da comunidade, divulgação de artistas locais e suas músicas, entrevistas com autoridades ou representantes de associações, previsão do tempo, hora certa.

HORÁRIO: 15:00hs às 18:00hs

NOME DO PROGRAMA: Show da Tarde

LOCUTOR: Tauema Raia

DESCRIÇÃO: Notícias de hora em hora, lançamentos musicais, dicas de transito, agenda cultural, toca a musica do ouvinte, hora certa, mensagem de otimismo do fim do dia.

HORÁRIO: 18:00hs às 19:00hs

NOME DO PROGRAMA: Jornal da Tarde

LOCUTOR: Marlon Mariano

DESCRIÇÃO: Notícia Regional e entrevistas, notícias do esporte.

HORÁRIO: 19:00hs às 20:00hs

NOME DO PROGRAMA: A voz do Brasil

HORÁRIO: 20:00hs às 00:00hs

NOME DO PROGRAMA: Noite Total

LOCUTOR: Dalson Fontinelly

DESCRIÇÃO: Musicas Românticas, MPB, mensagens românticas, leituras de cartas de amor, atendendo pedidos musicais do ouvintes.

02.448.633/0001-92
Ass. Comun Seabrense
de Comunicação
Rua Simpliciano Lima, 876
Bairro Tamboril CEP 46 900-970
Seabra-Bahia



Associação Comunitária Seabrense de Comunicação
Rua Simpliciano Lima, 876, Tamboril - Seabra-Ba
CNPJ- 02.448.633/0001-92
Telefone-(75)3331 1429

RELATÓRIO COMUNITÁRIO

Nós do conselho comunitário, chegamos a conclusão que a programação da rádio SEABRA FM, é de excelente qualidade, pois leva a toda nossa comunidade as notícias do mundo e de nossa região, distração através de boas músicas, comunicação através de entrevistas que são de muito interesse a toda população, muito aprendizado com as dicas, formação de profissionais.

Seabra, Ba 10 de Janeiro de 2012


Conselho Comunitário
Ass. Comun. Seabrense
de Comunicação
Rua Simpliciano Lima, 876
Bairro Tamboril CEP 46 900-970
Seabra-Bahia
Marlon Ramos Leite
Presidente

DECLARAÇÃO DE FIEL CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Nós, na qualidade de dirigentes da Associação Comunitária Seabrense de Comunicação, declaramos, para os devidos fins, que nos comprometemos ao fiel cumprimento da Lei nº 9.612/98 de 19 de fevereiro de 1998, do Regulamento e das Normas estabelecidas para o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Seabra-Ba, 10 de Janeiro de 2012



Marlon Ramos Leite
Presidente
598.115.105-63



Orlando Alves Teixeira Leite
Vice-Presidente
441.042.195-68



Sueide Martins de Andrade
Tesoureira
040.547.605-11



Kátia Cirlene dos Santos
Secretária
911.819.175-49

Cátia Maria Costa
Diretor(a) de patrimônio
384.653.455-20



Endereço para correspondência :Rua Simpliciano Lima, 876, Tamboril, na cidade de Seabra, Estado da Bahia, CEP 46900-000,

Telefone para contato: 0XX-75 33311429;

Correio eletrônico (e-mail): seabrafm104@hotmail.com,

Associação Comunitária Seabrense de Comunicação



NOME: Ághata Maria Marques de Oliveira
RG: 1159066060 **ORGÃO EXPEDIDOR:** SSP-BA
CPF: 00593116577
ENDEREÇO: Rua Castro Alves, 170- Seabra -Ba

NOME: Jeane Farias de Aquino Ramos
RG: 081922850 **ORGÃO EXPEDIDOR:** SSP-BA
CPF: 8935256453
ENDEREÇO: Av. Paulo VI, 325-SEABRA-BA

NOME: Maria Nivaneide de Macêdo Santana
RG: 0685078876 **ORGÃO EXPEDIDOR:** SSP-ba
CPF: 00695792539
ENDEREÇO: Av Franklin de Queiroz-SEABRA-BA

NOME: Marlon Ramos Leite
RG: 0436957957 **ORGÃO EXPEDIDOR:** SSP-ba
CPF: 59811510563
ENDEREÇO: Rua Castro Alves, 170- Seabra -Ba

NOME: Washiton Luis Costa
RG: 3138840 **ORGÃO EXPEDIDOR:** SSP-BA
CPF: 20440537568
ENDEREÇO: Av Franklin de Queiroz, 852-SEABRA-BA

NOME: Sebastião Marques Oliveira
RG: 6520881 **ORGÃO EXPEDIDOR:** SSP-SP
CPF: 35946132891
ENDEREÇO: RUA TITO LUNA FREIRE,221-SEABRA-BA

NOME: Kátia Cirlene dos Santos
RG: 0839190310 **ORGÃO EXPEDIDOR:** SSP-BA
CPF: 91181917549
ENDEREÇO: RUA ANTONIO PINTO-BOA VISTA-SEABRA-BA

NOME: Orlando Alves Teixeira Leite
RG: 046.581.8986 **ORGÃO EXPEDIDOR:** SSP-BA
CPF: 44104219568
ENDEREÇO: TRAV. TITO LUNA FREIRE , 230-SEABRA-BA

NOME: Sérgio Leite Carneiro
RG: 1873585 **ORGÃO EXPEDIDOR:** SSP-BA
CPF: 19335270563
ENDEREÇO: Rua Manoel Fabricio, 91-seabra-ba

NOME: Andiaraz Azeredo Coutinho
RG: 148798594 **ORGÃO EXPEDIDOR:** SSP-ba
CPF: 108.394.455-04
ENDEREÇO: rua pio XII, 75 Seabra-ba

02.448.633/0001-92
Ass. Comun Seabrense
de Comunicação
Rua Simpliciano Lima, 876
Bairro Tamburil CEP 46.900-870
Seabra-Bahia

NOME: Ricard Nikson Medeiros Ramos
RG: 416959768
CPF: 56986629591
ENDEREÇO: rua Ana Nery, 35 Seabra-ba

ORGÃO EXPEDIDOR: SSP-ba



NOME: Marback Medeiros Ramos
RG: 7472995
CPF: 02616041553
ENDEREÇO: Rua Souto soares, 136 Seabra-ba

ORGÃO EXPEDIDOR: SSP-ba

NOME: Sueide Martins de Andrade
RG: 1461933420
CPF: 040.547.605-11
ENDEREÇO: rua José Durval Teixeira, 29-ba vista-Seabra-ba

ORGÃO EXPEDIDOR: SSP-ba

NOME: Júlio Cupertino dos Santos
RG: 0835890740
CPF: 92175902820
ENDEREÇO: povoado de baixão velho-Seabra-ba

ORGÃO EXPEDIDOR: SSP-ba

NOME: Marilene Arcanja Oliveira
RG: 06833301039
CPF: 86332520582
ENDEREÇO: povoado Poço grande-seabra-ba

ORGÃO EXPEDIDOR: SSP-ba

NOME: Natanael Martins dos Alves
RG: 35042540
CPF: 65683448872
ENDEREÇO: Povoado de André Alves-seabra-ba

ORGÃO EXPEDIDOR: SSP-ba

NOME: Algusto Chaves de araujo
RG: 7383331
CPF: 11929553587
ENDEREÇO: Povoado de Mata da onça-seabra-ba

ORGÃO EXPEDIDOR: SSP-ba

NOME: Bismark Areia Leão junior
RG: 15985451-24
CPF: 72508450715
ENDEREÇO: RUA JORGE ALVES DE OLIVEIRA, 325-Seabra-ba

ORGÃO EXPEDIDOR: SSP-ba

NOME: Valdir Moreno Paiva
RG: 1496135
CPF: 12877450597
ENDEREÇO: RUA TEIXEIRA DE FREITAS-SEABRA-BA

ORGÃO EXPEDIDOR: SSP-ba

NOME: Gilvan Honorato de Aquino
RG: 3788317
CPF: 30540530544
ENDEREÇO: RUA rio barbosa, 159 BAIRRO N.S.G-SEABRA-BA

ORGÃO EXPEDIDOR: SSP-ba

NOME: Eugênia Oliveira Souza
RG: 3828138
CPF: 35505958591
ENDEREÇO: rua Carlos Gomes , 140-seabra-ba

ORGÃO EXPEDIDOR: SSP-BA

02.448.633/0001-921
Ass. Comun. Seabrense
de Comunicação
Rua Simpliciano Lima 376
Bairro Tamburi Seabra-Bahia
40.900-870

NOME: Daniela Oliveira Assunção

RG: 2231992

ORGÃO EXPEDIDOR: SSP-BA

CPF: 44929684587

ENDEREÇO: rua Horacio de Matos ,247-seabra-ba



NOME: Ivone Assizia dos Santos

RG: 4658194

ORGÃO EXPEDIDOR: SSP-BA

CPF: 41315952572

ENDEREÇO: Rua Jacob Guanaes, 827-seabra-ba

NOME: Adilson da silva Abreu

RG: 240908

ORGÃO EXPEDIDOR: SSP-BA

CPF: 00390534587

ENDEREÇO: rua Jacob Guanaes, 36 Seabra-ba

NOME: Zenildo Saldanha Paiva

RG: 2291642

ORGÃO EXPEDIDOR: SSP-BA

CPF: 00757390544

ENDEREÇO: Rua pio XII, 318 – Seabra-ba

NOME: Cátia Maria Costa Sá Teles

RG: 3578709

ORGÃO EXPEDIDOR: SSP-BA

CPF: 38465345520

ENDEREÇO: 2° TRAVESSA FELIX LAUREANO PIRES S/N-SEABRA-BA

NOME: Andréia Souza Gonsalves

RG: 0994971745

ORGÃO EXPEDIDOR: SSP-BA

CPF: 01930042590

ENDEREÇO: TAMBORIL-SEABRA-BA

NOME: Maria Claudete Alves Oliveira

RG: 4369580

ORGÃO EXPEDIDOR: SSP-BA

CPF: 42021790568

ENDEREÇO: RUA HORACIO DE MATOS S/N-SEABRA-BA

NOME: Maria Souza Cruz

RG: 1046379

ORGÃO EXPEDIDOR: SSP-BA

CPF: 27009785520

ENDEREÇO: RUA TITO LUNA FREIRE, S/N-SEABRA-BA

NOME: Joélia Macêdo de Oliveira

RG: 083359405

ORGÃO EXPEDIDOR: SSP-BA

CPF: 92055850504

ENDEREÇO: RUA MANOEL TEIXEIRA LEITE-SEABRA-BA

NOME: Messias Farias Mendes

RG: 3330415

ORGÃO EXPEDIDOR: SSP-BA

CPF: 20437340597

ENDEREÇO: RUA PIO XII-CENTRO-SEABRA-BA

NOME: Carlos de Souza Santos Filho

RG: 8911693

ORGÃO EXPEDIDOR: SSP-BA

CPF: 37781120582

ENDEREÇO: RUA OSVALDO CRUZ-SEABRA-BA

02.448.633/0001-927

Ass. Comun. Seabrense
de Comunicação

Rua Simpliciano Lima, 876
Bairro Tamboril CEP: 45.900-979



8
Comunicações
SAC

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 04369579 57 DATA DE EXPEDIÇÃO 07/11/2001

NOME MARLON RAMOS LEITE

FILIAÇÃO DALVIO PINA LEITE

MARDETE MEDEIROS RAMOS LEITE

NATURALIDADE SALVADOR BA DATA DE NASCIMENTO 16/12/1975

DOC ORIGEM CER-NAS CM-SEABRA BA

DST-SEDE L-67A F-222 R-000065

CPF 598115105 63

SALVADOR-BA

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 116 DE 29/08/83

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 14619334 20 DATA DE EXPEDIÇÃO 08/08/2005

NOME
SUEIDE MARTINS DE ANDRADE

FILIAÇÃO
NEURIVAL JOSE DE ANDRADE
CLAUDEIR MARTINS DE SOUZA

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO
CANARANA BA 11/03/1987

DIC ORIGEM CER-NAS CM-CANARANA BA

DST-SALOBRO L-A01 F-61V R-000244

CPF
SALVADOR - BA

ASSINATURA DO DIRETOR
Sueide U. de O. Martins

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

SAC

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO PEDRO MELLO

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Sueide Martins de Andrade

11/03/1987

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas
Número de Inscrição
040.547.605-11

Nome
SUEIDE MARTINS DE ANDRADE

Nascimento
11/03/1987



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome
ORLANDO ALVES TEIXEIRA LEITE

Nº de Inscrição
441042195-68

Data do Nascimento
26/11/66

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

04658189 86 DATA DE EXPIRAÇÃO 29/04/93

NOME
ORLANDO ALVES TEIXEIRA LEITE

FILIAÇÃO
EDMAR PINA LEITE

ADELINA ALVES TEIXEIRA LEITE

NATURALIDADE
SEABRA BA

DATA DO NASCIMENTO
26/11/966

DOC. ORIGIN
CER-NAS CM-SEABRA BA

DST-BEDE
-059 F-54V. R-007819

CPF
Orlando Alves T. Leite

LEI N° 7.116 DE 29/08/83

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Assinatura
Orlando Alves T. Leite
ORLANDO ALVES TEIXEIRA LEITE

S
E
R
V
I
D

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 12/08/95

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "PEDRO MELLO" C= 284

 POLÍGRAFO



Katia Sirlene dos Santos
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Sec. de Comunicação Social
Fls. 33
Rubrica

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 08391903 10 DATA DE EXPEDIÇÃO 05/12/94

NOME
KATIA SIRLENE DOS SANTOS

FILIAÇÃO
ANTONIO RIBEIRO SANTOS
GENI DOS SANTOS

NATURALIDADE
WAGNER BA DATA DE NASCIMENTO 08/03/75


DOC ORIGEM CER-NAS CM-SEABRA BA

DST-SEDE L-067 F-262 R-000222

CPF
SALVADOR-BA *Leonardo Corrêa de Lima* FM. 33 A.F.

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

 **MINISTÉRIO DA FAZENDA**
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome
KATIA SIRLENE DOS SANTOS

Nº de Inscrição 911819175-49 Data de Nascimento 08/03/75



Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Assinatura
Katia Sirlene dos Santos
KATIA SIRLENE DOS SANTOS

S
E
R
P
R
O

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 24/02/95

SSC -
W. Ruben
- Rio
Comunidade

SEI 53000.056621/2011-75 / pg. 36

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE			
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE			
SR. DERMEVAL DA SILVA JUNIOR			
ENDEREÇO / ADRESSE			
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS BLOCORANHO			
CEP / CODE POSTAL	CIDADE / LOCALITÉ	UF	PAÍS / PAYS
70.044-900	BRASILIA	DF	BRASIL
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION		NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI	
PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA		<input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE <input type="checkbox"/> EMS <input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR		DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION	CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION
[Assinatura]		12/01/11	BR/BSB
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RECEPTEUR			
Ratão da Silva Pinho			
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR		RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT	
		[Assinatura]	
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO			

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm



AVISO DE RECEBIMENTO

AVIS CN07

AR

66 0173 79636 BR

[CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO]

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT	TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON		
UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT			
	:	h	:

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / RETOUR	NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR	
	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SEBREENSE DE COMUNICAÇÃO	
	ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE	
	RUA SIMPLICIANO LIMA 876	
	CIDADE / LOCALITÉ	UF
	SEABRA BA	BA
	46900-000	

SECRETARIA DE SERVICOS DE COMUNICACAO ELETRONICA

DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVICOS

- ESPLANADA dos MINISTERIOS - Bloco "R" - 3º ANDAR - Anexo 0001
~~SALA 300~~

CEP- 70044-900 - BRASILIA/DF

FONE (61) ~~3311-6850~~ / 3311-6177



(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SEABESC DE COMUNICACAO
RUA - SIMPLICIANO LIMA, 876 - SEABSA/BATIA XAMBORIL
CEP 46900-000 Tel. 75-3331-1429

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE TÉCNICA DE RADCOM



Identificação do Processo

Número: 53000.056621/2011

Localidade/UF: SEABRA/BA

Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA SEABRENSE DE COMUNICACAO

Aviso: 0

Canal: 0

Processo

1. Entregou documentação tempestivamente?	Sim
---	-----

Check List

2. Apresentou cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas	Não
3. Apresentou documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no	Não
4. Apresentou Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no livro	Não
5. Apresentou declaração constante do Anexo 14 da Norma 1/2011, assinada pelo	Não
6. Apresentou declaração, assinada pelo representante legal da entidade, indicando as	Não
7. Apresentou último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item	Não
8. Apresentou relação contendo o nome de todos os associados pessoas físicas, com o	Não
9. Apresentou comprovante de recolhimento da taxa relativa às despesas decorrente	Não
10. Apresentou certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel?	Sim
11. Apresentou laudo de ensaio do(s) transmissor(es), com sua respectiva Anotação de	Não
12. Apresentou declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando	Sim
13. Apresentou Laudo de Vistoria Técnica, elabora por engenheiro habilitado (Anexo 13	Não

15. Conclusão Geral (Parecer Técnico)

Nota Técnica n.º 2896/2012 e correspondente Ofício de Exigência - Laudo de Ensaio.

16. Conclusão Geral (Parecer Jurídico)

Brasília, 17 de dezembro de 2012.


NATÁLIA FROEMMING
Analista / Economista

Exigências.



Cesar Segond Vasconcellos
Cesar Segond Vasconcellos

Secretaria de Serviço de Registro Eleitoral
Departamento de Registro de Registro Eleitoral
ROTEIRO DE ANÁLISE TÉCNICA 1 E RADCOM

Identificação do Processo

Processo: 23000.05662/2011
Localidade: FARRAPÁ
Assessor: 0
Canal: 0

Processo

Item	Descrição	Resposta
1	Entrega documentação tempestivamente?	Sim
2	Apresentação de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Eleitores?	Não
3	Apresentação de documentos atualizados relativos a situação eleitoral?	Não
4	Apresentação de declaração constante de Anexo IV do Formulário de Registro Eleitoral?	Não
5	Apresentação de declaração constante de Anexo IV do Formulário de Registro Eleitoral?	Não
6	Apresentação de declaração assinada pelo representante legal do interessado?	Não
7	Apresentação de declaração assinada pelo representante legal do interessado?	Não
8	Apresentação de declaração assinada pelo representante legal do interessado?	Não
9	Apresentação de declaração assinada pelo representante legal do interessado?	Não
10	Apresentação de declaração assinada pelo representante legal do interessado?	Sim
11	Apresentação de declaração assinada pelo representante legal do interessado?	Não
12	Apresentação de declaração assinada pelo representante legal do interessado?	Sim
13	Apresentação de declaração assinada pelo representante legal do interessado?	Não

14. Conclusão Geral (Parâmetro Técnico)
Nota Técnica nº 2009/2012 e correspondente Órgão de Exatidão - Laudo de Exatidão
15. Conclusão Geral (Parâmetro Jurídico)

Realizado em: 17/12/2012

[Assinatura]
Analista Técnico
Analista Técnico



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Nota Técnica nº 2896/2012/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Constatação de pendências relativas ao requerimento de Renovação de Outorga**

Referência: Processo de renovação nº 53000.056621/2011
Processo de Outorga nº 53640.001254/1998

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento de renovação da outorga concedida à **Associação Comunitária Seabrense de Comunicação** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Seabra / BA**, conforme Portaria de autorização, publicada no D.O.U. de 29/03/2000 e Decreto Legislativo nº 420, publicado no D.O.U. de 26/10/2001.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade do saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio dos itens dispostos abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 01/2011:

I. Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no livro "A" do Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

II. Prova de que a Sra. Ághata Maria Marques de Oliveira, responsável pela gestão das atividades na área editorial e pela direção das programações da emissora, é brasileira nata ou naturalizada há mais de dez anos (cópia do RG ou Certidão de Casamento), em atendimento ao subitem 20.3, alínea "g" da Norma nº 01/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2;

III. Comprovação de idoneidade da entidade interessada, bem como de seus dirigentes, em atenção ao disposto no art. 34, alínea "a" do Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei nº 4.117/1962) e nos subitens 10.8 e 20.5 da Norma nº 01/2011, mediante apresentação dos seguintes documentos:

a. Certidão dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares em que cada dirigente tenha residido nos últimos cinco anos, da Justiça Federal, Estadual e Eleitoral;

b. Folha de antecedentes da Polícia Federal e da Polícia dos Estados nos quais os dirigentes da entidade residiram nos últimos cinco anos, expedida, no máximo, há seis meses;

- c. Certidão que comprove a regularidade fiscal da entidade perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal do local onde está sediada;
- d. Certidão de regularidade da entidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); e
- e. Comprovantes de residência de todos os seus dirigentes.

IV. Laudo de ensaio do(s) transmissor(es), com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, devidamente assinada pelo profissional habilitado e pelo representante legal da requerente, acompanhada do comprovante de recolhimento da taxa relativa às despesas decorrentes desse ato, conforme dispõe o subitem 12.1.1 da Norma nº 01/2011.

CONCLUSÃO

3. Em face do exposto, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada acima, no original ou em cópia autenticada, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica, de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que acompanha o ofício de encaminhamento. Transcorrido esse prazo sem que haja respostas, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o processo será encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com vistas à extinção da Autorização outorgada à requerente.

4. Informamos, ainda, que o referido prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito, força maior, emergência ou calamidade pública, regularmente comprovados, desde que se apresente uma solicitação formal neste sentido, subscrita por quem de direito, dentro do prazo inicialmente acordado para cumprimento das exigências. Qualquer documentação encaminhada após o transcurso desse prazo será considerada intempestiva.

5. Por derradeiro, ressalte-se que não serão conhecidos pedidos de prorrogações via fax, e-mail ou telefone.

À consideração superior.

Brasília, 17 de dezembro de 2012.


NATALIA FROEMMING
Analista / Economista

Brasília, 17 de dezembro de 2012.


CESAR SEGOND VASCONCELLOS
Analista / Chefe de Divisão

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 2896/2012/CGRC/SCE-MC.



Brasília, 26 de dezembro de 2012.

A handwritten signature in blue ink, consisting of a large 'S' followed by a horizontal line and a stylized 'M'.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília - DF
(61) 3311-6177

Ofício nº 4493 /2012/CGRC/SCE-MC

Brasília, 26 de dezembro de 2012.

Ao Senhor

MARLON RAMOS LEITE

Representante Legal da Associação Comunitária Seabrense de Comunicação

Rua Simpliciano Lima, nº 876 - Tamboril

46.900-000 Seabra - BA

Assunto: **Encaminha Nota Técnica relativa à análise do Processo nº 53000.056621/2011.**

Senhor Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº **53000.056621/2011**, na localidade de **Seabra / BA**, no qual essa entidade requer renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº **2896/2012**, que indica pendências na documentação encaminhada pela entidade.
2. Comunicamos, por fim, o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada, sob pena de extinção da outorga.
3. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.
4. Aproveitamos para informar que esta Secretaria poderá, a seu critério, enviar comunicados oficiais via SMS e documentos digitalizados via internet às entidades interessadas, desde que complementem seu cadastro com telefone celular e mantenham atualizado o endereço eletrônico do respectivo representante legal. Ressalte-se que o fornecimento de tais dados implica anuência dessa entidade em receber as referidas comunicações oficiais e deve ser feito

CGRC

por meio de ofício, com assinatura do seu representante legal. Os conteúdos encaminhados por esses meios referem-se tão somente à entidade destinatária e não serão considerados para fins legais como contagem de prazo e ciência de interessado.

Atenciosamente,


SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

Nº OU RAZÃO SOCIAL DO		
ENDEREÇO / ADRESSE		
CEP / CODE POSTAL		
Of. 4493 /2012/ CGRC/SCE - MC 53000.056621/11 MARLON RAMOS LEITE ASS. Comunitária Seabrense de Comunicação Rua Simpliciano Lima, nº 876 - Tamboril 46.900-000 SEABRA - BA		
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION		NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI <input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE <input type="checkbox"/> EMS <input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR	DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATON	CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION
<i>Marlona Simões</i>	08/01/13	
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR	RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT	
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR	ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO	

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm

	AVISO DE RECEBIMENTO	AR
	AVIS CN07	

RQ 97189561 6 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT	TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON		
UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT			
	: h	: h	: h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO RETOUR	NOME OU R	
	ENDEREÇO	
	CIDADE / LC	
	UF	BRASIL

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
 Secretária de Serviços de Comunicações Eletrônica
 Departamento de Outorga de Serviços
 Esplanada dos Ministérios, Bloco R,
 Ed. Anexo Ala Oeste sala 300
 70044-900 Brasília-DF

EXIREN

0°



Associação Comunitária Seabrense de Comunicação
Rua Simpliciano Lima, 876, Tamboril - Seabra-Ba
CNPJ- 02.448.633/0001-92
Telefone-(75)3331 1429



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 005579/2013-96

SEAPA/SCE

05/02/2013-07:13

Ofício – 102/2013

De acordo com a nota técnica de nº 2896/2012, em relação ao processo de nº 53000.056621/2011, envio documentos solicitados.

Seabra-Ba, 26 de Janeiro de 2013

searc



CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DA
COMARCA DE SEABRA- ESTADO DA BAHIA.

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMOVEIS
HIPOTECA E ANEXOS
COMARCA DE SEABRA - BA
Marilene de Miranda Senna - Oficial Designada
Ivoneide da Silva Teixeira Suboficial Designada

CERTIDÃO

Certifico que revendo os Livro do Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da
Comarca de Seabra, Estado da Bahia, verifiquei constar no de nº A-20, a Averbação
nº 275, feita a 20 de junho de 2012, da Ata de nº 17, da **ASSOCIAÇÃO
COMUNITÁRIA SEABRENSE DE COMUNICAÇÃO**, com sede na Rua
Simpliciano Lima, 876, nesta cidade de Seabra(BA). O referido é verdade e dou fé.
Seabra, 10 de janeiro de 2013. A Suboficial Designada: Maria Claudete Alves de
Oliveira *mesalun*

Mª Claudete A de Oliveira
Escrevente
Seabra - Bahia



CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMOVEIS
HIPOTECA E ANEXOS
COMARCA DE SEABRA - BA
Marilene de Miranda Senna - Oficial Designada
Ivoneide da Silva Teixeira Suboficial Designada

AVERBADO

5.904

102

() M. C. P.
() M. F. N.º EX 443430
() M. F. N.º EX 443430

Substabelecer

creyem

Ata de nº 57. Aos trinta dias do mês de março de 2013, às 18:30 horas, reuniram-se na sede desta entidade, os associados da Associação Comunitária Seabrense de comunicação, convocados para Assembleia Geral Ordinária, especificamente para tratar da seguinte ordem do dia: 1º) Prestação de contas 2º) Eleger membros do conselho fiscal e suplente, 3º) Eleição da nova diretoria, 4º) Posse das eleições, 5º) Desfiliação de associados. Dando início aos trabalhos, foram apresentados o livro contábil, que foi analisado e aprovado por todos, em seguida iniciou-se a formação do conselho fiscal e suplentes e assim ficou formado para membros do conselho fiscal: Birumark Azeite Seão Junior RG 15985453-24 CPF 72508450735, residente a rua Jorge Alves de Oliveira, 325-Seabra-Ba, Maria Claudete Alves de Oliveira RG 4369580, CPF 42021730568, residente a rua Horácio de Mates S/N-Seabra-Ba e Marlak Medeiros Ramos RG 7472995 CPF 02636043553, residente a rua Santo Seares 336-Seabra-Ba, e para Suplentes: Maria Souza Cruz RG 3046373 CPF 27009785520, residente a rua Tito Lima Freire S/N-Seabra-Ba, Washington Luis Costa RG 3338340 CPF 20440537568, residente a Avenida Franklin de Queiroz 852 Seabra-Ba, e Manuela Ramos Leite RG 0693405611 CPF 77651030578, residente a rua Santo Seares, 306-Seabra-Ba, em seguida houve a eleição da nova diretoria, que ocorreu-se a aprovação, pelas votos da maioria dos associados com direito a voto a etapa única, formada pelos seguintes membros: Para um mandato de 02 (dois) anos Para Presidente, Agatha Maria Marques de Oliveira RG 359066060 e CPF 005933365-77, residente a rua Castro Alves, 370-Centro, Seabra-Ba Para Vice-Presidente Orlando Alves Teixeira Leite RG 046.5838986 CPF 44304239568, residente a Travessa Tito Lima Freire 230 Seabra-Ba Para Tesoureiro Guedes Martins de Andrade

RG 3463933420 CPF 04054760533, residente a rua José Durval Teixeira, 29 Boa Vista - Seabra - Ba. Para Secretária, Kátia Cirleene dos Santos RG 0839390350 CPF 93383937549, residente da rua Antonio Pinto - Boa Vista - Seabra - Ba. Para diretor de Patrimônio Mario Sérgio Alves Naveis RG 3556259425 CPF 04276532557, residente a rua José Durval Teixeira, 50 Boa Vista - Seabra - Ba. Estando os ditos presentes, foram empastados de imediato, passando a partir desta data a exercer os poderes e responsabilidades determinadas pelo estatuto da entidade. Em seguida passaram para o desligamento do Sr. Ricardo Nixson Medeiros Ramos RG 436959768 CPF 56986629593 residente a Rua Ana Nery, 35 - Seabra - Ba, do quadro de sócio que a partir desta data não tem nenhum vínculo com esta entidade. A reunião encerrou-se, sendo por mim Suicde Martins de Andrade, lavrada a ata, sendo lida, conferida e rubricada por todos Suicde Martins de Andrade, Benedito José, Mario Sérgio Alves Naveis, Orlando de Almeida, Kátia Cirleene dos Santos, Catia Maria Costa, Sr. José, Sebastião Marques de Oliveira, Maria Antônia de Almeida de Macedo Santana, Valquíria Luiz de Souza, Andriana de Azevedo Gentil, Maria Sousa da Cruz, Gilvan Honorato de Aguiar, Rose Margarida dos Anjos Costa, Agnata Maria Marques de Oliveira, Ivoni Dúrcio dos Santos, Maria Dulce Silva de Abreu, Joana Farias de

ATTESTAÇÃO
RECONHECIMENTO
ESTADO DA BAHIA
Poder Judiciário

Nº EN 067279

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS
SEABRA - BAHIA
Reconheço a autenticidade e verdade da
indicada por este com meu sinal público.
Em Teste (Seabra - BA) 15 Junho 2012
M. C. L. S. Lobo - Tabelião
() M. M. R. Q. de Souza Santos - Subtabelião
() M. Claudete Alves da Oliveira - Escrevente
() M. de Lurdes de O. Soares - Escrevente

ATTESTAÇÃO
RECONHECIMENTO
ESTADO DA BAHIA
Poder Judiciário
Nº EP 310456

CARTÓRIO DO REGISTRO
CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

Averbado sob nº 275
Livro A-20 fls -
Seabra, 20 de junho de 2012


Martine de Miranda Senne - Oficial Designada
honete da Silva Teixeira - Suboficial Designada

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DA
COMARCA DE SEABRA- ESTADO DA BAHIA.

das Col.
Fls. 44
Rubrica: 63
Seab

CERTIDÃO

Certifico que revendo os Livro do Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da
Comarca de Seabra, Estado da Bahia, verifiquei constar no de nº A-20, a Averbação
nº 275, feito a 29 de janeiro de 2013 da Ata nº 18 da **ASSOCIAÇÃO
COMUNITÁRIA SEABRENSE DE COMUNICAÇÃO**, com sede na Rua
Simpliciano Lima, nesta Cidade de Seabra(BA). O referido é verdade e dou fê.
Seabra, 29 de janeiro de 2013. A Oficial Designada: Maria Claudete Alves de
Oliveira.


M^a Claudete A. de Oliveira
Escrevente
Seabra - Bahia



CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMOVEIS
HIPOTECA E ANEXOS
COMARCA DE SEABRA - BA
ne de Miranda Senna - Oficial Designada
te da Silva Teixeira Suboficial Designada

Aba de nº 38 - Aos dez dias do mês de janeiro do ano mil e treze, às dez horas, na sede da Associação, reuniram-se os diretores e sócios, sob a Presidência da Senhora Agneta Marques de Oliveira, Diretora Presidente que convidou para ler e secretariar a sessão, Euclides Martins de Andrade, lendo as atas e trabalhos, a Senhora Presidente fez uma ampla exposição sobre os dados para renovação da licença de funcionamento de acordo com o Ministério das Comunicações. Analisados todos os exigências da nota técnica relativa a análise do processo de nº 53000.056621/2011, a Diretoria decidiu na futura do quadro da diretoria a secretária notaria Euclides de Sousa RG0539390330 por não possuir todos os documentação exigidos pela nota técnica, assim a mesma foi substituída por Sendo Marlon Ramos Leite, Brasileiro, Solteiro, portador do RG0436952957 SSP/BA, Residente na Rua Manoel Neves, 399 - Seabra Bahia, a partir desta data é novo secretário da Associação Comunitária Brasileira de Comunicações. Nada mais a se tratar, a reunião foi encerrada e a ata assinada por todos membros presentes. Euclides Martins de Andrade, *[assinatura]*, *[assinatura]*, *[assinatura]*, Agneta nº Marques de Oliveira, *[assinatura]*

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS
SEABRA - BAHIA
Reconhecimento AUTENTICA E VERDADEIRA
Indicação por nota com meu selo público
Em Teste *[assinatura]* do notário
29 de janeiro de 2013
() Mª Cristina S. Lobo - Tabelião
() Mª Regina C. do Souza Leite - Subtabelião
() Mª Claudete Alves de O. S. - Subtabelião
Nº FA 543972

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMOVEIS
HIPOTECA E ANEXOS
COMARCA DE SEABRA - BA
Mª Regina de Miranda Senna - Oficial Designada
Mª Silveira da Silva Teixeira - Suboficial Designada
Nº EN 067865

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Averbado sob nº 275
Livro A-20 fls.
Seabra, 29 de janeiro de 2013
Mª Regina de Miranda Senna - Oficial Designada
Mª Silveira da Silva Teixeira - Suboficial Designada
Mª Claudete A. de Oliveira
Escritor
Seabra - Bahia

Protocolo Nº 5365
Livro nº 1 Fls. 134
Seabra 29 / janeiro / 2013

TABELIONATO DE NOTAS
SEABRA - BAHIA
COFRE COM O ORIGINAL
30 / 01

[Carimbo de Tabelionato de Notas e Protestos]
() Mª Cristina S. Lobo - Tabelião
() Mª Regina C. do Souza Leite - Subtabelião
() Mª Claudete Alves de O. S. - Subtabelião
() Mª de Lurdes de O. S. - Subtabelião



ESTADO DA BAHIA

CÂMARA MUNICIPAL DE SEABRA

Rua Lindolfo Moreira, 571 - Seabra, Bahia - CEP 46900-000

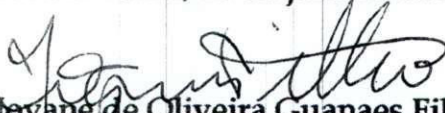
Fone: (075) 3331 - 1402/ 3331-1480 - CNPJ: 16.254.815/0001-37



CERTIDÃO

CERTIFICO, à vista dos registros existentes nesta Casa Legislativa, a cessão dos efeitos da utilidade pública municipal da **Associação Comunitária Seabrense de Comunicação-ASCOM**, através da Lei Municipal nº 283 de 22 de dezembro de 2005, e desde a referida data a respectiva instituição vem cumprindo suas finalidades de forma idônea.

Seabra Bahia, 16 de janeiro de 2013.


Levanir de Oliveira Guanaes Filho
Presidente



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEABRA
C. N. P. J. N° 13.922.604/0001-37

078



Lei nº 283 / 05

De 22 de dezembro de 2005.


“Dispõe sobre a Declaração de Utilidade Pública da Associação Comunitária – ASCOM e dá outras providências”.

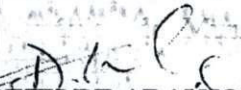
O PREFEITO MUNICIPAL DE SEABRA, ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Prefeito Municipal de Seabra autorizado a declarar de Utilidade Pública municipal a **Associação Comunitária Seabrense de Comunicação – ASCOM**, inscrita no CNPJ sob o nº 02.448.633/0001-92, sediada na Rua Simpliciano Lima, nesta cidade, entidade sem fins lucrativos, regida pelo seu estatuto e pela legislação específica, tendo como finalidade a exploração e instalação de serviço de radiodifusão sonora licenciada, para funcionamento pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 22 de dezembro de 2005.

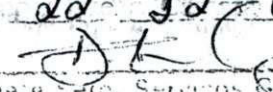

DALVIO PINA LEITE
Prefeito Municipal

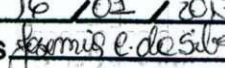

DEUSDETH DE ARAÚJO TELES
Sec. Mun. de Adm. Geral

PREFEITURA MUNICIPAL DE
SEABRA BAHIA

PUBLICADO

22-12-05


Chefe do Setor de Serviços Gerais
Sec. Administração Geral
Dec. 025/04
Cid. Servidor: _____

CONFERE COM O ORIGINAL
EM 16/01/2013
ASS 

Rua Horácio de Matos, 128 – 1º andar – CEP 46.900 – 000 / Seabra-Ba
Fone: (75) 3331-2707 – Fax: (75) 3331-2246 – E-mail: prefeitura@seabra.ba.gov.br

DECLARAÇÃO DE FIEL CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Nós, na qualidade de dirigentes da Associação comunitária Seabrense de Comunicação, declaramos, para os devidos fins, que nos comprometemos ao fiel cumprimento da Lei nº 9.612/98 de 19 de fevereiro de 1998, do Regulamento e das Normas estabelecidas para o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Aghata Maria Marques de Oliveira
Aghata Maria Marques de oliveira
Presidenta- CPF- 005.931.165-77

Orlando Alves Teixeira Leite
Orlando Alves Teixeira Leite
Vice- Presidente, CPF – 441.042.195-68.

Sueide Martins de Andrade
Sueide Martins de Andrade
Tesoureira, CPF – 040.547.605-11

Marlon Ramos Leite
Marlon Ramos Leite –
Secretario, CPF – 598.115.105.63

Mario Sergio Alves Novais
Mario Sergio Alves Novais
Dir. de Patrimônio, CPF -042.765.125-57

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS
SEABRA - BAHIA
Reconhecimento AUTENTICA E VERDADEIRA
Indicada por esta com meu sinal publico

Em Test. 28 Janeiro 2013
S. Lobo - Tabelião
Q. de Souza Santos - Subtabelião
A. Alves de Oliveira - Escrevente

Seabra – Bahia ,16 de Janeiro de 2013

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS
SEABRA - BAHIA
Reconhecimento AUTENTICA E VERDADEIRA
Indicada por esta com meu sinal publico

Em Test. 28 Janeiro 2013
S. Lobo - Tabelião
Q. de Souza Santos - Subtabelião
A. Alves de Oliveira - Escrevente

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS
SEABRA - BAHIA
Reconhecimento AUTENTICA E VERDADEIRA
Indicada por esta com meu sinal publico

Em Test. 28 Janeiro 2013
S. Lobo - Tabelião
Q. de Souza Santos - Subtabelião
A. Alves de Oliveira - Escrevente

DECLARAÇÃO ASSINADA PELO REPRESENTANTE LEGAL DA ENTIDADE

Eu, Aghata Maria Marques de Oliveira na qualidade de representante legal da Associação Comunitária de Comunicação, declaro para os devidos fins que:

- o endereço completo da sede da entidade é no (a) **AV. Sinpliciano Lima, 876 Tamboril SEABRA -Bahia** cujas coordenadas geográficas, LATITUDE **12S244500**, LONGITUDE **41W461900**
- todos os dirigentes da entidade residem na área de execução do serviço.
- a entidade não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados;
- o nome fantasia da entidade ou da emissora é SEABRA FM
- o endereço de instalação do sistema irradiante é na AV. Sinpliciano Lima , 876 Tamboril Seabra – Bahia cujas coordenadas geográficas, LATITUDE **12S244500**, LONGITUDE **41W461900**
- a entidade conta com Projeto Técnico de acordo com as disposições da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, e com os dados indicados em seu requerimento, caso lhe seja solicitado;
- a entidade requerente e seus dirigentes não possuem qualquer vínculo de subordinação ou outro que sujeite a entidade à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou a orientação de qualquer outra entidade, seja de ordem financeira, religiosa, familiar, político-partidária ou comercial, em respeito ao disposto no art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 fevereiro de 1998; e
- a entidade requerente, se contemplada com uma outorga, não veiculará publicidade comercial, podendo veicular apenas apoio cultural nos termos da regulamentação.
- Todos os dirigentes são Brasileiro a mais de 10 anos.

Seabra, 16 de Janeiro de 2013.
(local e data)


assinatura do representante da entidade

Endereço para correspondência **AV. Sinpliciano Lima, 876 Tamboril SEABRA -Bahia, CEP 46900-000**
Telefone – 75 3331-1429

**CREA-BA**Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia da Bahia**ART BA2013.172156**

NÚMERO CREA-BA : BA000000024972-001136

Anotação de Responsabilidade Técnica

Representação Numérica :

10492.34758 71000.200247 01317.215653 1 55890000006000

BOLETO DE COBRANÇA BANCÁRIA - RECIBO DO SACADO

Sacado :

GIVALDO BARBOSA DA SILVA

Registro :

CREA Nº BA24972

Agência / Código Cedente

0064/234757-1

Data de Emissão

15/01/2013

Nosso Número

24000002013172156-7

Data de Vencimento

25/01/2013

Valor do Documento

R\$ 60,00

ATENÇÃOO INÍCIO DA ATIVIDADE TÉCNICA SEM A QUITAÇÃO DO VALOR DA ART,
ENSEJARÁ ÀS SANÇÕES LEGAIS CABÍVEIS

* A QUITAÇÃO DO TÍTULO OCORRERÁ SOMENTE APÓS A INFORMAÇÃO DO CRÉDITO BANCÁRIO.

* DEPÓSITOS OU TRANSFERÊNCIAS ENTRE CONTAS NÃO SERÃO RECONHECIDOS PELOS NOSSOS SISTEMAS.

Autenticação Mecânica

CAIXA 104-0 Representação Numérica : 10492.34758 71000.200247 01317.215653 1 55890000006000

Local de Pagamento PAGÁVEL EM QUALQUER AGÊNCIA BANCÁRIA ATÉ O VENCIMENTO					Vencimento 25/01/2013	
Cedente CREA-BA - CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA BAHIA - CNPJ : 15.233.026/0001-57					Agência / Código Cedente 0064/234757-1	
Data documento 15/01/2013	Número do Documento 24000002013172156-7	Espécie do Documento	Aceite	Data do processamento 15/01/2013	Nosso Número 24000002013172156-7	
Uso do Banco		Carteira SR	Espécie R	Quantidade	Valor R\$ 60,00	(=) Valor do Documento R\$ 60,00
Instruções TODAS AS INFORMAÇÕES DESTE BLOQUETO SÃO DE RESPONSABILIDADE DESTE CEDENTE COBRANÇA REFERENTE AO PAGAMENTO DA ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA, ART Nº BA2013.172156. SR. CAIXA, NÃO ACEITAR APÓS O VENCIMENTO : 25/01/2013. APÓS O VENCIMENTO, ESTE DOCUMENTO PERDERÁ A VALIDADE E SERÁ NECESSÁRIO A EMISSÃO DE NOVO BOLETO.					(-) Desconto / Abatimento	
					(-) Outras Deduções	
					(+) Mora / Multa	
					(+) Outros acréscimos	
					(=) Valor Cobrado R\$ 60,00	
Sacado : GIVALDO BARBOSA DA SILVA - CREA Nº BA24972					CNPJ / CPF 0	
Endereço : ENDERECO ENDERECO					Cód. de baixa :	

FICHA DE COMPENSAÇÃO

Autenticação Mecânica



15/01/2013	18:05:10
484471665	0167
BANCO DO BRASIL	
COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TÍTULOS	
CLIENTE: GIVALDO BARBOSA DA SILVA	5.220-5
AGÊNCIA: 2014-1	CONTA:
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	
10492347587100020024701317215653155890000006000	11.501
NR. DOCUMENTO	15/01/2013
DATA DO PAGAMENTO	60.00
VALOR DO DOCUMENTO	60.00
VALOR COBRADO	60.00
NR. AUTENTICAÇÃO	0.908.BFB.230.408.24E
Leia no verso como conservar este documento, entre outras informações.	

Assinatura n.º 10492.34758 71000.200247 01317.215653 1 55890000006000



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-BA

Resolução nº 1.025/2009
ART de Obra ou Serviço
NÚMERO CREA-BA : BA00000024972-001136
BA2013.172156
Tipo de Registro : Inicial
Tipo de Participação : Individual

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia

CNPJ : 15.233.026/0001-57 - Rua Professor Aloisio de Carvalho Filho, 402, Engenho Velho de Brotas - Salvador-BA

1. Responsável Técnico

Título(s) do Profissional :

Engenheiro Eletricista / Engenheiro Eletricista Eletronica

Empresa Contratada :

RNP :

Registro :

Registro :

2. Dados do Contrato

Contratante :

Endereço : **Rua SIMPLICIANO LIMA**

CNPJ :

Nº :

Bairro :

UF :

CEP :

Cidade :

Contrato :

Celebrado em :

ART Inicial do Contrato/Empreendim :

Valor :

Tipo de Contratante : **Pessoa Jurídica sem Registro no CREA**

Ação Institucional :

3. Dados da Obra / Serviço

Endereço : **Rua SIMPLICIANO LIMA**

Nº :

Bairro :

UF :

CEP :

Cidade :

Data Início :

Previsão de Término :

Coordenadas : **0°S 0°O**

Finalidade : **Cultural**

Código MPOG :

Proprietário :

CNPJ :

4. Atividade Técnica

1	Nível : Execução	Atividade Profissional / Obra ou Serviço / Complemento	Quantidade	Unidade
		* EXECUÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO / COMUNICAÇÃO E TELECOMUNICAÇÃO / RADIODIFUSAO	1	unidade
		* ENSAIO / COMUNICAÇÃO E TELECOMUNICAÇÃO / RADIODIFUSAO	1	unidade
		* VISTORIA / COMUNICAÇÃO E TELECOMUNICAÇÃO / RADIODIFUSAO	1	unidade
2	Nível :	Atividade Profissional / Obra ou Serviço / Complemento	Quantidade	Unidade
3	Nível :	Atividade Profissional / Obra ou Serviço / Complemento	Quantidade	Unidade

5. Observações

Realização de Vistoria e Ensaio para confecção de Laudo Técnico da Radio Comunitária.

6. Declarações

Acessibilidade: Declaro que as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, não se aplicam às atividades técnicas acima relacionadas

7. Entidade de Classe

SENGE - Sindicato dos Engenheiros da Bahia

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

GIVALDO BARBOSA DA SILVA - CPF : 244.476.334-34

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SEABRENSE DE COMUNICAÇÃO - CNPJ : 02.448.633/0001-42

9. Informações

* A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Uso do CREA

Valor ART : R\$ 60,00 Registrada em : 15/01/2013 Valor Pago : R\$ 60,00 Nosso Número : 24000002013172156-7

Agustina do Marques de Oliveira
Requerimento Volume 2 (0086385)

SEI 53000.056621/2011-75 / pg. 59

Sección de Comunique
Rúbrica
51



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-BA

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia

CNPJ : 15.233.026/0001-57 - Rua Professor Aloísio de Carvalho Filho, 402, Engenho Velho de Brotas - Salvador-BA

Resolução nº 1.025/2009
ART de Obra ou Serviço

NÚMERO CREA-BA : BA000000024972-001136

BA2013.172156

Tipo de Registro : Inicial

Tipo de Participação : Individual

1. Responsável Técnico

GIVALDO BARBOSA DA SILVA

Título(s) do Profissional :

Engenheiro Eletricista / Engenheiro Eletricista Eletronica

RNP : 0503546410

Registro : BA24972

Empresa Contratada :

Registro :

2. Dados do Contrato

Contratante : ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SEABRENSE DE COMUNICAÇÃO

Endereço : Rua SIMPLICIANO LIMA

CAA

Cidade : SEABRA

Contrato :

Valor : R\$ 1.000,00

Ação Institucional :

Celebrado em : 11/01/2013

Tipo de Contratante : Pessoa Jurídica sem Registro no CREA

ART Inicial do Contrato/Empreendim :

CNPJ :

02.448.633/0001-92

Nº : 876

Bairro : TAMBORIL

UF : BA

CEP : 46.900-000

3. Dados da Obra / Serviço

Endereço : Rua SIMPLICIANO LIMA

CAA

Cidade : SEABRA

Data Início : 15/01/2013

Finalidade : Cultural

Proprietário : ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SEABRENSE DE COMUNICAÇÃO

Previsão de Término : 16/01/2013

Nº : 876

Bairro : TAMBORIL

UF : BA

CEP : 46.900-000

Coordenadas : 0°S 0°O

Código MPOG :

CNPJ : 02.448.633/0001-92

4. Atividade Técnica

1	Nível : Execução	Atividade Profissional / Obra ou Serviço / Complemento	Quantidade	Unidade
		* EXECUÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO / COMUNICAÇÃO E TELECOMUNICAÇÃO / RADIODIFUSAO	1	unidade
		* ENSAIO / COMUNICAÇÃO E TELECOMUNICAÇÃO / RADIODIFUSAO	1	unidade
		* VISTORIA / COMUNICAÇÃO E TELECOMUNICAÇÃO / RADIODIFUSAO	1	unidade
2	Nível :	Atividade Profissional / Obra ou Serviço / Complemento	Quantidade	Unidade
	.			
	.			
	.			
3	Nível :	Atividade Profissional / Obra ou Serviço / Complemento	Quantidade	Unidade
	.			
	.			
	.			

5. Observações

Realização de Vistoria e Ensaio para confecção de Laudo Técnico da Radio Comunitária.

6. Declarações

Acessibilidade: Declaro que as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, não se aplicam às atividades técnicas acima relacionadas

7. Entidade de Classe

SENGE - Sindicato dos Engenheiros da Bahia

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

GIVALDO BARBOSA DA SILVA - CPF : 244.476.334-34

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SEABRENSE DE COMUNICAÇÃO - CNPJ : 02.448.633/0001-92

9. Informações

* A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Uso do CREA

Valor ART : R\$ 60,00 Registrada em : 15/01/2013 Valor Pago : R\$ 60,00 Nosso Número : 24000002013172156-7

Anotação de Responsabilidade Técnica

Requerimento Volume 2 (0086385)

SEI 53000.056621/2011-75 / pg. 61

8 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE

Processo Nº 53640.001254/98

Potencia efetiva Irradiada (ERP) = - 17,62 dBk

Intensidade de Campo no limite da Área de Serviço = 89,38 dBμ

9- INSTRUMENTOS EMPREGADOS NA VISTORIA:

Frequêncímetro da Anritsu Modelo MF1603A

Analisador de Spectro da Anritsu – Modelo MS 2651B

Wattímetro BIRD 43

10 – DADOS DO ENGENHEIRO PROJETISTA

NOME COMPLETO

G I V A L D O B A R B O S A D A S I L V A

ENDEREÇO

R U A D O A L B A T R O Z Nº 1 2 3 A P T O 9 0 2 B

ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)

BAIRRO

I M B U I

CIDADE

S A L V A D O R B A

UF

REG.CREA

FORMAÇÃO

2 4 9 7 2 - D E N G . E L E T R I C I S T A - E L E T R O N I C O

CEP

TELEFONE

4 1 7 2 - 0 - 4 2 0 0 7 1 - 9 1 5 5 6 7 8 8

E-MAIL

e n g . g i v a l d o @ u o l . c o m . b r

LOCAL

S A L V A D O R

DATA

ASSINATURA



4. TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE

T	E	C	L	A	R		E	Q	U	I	P	A	M	E	N	T	O	S		E	L	E	T	R	Ô	N	I	C	O	S	
L	T	D	A																												

MODELO

T	E	C	1	1	3																										
---	---	---	---	---	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

POTÊNCIA DE OPERAÇÃO

2	5	,	0																												
---	---	---	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

 watts

FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO

1	0	4	,	9																											
---	---	---	---	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

 MHz

POTÊNCIA DE FABRICA

2	5	,	0																												
---	---	---	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

 watts

POTÊNCIA MEDIDA

2	5	,	0																												
---	---	---	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

 watts

FREQUÊNCIA MEDIDA

1	0	4	,	9																											
---	---	---	---	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

 MHz

Nº HOMOLOGAÇÃO

0	7	1	7	0	3	0	3	4	5																						
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

5. TRANSMISSOR AUXILIAR (se houver)

FABRICANTE

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

MODELO

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

POTÊNCIA DE FABRICA

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

 watts

Nº HOMOLOGAÇÃO

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

POTÊNCIA DE OPERAÇÃO

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

 watts

POTÊNCIA MEDIDA

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

 watts

FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

 MHz

FREQUÊNCIA MEDIDA

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

 MHz

- Os dados dos transmissores são os mesmos dados
que constam na última licença expedida?

NÃO ☐SIM ☒

6. SISTEMA IRRADIANTE - ANTENA/TORRE

FABRICANTE DA ANTENA

M	O	N	T	E	L		S	I	S	T	E	M	A	S		D	E		C	O	M	U	N	I		C	A	Ç	Ã	O							
L	T	D	A																																		

MODELO

M	T	D	I	P		1	0	0	/	1																									
---	---	---	---	---	--	---	---	---	---	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

GANHO max (Gt)

0	0	,	0																																	
---	---	---	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

 dB

ALTURA EM RELAÇÃO AO SOLO

3	0	,	0																																	
---	---	---	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

 m

ALTURA DA TORRE

3	0	,	0																																	
---	---	---	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

 m

ALTITUDE DO LOCAL

8	4	0	,	0																																
---	---	---	---	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

 m

- Os dados do sistema irradiante são os mesmos que constam na última licença expedida?

NÃO ☐SIM ☒

7 - LINHA DE TRANSMISSÃO

FABRICANTE

R	F	S		B	R	A	S	I	L		K	M	P																						
---	---	---	--	---	---	---	---	---	---	--	---	---	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

MODELO

R	G	-	2	1	3																															
---	---	---	---	---	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

COMPRIMENTO(L)

4	0	,	0																																	
---	---	---	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

 m

ATENUAÇÃO EM 100 m (AL)

0	4	,	0																																	
---	---	---	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

 dB

PERDAS NA LINHA (PL)

		1	,	6																																
--	--	---	---	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

 dB

EFICIÊNCIA DA LINHA (η)

0	,	6	9																																	
---	---	---	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Perdas na linha (PL) = $\frac{L \cdot AL}{100}$

100

Eficiência da linha (η) = $10^{-\frac{PL}{10}}$

10

085 C
Fe. 54
Ruben
CUBA

LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA – RENOVAÇÃO DE OUTORGA

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Rádio Comunitária

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

DENOMINAÇÃO SOCIAL

A S S O C I A Ç Ã O C O M U N I T Á R I A S E A B R E N S E

DENOMINAÇÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)

CGC

D E C O M U N I C A Ç Ã O

DENOMINAÇÃO DE FANTASIA

R A D I O D I F U S Ã O C O M U N I T Á R I A F M -

A N O S S A

Portaria de Autorização nº 98 de 23/03/2000

Publicada no D.O.U de 29 de Março de 2000

Decreto Legislativo nº 420 de 25/01/2001

Publicado no D.O.U de 26 de Outubro de 2001

1. LOCALIZAÇÃO DA SEDE DA ENTIDADE

LOGRADOURO

R U A S I M P L I C I A N O L I M A Nº 8 7 6

BAIRRO

CIDADE

T A M B U R I L S E A B R A

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

UF

LATITUDE

LONGITUDE

B A

12° 24' 45" S

41° 46' 19" W

A sede da entidade encontra-se a menos de 1km do sistema irradiante?

NÃO ☐

SIM ☒

2. LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR E SISTEMA IRRADIANTE

LOGRADOURO

R U A S I M P L I C I A N O L I M A Nº 8 7 6

BAIRRO

CIDADE

T A M B U R I L S E A B R A

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

UF

LATITUDE

LONGITUDE

B A

12° 24' 45" S

41° 46' 19" W

- São as mesmas coordenadas que constam na última licença expedida?

NÃO ☐

SIM ☒

- É o mesmo endereço que consta na última licença expedida?

NÃO ☐

SIM ☒

3. LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO (Caso o estúdio não se encontre no local do sistema irradiante especifique como será feita a ligação entre o estúdio e o sistema irradiante no campo 8. "Outras informações de interesse")

LOGRADOURO

R U A S I M P L I C I A N O L I M A Nº 8 7 6

BAIRRO

CIDADE

T A M B U R I L S E A B R A

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

UF

LATITUDE

LONGITUDE

B A

12° 24' 45" S

41° 46' 19" W

Assinatura do Marques de Oliveira



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 02448633/0001-92
Razão Social: ASSOCIACAO COMUNITARIA SEABRENSE DE COMUNICACAO
Nome Fantasia: ASCOM
Endereço: RUA IMPLICIANO LIMA S/N CASA / CENTRO / SEABRA / BA / 46900-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 24/01/2013 a 22/02/2013

Certificação Número: 2013012408504053987923

Informação obtida em 28/01/2013, às 16:00:03.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil

CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA SEABRENSE DE COMUNICACAO
CNPJ: 02.448.633/0001-92

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 10:01:01 do dia 30/01/2013 <hora e data de Brasília>.

Válida até 29/07/2013.

Código de controle da certidão: **DFEC.B201.4912.608C**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil

CERTIDÃO NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E
ÀS DE TERCEIROS

Nº 000252013-04022633

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA SEABRENSE DE
COMUNICACAO

CNPJ: 02.448.633/0001-92

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em DAU, não abrangendo os demais tributos administrados pela RFB e as demais inscrições em DAU, administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Esta certidão é válida para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada e cisão parcial ou transformação de entidade ou de sociedade sociedade empresária simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art.931 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples.

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 20 de janeiro de 2010.

Emitida em 24/01/2013.

Válida até 23/07/2013.

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

http://www010.dataprev.gov.br/CWS/BIN/cws_mv2.asp?COMS_BIN/SIW_Contexto=C... 24/01/2013

**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.448.633/0001-92 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 30/03/1998
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA SEABRENSE DE COMUNICACAO			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ASCOM			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R SIMPLICIANO LIMA	NÚMERO SN	COMPLEMENTO CAA	
CEP 46.900-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO SEABRA	UF BA
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **15/01/2013** às **12:29:08** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)

© Copyright Receita Federal do Brasil - 15/01/2013



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

14/01/2013

000596102



CERTIDÃO ESTADUAL
AÇÕES CRIMINAIS

CERTIDÃO Nº: 000596102

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça (www.tjba.jus.br).

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos criminais do Estado da Bahia, anteriores a data de 11/01/2013, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA SEABRENSE DE COMUNICAÇÃO, portador do CNPJ: 02.448.633/0001-92, estabelecida na simpliciano lima 876, tamburil, CEP: 46900-000, Seabra - BA. *****

Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário. Certidão emitida de acordo com o §1º do art. 8º da resolução 121/2010 do CNJ, que impede emissão de certidão positiva quando constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação sem sentença condenatória transitada em julgado. Nesta certidão constam, inclusive, as ações de competência da auditoria militar.

Certifico finalmente que esta certidão é sem custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias a partir da data de sua emissão. Após esta data será necessária a emissão de uma nova certidão.

Salvador, segunda-feira, 14 de janeiro de 2013.

PEDIDO Nº:

000596102



Normeide de Araujo Silva
Setor de Certidão



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Seção Judiciária do Distrito Federal

Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis, Criminais e JEF

Nº 36270

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

ASSOCIACAO COMUNITARIA SEABRENSE DE COMUNICACAO, ou
vinculado ao **CNPJ: 02.448.633/0001-92**,

N A D A C O N S T A na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária
do Distrito Federal.

Esta certidão abrange todas as Subseções Judiciárias da Seção Judiciária do
Distrito Federal.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da
Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e
destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção
Judiciária do Distrito Federal (**www.jfdf.jus.br**);
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) a autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 3(três) meses após a
sua expedição.
- f) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da
Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a
titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a
autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.

Brasília/DF, 13h19, 14/01/2013.

Endereço: SAS, Quadra 02, bloco G, lote 08, Anexo A, CEP: 70040-000, BRASÍLIA - DF.
Fone: (61) 3221-6000. e-Mail: nucju@df.trf1.gov.br



Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: 2013313832

RAZÃO SOCIAL	
ASSOC. COMUNITARIA SEABRENSE DE COMUNICAÇÃO	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	CNPJ
	02.448.633/0001-92

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 15/01/2013, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

**A AUTENTICIDADE DESTES DOCUMENTOS PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIAS
OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO <http://www.sefaz.ba.gov.br>**

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da
Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEABRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
Departamento de Tributos e Arrecadação

Certidão N°. 009531

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS

Certifico eu, Diretor de Tributos desta Prefeitura, que revendo os arquivos e demais documentos desta repartição, NÃO ENCONTREI nenhum débito sob a responsabilidade do contribuinte abaixo:

Contribuinte: ASSOCIACAO COMUNITARIA SEABRENSE DE COMUNICACAO
Endereço: RUA SIMPLICIANO LIMA, 876 TAMBORIL
Complemento: ASCOM
Cidade: SEABRA (BA)
C.N.P.J: 02.448.633/0001-92 Inscr. Estadual:
Inscr. Municipal: 5704247/000148

Ressalvada a Fazenda Municipal o direito de cobrar quaisquer débitos que venham ser apurados após o fornecimento desta.
O referido é verdade e dou fé.

SEABRA (BA), 15 de Janeiro de 2013

Ricardo Matos Vieira
Agente Tributário
CPF: 006.809.065-09
Dec. N° 025-A/2003
Diretor de Tributos

Esta certidão é válida por 90 (noventa) dias, contados da sua emissão
Obs: Qualquer rasura tornara nulo este documento

Praça Benjamin Constant, n° 18 - Centro - CEP: 46900000

CNPJ: 13.922.604/0001-37



JUSTIÇA ELEITORAL
88ª ZONA ELEITORAL DE SEABRA - BA
RUA PIO XII, 248 - CENTRO Telefone 75 33311614



Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitora: AGHATA MARIA MARQUES DE OLIVEIRA
Inscrição: 107150130515 Zona: 88 Seção: 111
Município: 38970 - SEABRA UF: BA
Data de nascimento: 31/03/1980 Domiciliada desde: 06/05/2008
Filiação: MARIA DE LOURDES MARQUES DE OLIVEIRA
 GILBERTO NOGUEIRA DE OLIVEIRA

Em 17 de janeiro de 2013.


GREICE DA COSTA SANTOS
CHEFE DO CARTÓRIO

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Secretaria da Segurança Pública
Polícia Civil da Bahia
Centro de Documentação e Estatística Policial



Fl. 65
Rúbrica: 3

CERTIFICADO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nome: AGHATA MARIA MARQUES DE OLIVEIRA
Número do Rg: 11590660
Nome do Pai: GILBERTO NOGUEIRA DE OLIVEIRA
Nome da Mãe: MARIA DE LOURDES MARQUES DE OLIVEIRA
Data de Nascimento: 31/03/1980
Naturalidade: NAZARE BA

"Certifico que o requerente acima qualificado **NÃO** registra antecedentes criminais até a presente data no Centro de Documentação e Estatística Policial (CEDEP), da Polícia Civil".

IMPORTANTE:

Este certificado é válido somente com a apresentação da cédula de Identidade expedida pelo Instituto de Identificação Pedro Melo/DPT/SSP.

Este certificado foi emitido **Segunda-feira, 14 de janeiro de 113 às 2:54 PM** e está disponível para consulta no endereço http://www.ba.gov.br/antecedentes/validar_atestado.asp, informando o código

900BDC70-A90A-4DC9-806C-027959FA9287

Obs: Este certificado tem validade até a data **14/04/2013**



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Secretaria da Segurança Pública
Polícia Civil da Bahia
Centro de Documentação e Estatística Policial

Certificado de Antecedentes Criminais



» Apresentação do Serviço » Emissão de Certificado » Consultar Certificado » Reimpressão de Certificado

Resultado Pesquisa

Nome: AGHATA MARIA MARQUES DE OLIVEIRA

Número do Rg: 11590660

Nome do Pai: GILBERTO NOGUEIRA DE OLIVEIRA

Nome da Mãe: MARIA DE LOURDES MARQUES DE OLIVEIRA

Data de Nascimento: 31/03/1980

O código **900BDC70-A90A-4DC9-806C-027959FA9287** pesquisado é **válido** e pertence ao certificado emitido **segunda-feira, 14 de janeiro de 2013, às 14:54:20 h** para o requerente acima identificado.

Obs: Este certificado tem validade até a data **14/04/2013**

Pesquisar novo código





Nº 1385832013

SEI 53000.056621/2011-75 / pg. 80

**Certidão de Antecedentes Criminais - Validar Autenticidade**

Esta Certidão é autêntica e foi emitida via Internet pelo Departamento de Polícia Federal.

Número da Certidão: 1385832013 Hora da Emissão: 14:49 Data da Emissão: 14/01/2013

Nome.....: AGHATA MARIA MARQUES DE OLIVEIRA
Nome do Pai.....: GILBERTO NOGUEIRA DE OLIVEIRA
Nome da Mãe.....: MARIA DE LOURDES MARQUES DE OLIVEIRA
Data de Nascimento.....: 31/03/1980
Nacionalidade.....: BRASILEIRO
Naturalidade.....: NAZARE -BA
Número do Passaporte.....:
Carteira de Identidade.....: 1159066060 SSP/BA
CPF.....: 00593116577

Esta certidão é válida até 14/04/2013

Voltar



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Seção Judiciária do Distrito Federal

Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis, Criminais e JEF

Nº 37415

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

AGHATA MARIA MARQUES DE OLIVEIRA, ou vinculado ao **CPF: 005.931.165-77**,

N A D A C O N S T A na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Distrito Federal.

Esta certidão abrange todas as Subseções Judiciárias da Seção Judiciária do Distrito Federal.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Distrito Federal (**www.jfdf.jus.br**);
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) a autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 3(três) meses após a sua expedição.
- f) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.

Brasília/DF, 15h28, 14/01/2013.

Endereço: SAS, Quadra 02, bloco G, lote 08, Anexo A, CEP:70040-000, BRASÍLIA - DF.
Fone: (61) 3221-6000. e-Mail: nucju@df.trf1.gov.br



Confirmação da Autenticidade de Certidões

Certidão número 37415 emitida via Internet às 15:28 horas do dia 14/01/2013, em nome de AGHATA MARIA MARQUES DE OLIVEIRA, ou vinculado ao CPF: 005.931.165-77.

Resultado: "N A D A C O N S T A na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Distrito Federal".



15/01/2013

000597727



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

CERTIDÃO ESTADUAL
AÇÕES CRIMINAIS

CERTIDÃO Nº: 000597727**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça (www.tjba.jus.br).

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos criminais do Estado da Bahia, anteriores a data de 14/01/2013, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

AGHATA MARIA MARQUES DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, administrador, portador do RG: 1159066060, CPF: 005.931.165-77, filha de Gilberto Nogueira de Oliveira e Maria de Lourdes Marques de Oliveira, natural de Nazare - BA, nascida aos 31/03/1980, residente na RUA CASTRO ALVES, 170, CASA, CENTRO, CEP: 46900-000, Seabra - BA. *****

Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário. Certidão emitida de acordo com o §1º do art. 8º da resolução 121/2010 do CNJ, que impede emissão de certidão positiva quando constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação sem sentença condenatória transitada em julgado. Nesta certidão constam, inclusive, as ações de competência da auditoria militar.

Certifico finalmente que esta certidão é sem custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias a partir da data de sua emissão. Após esta data será necessária a emissão de uma nova certidão.

Salvador, terça-feira, 15 de janeiro de 2013.

PEDIDO Nº:

000597727

Normeide de Araujo Silva
Setor de Certidão

Código Débito Automático

Matrícula

066518989

Mês/Ano dv Cidade dv Inscrição

01/2013 2 0074 4 02.1304.2.0585.0000.0 00840585 000840585

Rot.Leitura Rot.Entrega

Nome/Endereço para entrega

AGHATA MARIA MARQUES DE OLIVEIRA

RU CASTRO ALVES, 170

SEABRA

CENTRO

CEP - 46.900-000

Nº Hidrômetro

Cód.Leitura

Leitura Atual

Leitura Anterior

Dias de Cons.

Período de Consumo

A07N500972

588

576

31

19/11 A 20/12

Endereço da Ligação

Data da Leitura

Data da Emissão

20/12

03/01/2013

RU CASTRO ALVES, 170

CENTRO

SEABRA

Especificação

Valores em R\$

CONS. AGUA

12M3

27,53

Consumo dos últimos meses

Mês/Ano	Consumos (m3)
01/2013	12
12/2012	13
11/2012	12
10/2012	17
09/2012	12
08/2012	14

Consumos (m3)

ECONOMIZE AGUA - UMA TORNEIRA PINGANDO DURANTE UM MES REPRESENTA UM ACRESCIMO DE 1380 LITROS.

DECRETO FEDERAL Nº 5.440 / 2005

Padrão da Portaria MS 2914/2011	Nº de Amostras - Rede		
Parâmetros	Exigidas	Analisadas	Em conformidade
Cor - 15 UH	0010	0010	0010
Turbidez - 5,0 UT	0010	0026	0026
Cloro - Min. 0,2 mg/l	0043	0050	0050
Coliformes Totais - (*)	0043	0050	0050
Escherichia Coli - Ausente	-	-	-

Água fluoretada com teor máximo permitido de até 1,5mg/L de flúor (**).

Significado dos parâmetros de qualidade da água

Cor:	ocorre devido a partículas dissolvidas na água;
Turbidez:	ocorre devido a partículas em suspensão, que deixam a água com aparência turva;
Cloro:	produto químico utilizado para eliminar bactérias;
Coliformes Totais:	indicador utilizado para medir contaminação por bactérias;
Escherichia Coli (*):	indicador utilizado para medir contaminação fecal;
Flúor:	produto químico adicionado à água para prevenir cáries dentárias.
(*)	Sistemas que analisam 40 ou mais amostras/mês, ausência em 95% das amostras examinadas.
(**)	Sistemas que analisam menos de 40 amostras/mês, apenas uma amostra poderá apresentar mensalmente resultado positivo.
(**)	Alguns sistemas podem não estar sendo fluoretados.
Dúvidas:	(71) 3373-7797.
Obs:	Detectadas anomalias, medidas corretivas são adotadas para o retorno à normalidade.
UH =	Unidade de Cor
UT =	Unidade de Turbidez

Consumo até 30 m³ = 30 mil litros/mês estão isentos de ICMS

Unidades de Consumo - UC 0001

(Apartamentos/casas/salas)

Consumo Médio por Unidade (m³) 12

Consumo Médio Mensal / Ligação 13

CONFORME LEI FEDERAL 11.445/07 E DECRETO FEDERAL 7.217/10, O ATRASO DO PAGAMENTO DESTA CONTA IMPLICARÁ NA SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS APÓS 30 DIAS CONTADOS DA DATA DO VENCIMENTO.

Tarifa RES-0001

VENCIMENTO

TOTAL A PAGAR EM R\$

19/01/2013

27,53

Faixas de Consumo (m³)

VL. Unit.(R\$)

X Cons.(m³)

X UC = Valor(R\$)

ICMS

ESGOTO(% água)

VL. Total

RESIDENCIAL

1

UNIDADE

ATE

10 MINIMO

10

17,65

>

10 4,94

2

9,88

AGUA

27,53

0,00

27,53

ESGOTO

0

0,00

INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS

ICMS

Base de cálculo(R\$) Aliquota % Vl.Imposto(R\$)

0,00 0

0,00

Condições gerais de prestação de serviços Decretos 3060/1994 e 7.765/2000. Lei Federal 11.445/2007 ICMS - Lei 7.014/96 Art. 25

A PARTIR DE 22/11, PROCURE A EMBASA E NEGOCIE SEU DÉBITO COM CONDIÇÕES FACILITADAS.

CASO NÃO CONCORDE COM O VALOR DA SUA FATURA, VOCE PODE SUSPENDER TEMPORARIAMENTE SEU DÉBITO EM CONTA. LIGUE PARA 08000-555195 ATÉ LIMITE DE 3 DIAS ÚTEIS ANTES DO VENCIMENTO.

ESTA CONTA NÃO QUITA DÉBITOS ANTERIORES

CANHOTO PROCESSADO EM LEITORA ÓTICA. EVITE DANIFICÁ-LO.



empresa baiana de águas e saneamento s.a.

NOTA FISCAL / CONTA DE ÁGUA E/OU ESGOTO

CNPJ 13.504.675/0001-10 INSC. EST. 00665571

Centro Administrativo da Bahia- CAB, 4º Av N° 420 - Cep 41.745.300

Código Débito Automático

Matrícula

066518989

Mês/Ano dv

01/2013 2

VENCIMENTO

TOTAL A PAGAR EM R\$

19/01/2013

Cidade dv Inscrição

0074 4 02.1304.2.0585.0000.0

0001628/0002401-0637 1

CONTA SERA QUITADA VIA DEBITO AUTOMATICO NO BANCO BRADESCO S/A

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

066518989 0074.02.1304.2.0585.0000.000840585 000840585

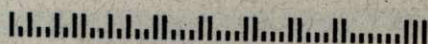
SCGR053 JOB07005 07 JAN 2013 20:01:03



embasa

empresa baiana de águas e saneamento s.a.

**NOTA FISCAL
CONTA DE ÁGUA/ESGOTO**



AGHATA MARIA MARQUES DE OLIVEIRA
RU CASTRO ALVES, 170
SEABRA CENTRO
CEP - 46.900-000

MATRICULA 066518989 RES-0001
INSCRICAO 0074.02.1304.2.0585.0000.0
ROTEIRO LEITURA 00840585
ROTEIRO ENTREGA 000840585
HIDROMETRO A07N500972

VENCIMENTO
19/01/2013

Ligação Gratuita
0800 0555 195

LOJA: RU FRANKLIN DE QUEIROZ S/N TEL. 3311178



www.embasa.ba.gov.br

0001628/0002401-0637 1



**ACOMPANHE A MEDIÇÃO
DO SEU HIDRÔMETRO E,
SE NECESSÁRIO, ENTRE EM
CONTATO COM A EMBASA
PARA UMA MELHOR ANÁLISE
DO SEU CONSUMO.**

Para facilitar a consulta, preencha os campos
abaixo com a leitura do seu hidrômetro (apenas os
números pretos):

--	--	--	--

ATUALIZE SEU CADASTRO

Atualize seu cadastro num ponto de atendimento da Embasa e tenha acesso a serviços como certidão negativa e termo de quitação anual de débitos.

* Ilustrações extraídas de cartilha educativa produzida pela Embasa

PATROCÍNIO EGBA / PRODEB

PARA USO DO ENTREGADOR

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Desconhecido |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | <input type="checkbox"/> Recusado |
| <input type="checkbox"/> Número não confere | <input type="checkbox"/> Outra Ocorrência |

RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO

MORADOR ☐ PORTEIRO ☐ SÍNDICO ☐ VIZINHO ☐

DATA

ASSINATURA

TABELIONATO DE NOTAS
SEABRA - BAHIA
COFERE COM O ORIGINAL

28 / 01 / 13

73
SAC

SELO DE AUTENTICIDADE
Nº FA 543907

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: 14619334 20 DATA DE EXPEDIÇÃO: 08/08/2005

NOME: SUEIDE MARTINS DE ANDRADE

FILIAÇÃO: NEURIVAL JOSE DE ANDRADE
CLAUDEIR MARTINS DE SOUZA

NATURALIDADE: CANARANA BA DATA DE NASCIMENTO: 11/03/1987

DOC ORIGEM: CER-NAS CM-CANARANA BA

DST-SALOBRO L-A01 F-61V R-000244

CPF: [blank]

SALVADOR, BA

Facilita Ul.º de O. Santos Costa
ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

SAC

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO PEDRO MELO

POLEGAR DIREITO

Sueide Martins de Andrade

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas
Número de Inscrição

040.547.605-11

Nome
SUEIDE MARTINS DE ANDRADE

Nascimento
11/03/1987



imprimir



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Seção Judiciária do Distrito Federal

Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis, Criminais e JEF

Nº 35705

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

SUEIDE MARTINS DE ANDRADE, ou vinculado ao **CPF: 040.547.605-11**,

N A D A C O N S T A na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Distrito Federal.

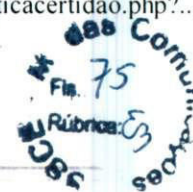
Esta certidão abrange todas as Subseções Judiciárias da Seção Judiciária do Distrito Federal.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Distrito Federal (**www.jfdf.jus.br**);
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) a autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 3(três) meses após a sua expedição.
- f) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.

Brasília/DF, 12h05, 14/01/2013.

Endereço: SAS, Quadra 02, bloco G, lote 08, Anexo A, CEP: 70040-000, BRASÍLIA - DF.
Fone: (61) 3221-6000. e-Mail: nucju@df.trf1.gov.br



Confirmação da Autenticidade de Certidões

Certidão número 35705 emitida via Internet às 12:05 horas do dia 14/01/2013, em nome de SUEIDE MARTINS DE ANDRADE, ou vinculado ao CPF: 040.547.605-11.

Resultado: "N A D A C O N S T A na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Distrito Federal".



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 1368342013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **SUEIDE*MARTINS*DE*ANDRADE**, nacionalidade brasileiro, filho(a) de NEURIVAL JOSE DE ANDARDE e CLAUDEIR MARTINS DE SOUZA, nascido(a) aos 11/03/1987, natural de CANARANA/BA, Documento de identificação 1461933420 SSP/BA, CPF 040.547.605-11.

Observações:

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>)
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 13:41 de 14/01/2013



Certidão de Antecedentes Criminais - Validar Autenticidade

Esta Certidão é autêntica e foi emitida via Internet pelo Departamento de Polícia Federal.

Número da Certidão: 1368342013 Hora da Emissão: 13:41 Data da Emissão: 14/01/2013

Nome.....: SUEIDE MARTINS DE ANDRADE
Nome do Pai.....: NEURIVAL JOSE DE ANDARDE
Nome da Mãe.....: CLAUDEIR MARTINS DE SOUZA
Data de Nascimento.....: 11/03/1987
Nacionalidade.....: BRASILEIRO
Naturalidade.....: CANARANA -BA
Número do Passaporte.....:
Carteira de Identidade.....: 1461933420 SSP/BA
CPF.....: 04054760511

Esta certidão é válida até 14/04/2013

Voltar



14/01/2013

000595904

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA



CERTIDÃO ESTADUAL
AÇÕES CRIMINAIS

CERTIDÃO N°: 000595904**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça (www.tjba.jus.br).

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos criminais do Estado da Bahia, anteriores a data de 11/01/2013, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

SUEIDE MARTINS DE ANDRADE, brasileira, solteira, administrador, portador do RG: 1461933420, CPF: 040.547.605-11, filha de Neurival Jise de Andrade e Claudeir Martins de Souza, natural de Canarana - BA, nascida aos 11/03/1987, residente na JOSE DURVAL TEIXEIRA, BOA VISTA, CEP: 46900-000, Seabra - BA.

Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário. Certidão emitida de acordo com o §1º do art. 8º da resolução 121/2010 do CNJ, que impede emissão de certidão positiva quando constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação sem sentença condenatória transitada em julgado. Nesta certidão constam, inclusive, as ações de competência da auditoria militar.

Certifico finalmente que esta certidão é sem custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias a partir da data de sua emissão. Após esta data será necessária a emissão de uma nova certidão.

Salvador, segunda-feira, 14 de janeiro de 2013.

PEDIDO N°:**000595904**

Normeide de Araujo Silva
Setor de Certidão



14/01/2013 000595904

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA



CERTIDÃO ESTADUAL
AÇÕES CRIMINAIS

CERTIDÃO Nº: 000595904

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça (www.tjba.jus.br).

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos criminais do Estado da Bahia, anteriores a data de 11/01/2013, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

SUEIDE MARTINS DE ANDRADE, brasileira, solteira, administrador, portador do RG: 1461933420, CPF: 040.547.605-11, filha de Neurival Jise de Andrade e Claudeir Martins de Souza, natural de Canarana - BA, nascida aos 11/03/1987, residente na JOSE DURVAL TEIXEIRA, BOA VISTA, CEP: 46900-000, Seabra - BA.

Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário. Certidão emitida de acordo com o §1º do art. 8º da resolução 121/2010 do CNJ, que impede emissão de certidão positiva quando constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação sem sentença condenatória transitada em julgado. Nesta certidão constam, inclusive, as ações de competência da auditoria militar.

Certifico finalmente que esta certidão é sem custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias a partir da data de sua emissão. Após esta data será necessária a emissão de uma nova certidão.

Salvador, segunda-feira, 14 de janeiro de 2013.

PEDIDO Nº:

000595904



Normeide de Araujo Silva
Setor de Certidão



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Secretaria da Segurança Pública
Polícia Civil da Bahia
Centro de Documentação e Estatística Policial



Sec. das Com.
F. 80
R. 10
S. 10

CERTIFICADO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nome: SUEIDE MARTINS DE ANDRADE

Número do Rg: 14619334

Nome do Pai: NEURIVAL JOSE DE ANDRADE

Nome da Mãe: CLAUDEIR MARTINS DE SOUZA

Data de Nascimento: 11/03/1987

Naturalidade: CANARANA BA

"Certifico que o requerente acima qualificado **NÃO** registra antecedentes criminais até a presente data no Centro de Documentação e Estatística Policial (CEDEP), da Polícia Civil".

IMPORTANTE:

Este certificado é válido somente com a apresentação da cédula de Identidade expedida pelo Instituto de Identificação Pedro Melo/DPT/SSP.

Este certificado foi emitido **Segunda-feira, 14 de janeiro de 113 às 11:00 AM** e está disponível para consulta no endereço http://www.ba.gov.br/antecedentes/validar_atestado.asp, informando o código

EF258A3C-B8B9-49C1-A4C7-52FFA1E272FE

Obs: Este certificado tem validade até a data **14/04/2013**



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Secretaria da Segurança Pública
Polícia Civil da Bahia
Centro de Documentação e Estatística Policial

Certificado de Antecedentes Criminais

81
Rúbrica: [assinatura]
2013

[» Apresentação do Serviço](#)[» Emissão de Certificado](#)[» Consultar Certificado](#)[» Reimpressão de Certificado](#)

Resultado Pesquisa

Nome: SUEIDE MARTINS DE ANDRADE

Número do Rg: 14619334

Nome do Pai: NEURIVAL JOSE DE ANDRADE

Nome da Mãe: CLAUDEIR MARTINS DE SOUZA

Data de Nascimento: 11/03/1987

O código **EF258A3C-B8B9-49C1-A4C7-52FFA1E272FE** pesquisado é **válido** e pertence ao certificado emitido **segunda-feira, 14 de janeiro de 2013, às 10:59:01 h** para o requerente acima identificado.

Obs: Este certificado tem validade até a data **14/04/2013**

Pesquisar novo código





JUSTIÇA ELEITORAL
88ª ZONA ELEITORAL DE SEABRA - BA
RUA PIO XII, 248 - CENTRO Telefone 75 33311614



Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitora: SUEIDE MARTINS DE ANDRADE
Inscrição: 126236570574 Zona: 88 Seção: 150
Município: 38970 - SEABRA UF: BA
Data de nascimento: 11/03/1987 Domiciliada desde: 24/11/2005
Filiação: CLAUDEIR MARTINS DE SOUZA
 NEURIVAL JOSÉ DE ANDRADE

Em 15 de janeiro de 2013.


GREICE DA COSTA SANTOS
CHEFE DO CARTÓRIO

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

NOTA FISCAL / CONTA DE ÁGUA E/OU ESGOTO

embasa

das Comunicações
R. 83
Rubrica: 83

CNPJ 13.504.675/0001-10 INSC. EST. 00665571
Centro Administrativo da Bahia- CAB, 4ª Av N° 420 - Cep 41.745.300

Código Débito Automático

Matrícula

066524121

Mês/Ano dv Cidade dv Inscrição Rot.Leitura Rot.Entrega
11/2012 3 0074 4 02.1225.1.0046.0000.0 00591529 000591529

Nome/Endereço para entrega
SUEIDE MARTINS DE ANDRADE

RU DURVAL JOSE TEIXEIRA, 29
SEABRA BOA VISTA CEP - 46.900-000

Nº Hidrômetro Cód.Leitura Leitura Atual Leitura Anterior Dias de Cons. Período de Consumo
Y09F135186 227 218 30 19/09 A 19/10

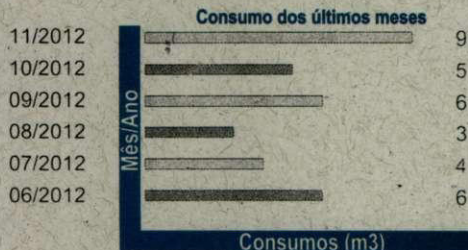
Endereço da Ligação Data da Leitura Data da Emissão
RU DURVAL JOSE TEIXEIRA, 29 BOA VISTA 19/10 02/11/2012

Especificação

CONS. AGUA 9M3
MULTA REFER. A(S) CONTA(S) 09/2012
JUROS DE MORA - CONTA(S) 09/2012

Valores em R\$

17,65
0,35
0,37



ECONOMIZE AGUA - UMA TORNEIRA PINGANDO DURANTE UM MES REPRESENTA UM ACRESCIMO DE 1380 LITROS

DECRETO FEDERAL Nº 5.440 / 2005

Padrão da Portaria MS 2914/2011	Nº de Amostras - Rede		
	Exigidas	Analisadas	Em conformidade
Parâmetros			
Cor - 15 UH	0010	0010	0010
Turbidez - 5,0 UT	0010	0023	0023
Cloro - Min. 0,2 mg/l	0043	0050	0050
Escherichia Coli - (*)	0043	0050	0050
Coliformes Termotolerantes - Ausente	--	--	--

Água fluoretada com teor máximo permitido de até 1,5mg/L de flúor (**).

Significado dos parâmetros de qualidade da água

Cor: ocorre devido a partículas dissolvidas na água;
Turbidez: ocorre devido a partículas em suspensão, que deixam a água com aparência turva;
Cloro: produto químico utilizado para eliminar bactérias;
Coliformes Totais: indicador utilizado para medir contaminação por bactérias;
Escherichia Coli (*): indicador utilizado para medir contaminação fecal;
Flúor: produto químico adicionado à água para prevenir cáries dentárias.
(*) Sistemas que analisam 40 ou mais amostras/mês, ausência em 95% das amostras examinadas.
(**) Sistemas que analisam menos de 40 amostras/mês, apenas uma amostra poderá apresentar mensalmente resultado positivo.
(***) Alguns sistemas podem não estar sendo fluoretados.
Dúvidas: (71) 3373-7797.
Obs: Detectadas anomalias, medidas corretivas são adotadas para o retorno à normalidade.
UH = Unidade de Cor UT = Unidade de Turbidez

Tarifa RES-0001

VENCIMENTO TOTAL A PAGAR EM R\$

19/11/2012 18,37

Faixas de Consumo (m³)	VL. Unit.(R\$)	X Cons.(m³)	X UC = Valor(R\$)	ICMS	ESGOTO(% água)	VL. Total
RESIDENCIAL		1	UNIDADE			
ATE 10 MINIMO		9	17,65			
AGUA			17,65	0,00		17,65
ESGOTO					0	0,00

INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS

ICMS Base de cálculo(R\$) Alíquota %VL.Imposto(R\$)
0,00 0 0,00

Condições gerais de prestação de serviços Decretos 3060/1994 e 7.765/2000. Lei Federal 11.445/2007
ICMS - Lei 7.014/96 Art. 25

A PARTIR DE 22/11 PROCURE A EMBASA E NEGocie SEU DEBITO COM CONDICÖES FACILITADAS.

Consumo até 30m³ = 30 mil litros/mês estão isentos de ICMS

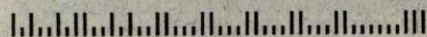
Unidades de Consumo - UC (Apartamentos/casas/salas)	0001
Consumo Médio por Unidade(m³)	9
Consumo Médio Mensal / Ligação	5

066524121 0074.02.1225.1.0046.0000.000591529 000591529

embasa

empresa baiana de águas e saneamento s.a.

**NOTA FISCAL
CONTA DE ÁGUA/ESGOTO**



SUEIDE MARTINS DE ANDRADE
RU DURVAL JOSE TEIXEIRA, 29
SEABRA BOA VISTA

CEP - 46.900-000

MATRICULA	066524121	RES-0001
INSCRICAO	0074.02.1225.1.0046.0000.0	
ROTEIRO LEITURA	00591529	
ROTEIRO ENTREGA	000591529	
HIDROMETRO	Y09F135186	

VENCIMENTO

19/11/2012

Ligação Gratuita
0800 0555 195

LOJA: RU FRANKLIN DE QUEIROZ S/N TEL. 3311178

www.embasa.ba.gov.br

0000300/0002371-0823 1



**ACOMPANHE A MEDIÇÃO
DO SEU HIDRÔMETRO E,
SE NECESSÁRIO, ENTRE EM**

Para facilitar a consulta, preencha os campos
abaixo com a leitura do seu hidrômetro (apenas os
números pretos):

TABELIONATO DE NOTAS
SEABRA - BAHIA
COFERE COM O ORIGINAL

28 / 01 / 13 MCL

- () M^{re} Cristian S. Lobo - Tabelião
() M^{re} Regina C. de Souza Santos - Subtabelião
() M^{re} Claudete Alves de Oliveira - Subtabelião
() M^{re} Celso de O. Sampaio - Subtabelião

RECONHECIMENTO
ESTADO DA BAHIA
PODER JUDICIÁRIO
Nº FA 543908

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: 15562594 25 DATA DE EXPEDIÇÃO: 14/10/2007

NOME: MARIO SERGIO ALVES NOVAIS

DECLARAÇÃO: ADERCIO NOVAIS

NATURALIDADE: MARIA MILZA ALVES DA CRUZ

PIATA BA DATA DE NASCIMENTO: 13/07/1993

DGO ORIGEM: CER-NAS CM-PIATA BA

DST-SEDE: L-23A F-212 R-014641

SALVADOR, BA

ASSINATURA DO TABELIÃO

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

SAC

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Mário Sérgio Alves Novais

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição: 042.765.125-57

Nome: MARIO SERGIO ALVES NOVAIS

Nascimento: 13/07/1993

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
15 de Novembro de 1889



PREFEITURA MUNICIPAL DE SEABRA

ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS E ARRECADAÇÃO

Praça Benjamin Constant, nº 18 – centro – CEP. 46.900-970 - e-mail – tributos.seabra@hotmail.com

CNPJ: 13.922.604/0001-37

FONE: 75 – 3331-1421/1422

SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL
REQUERIMENTO DE ATESTADO DE RESIDÊNCIA

NOME	MARIO SERGIO ALVES NOVAIS	NATURALIDADE	SEABRA-BA
NACIONALIDADE	BRASILEIRA	PROFISSÃO	ESTUDANTE
ESTADO CIVIL	SOLTEIRO	IDADE	19 ANOS
DATA DE NASCIMENTO	13/07/1993	C.P.F.	042.765.125-57
R.G.	15562594 25 SSP/BA		
PAI	ADERCIO NOVAIS		
MÃE	MARIA MILZA ALVES DA CRUZ		
ENDEREÇO	RUA JOSE ANTONIO PINTO, 475 – BOA VISTA – SEABRA-BA		
FINS A QUE SE DESTINA	REGULARIZAÇÃO DE CADASTRO JUNTO A ANATEL.		

Vem pedir se digne V. S^a, atestar que o requerente reside no endereço indicado, sendo confirmado pelas testemunhas que abaixo assinam.

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui apresentadas, são verdadeiras e me responsabilizo, por qualquer incorreção referente às informações.

NESTES TERMOS
PEDE DEFERIMENTO,

Seabra, 16 de Janeiro de 2013.

Mario Sergio Alves Novais
Requerente: ou seu responsável legal.

Valci Araujo dos Anjos
Testemunha: VALCI ARAUJO DOS ANJOS
RG: 13292617 20 SSP/BA

Sergio Alcantara Moreira
Testemunha: SERGIO ALCANTARA MOREIRA
RG: 09906323 93 SSP/BA

Declaro, sob as penas da Lei, ter verificado as informações prestadas pelo requerente, bem como sua devida identificação, responsabilizo-me por qualquer incorreção.

Ricardo Matos Vieira
Servidor: RICARDO MATOS VIEIRA

DESPACHO AO REQUERIMENTO:



Atestamos afirmativamente, com base nas informações das testemunhas e do servidor responsável pela identificação.
Indeferimos o requerimento.

Seabra, 16 de Janeiro de 2013.

Jânio Oliveira de Sousa
Diretor de Tributos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

16/01/2013

000599325



CERTIDÃO ESTADUAL
AÇÕES CRIMINAIS

CERTIDÃO Nº: 000599325

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça (www.tjba.jus.br).

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos criminais do Estado da Bahia, anteriores a data de 15/01/2013, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

MARIO SERGIO ALVES NOVAIS, brasileiro, solteiro, estudante, portador do RG: 1556259425, CPF: 042.765.125-57, filho de Adercio Novais e Maria Milza Alves da Cruz, nascido aos 13/07/1993, residente na RUA DURVAL JOSÉ TEIXEIRA, 50, CASA, BOA VISTA, CEP: 46900-000, Seabra - BA. *****

Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário. Certidão emitida de acordo com o §1º do art. 8º da resolução 121/2010 do CNJ, que impede emissão de certidão positiva quando constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação sem sentença condenatória transitada em julgado. Nesta certidão constam, inclusive, as ações de competência da auditoria militar.

Certifico finalmente que esta certidão é sem custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias a partir da data de sua emissão. Após esta data será necessária a emissão de uma nova certidão.

Salvador, quarta-feira, 16 de janeiro de 2013.

PEDIDO Nº:

000599325



Normeide de Araujo Silva
Setor de Certidão



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

16/01/2013

000599325
Comunicação
Rúbrica: 87
87

CERTIDÃO ESTADUAL
AÇÕES CRIMINAIS

CERTIDÃO Nº: 000599325

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça (www.tjba.jus.br).

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos criminais do Estado da Bahia, anteriores a data de 15/01/2013, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

MARIO SERGIO ALVES NOVAIS, brasileiro, solteiro, estudante, portador do RG: 1556259425, CPF: 042.765.125-57, filho de Adercio Novais e Maria Milza Alves da Cruz, nascido aos 13/07/1993, residente na RUA DURVAL JOSÉ TEIXEIRA, 50, CASA, BOA VISTA, CEP: 46900-000, Seabra - BA. *****

Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário. Certidão emitida de acordo com o §1º do art. 8º da resolução 121/2010 do CNJ, que impede emissão de certidão positiva quando constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação sem sentença condenatória transitada em julgado. Nesta certidão constam, inclusive, as ações de competência da auditoria militar.

Certifico finalmente que esta certidão é sem custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias a partir da data de sua emissão. Após esta data será necessária a emissão de uma nova certidão.

Salvador, quarta-feira, 16 de janeiro de 2013.

PEDIDO Nº:

000599325



Normeide de Araujo Silva
Setor de Certidão

 imprimir

Obs: Valores sujeito a alteração sem prévio aviso

Rubrica: 88

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Seção Judiciária do Distrito Federal

Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis, Criminais e JEF

Nº 44756

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

MARIO SERGIO ALVES NOVAIS, ou vinculado ao **CPF: 042.765.125-57**,

N A D A C O N S T A na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Distrito Federal.

Esta certidão abrange todas as Subseções Judiciárias da Seção Judiciária do Distrito Federal.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Distrito Federal (**www.jfdf.jus.br**);
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) a autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 3(três) meses após a sua expedição.
- f) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.

Brasília/DF, 09h23, 16/01/2013.

Endereço: SAS, Quadra 02, bloco G, lote 08, Anexo A, CEP: 70040-000, BRASÍLIA - DF.
Fone: (61) 3221-6000. e-Mail: nucju@df.trf1.gov.br



Confirmação da Autenticidade de Certidões

Certidão número 44756 emitida via Internet às 09:23 horas do dia 16/01/2013, em nome de MARIO SERGIO ALVES NOVAIS, ou vinculado ao CPF: 042.765.125-57.

Resultado: "N A D A C O N S T A na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Distrito Federal".



JUSTIÇA ELEITORAL
88ª ZONA ELEITORAL DE SEABRA - BA
RUA PIO XII, 248 - CENTRO Telefone 75 33311614



Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral, constam para o eleitor MARIO SERGIO ALVES NOVAIS, nascido em 13/07/1993, filho de MARIA MILZA ALVES DA CRUZ e ADERCIO NOVAIS, número de inscrição eleitoral 138719320523, os seguintes dados cadastrais (MERAMENTE DECLARADOS PELO REQUERENTE, SEM VALOR PROBATÓRIO):

Ocupação: ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIÁRIO E ASSEMELHADOS

Grau de instrução: ENSINO MÉDIO INCOMPLETO

Estado civil: SOLTEIRO

Endereço: RUA JOSÉ ANTONIO PINTO 475 BOA VISTA

CEP: 46900000 Telefone: 7599592778

Em 16 de janeiro de 2013.


GREICE DA COSTA SANTOS
CHEFE DO CARTÓRIO



JUSTIÇA ELEITORAL
88ª ZONA ELEITORAL DE SEABRA - BA
RUA PIO XII, 248 - CENTRO Telefone 75 33311614



Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor: MARIO SERGIO ALVES NOVAIS
Inscrição: 138719320523 Zona: 88 Seção: 86
Município: 38970 - SEABRA UF: BA
Data de nascimento: 13/07/1993 Domiciliado desde: 14/04/2010
Filiação: MARIA MILZA ALVES DA CRUZ
 ADERCIO NOVAIS

Em 16 de janeiro de 2013.


GREICE DA COSTA SANTOS
CHEFE DO CARTÓRIO

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Secretaria da Segurança Pública
Polícia Civil da Bahia
Centro de Documentação e Estatística Policial



Fls. 92
Rubrica: 03
sed

CERTIFICADO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nome: MARIO SERGIO ALVES NOVAIS

Número do Rg: 15562594

Nome do Pai: ADERCIO NOVAIS

Nome da Mãe: MARIA MILZA ALVES DA CRUZ

Data de Nascimento: 13/07/1993

Naturalidade: PIATA BA

"Certifico que o requerente acima qualificado **NÃO** registra antecedentes criminais até a presente data no Centro de Documentação e Estatística Policial (CEDEP), da Polícia Civil".

IMPORTANTE:

Este certificado é válido somente com a apresentação da cédula de Identidade expedida pelo Instituto de Identificação Pedro Melo/DPT/SSP.

Este certificado foi emitido **Quarta-feira, 16 de janeiro de 113 às 9:05 AM** e está disponível para consulta no endereço http://www.ba.gov.br/antecedentes/validar_atestado.asp, informando o código

07E0F0B4-132A-4919-8B4B-F02EF333185F

Obs: Este certificado tem validade até a data **16/04/2013**



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Secretaria da Segurança Pública
Polícia Civil da Bahia
Centro de Documentação e Estatística Policial

**Certificado de
Antecedentes Criminais**

Seção de Antecedentes Criminais
Folha 93
Rubrica: 83
Data: 16/01/2013

» Apresentação do Serviço » Emissão de Certificado » Consultar Certificado » Reimpressão de Certificado

Resultado Pesquisa

Nome: MARIO SERGIO ALVES NOVAIS

Número do Rg: 15562594

Nome do Pai: ADERCIO NOVAIS

Nome da Mãe: MARIA MILZA ALVES DA CRUZ

Data de Nascimento: 13/07/1993

O código **07E0F0B4-132A-4919-8B4B-F02EF333185F** pesquisado é **válido** e pertence ao certificado emitido **quarta-feira, 16 de janeiro de 2013, às 09:05:17 h** para o requerente acima identificado.

Obs: Este certificado tem validade até a data **16/04/2013**

Pesquisar novo código



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 1720592013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **MARIO*SERGIO*ALVES*NOVAIS**, nacionalidade brasileiro, filho(a) de ADERCIO NOVAIS e MARIA MILZA ALVES DA CRUZ, nascido(a) aos 13/07/1993, natural de PIATA/BA, Documento de identificação 1556259426 SSP/BA, CPF 042.765.125-57.

Observações:

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>)
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 9:48 de 17/01/2013

**Certidão de Antecedentes Criminais - Validar Autenticidade**

Esta Certidão é autêntica e foi emitida via Internet pelo Departamento de Polícia Federal.

Número da Certidão: 1720592013 Hora da Emissão: 09:48 Data da Emissão: 17/01/2013

Nome.....: MARIO SERGIO ALVES NOVAIS
Nome do Pai.....: ADERCIO NOVAIS
Nome da Mãe.....: MARIA MILZA ALVES DA CRUZ
Data de Nascimento.....: 13/07/1993
Nacionalidade.....: BRASILEIRO
Naturalidade.....: PIATA -BA
Número do Passaporte.....:
Carteira de Identidade.....: 1556259426 SSP/BA
CPF.....: 04276512557

Esta certidão é válida até 17/04/2013

Voltar

des Com...
2 Fe. 96
Rúbrica: 59
1995

TABELIONATO DE NOTAS
SEABRA - BAHIA
COFERE COM O ORIGINAL

28 / 01 / 13

- () M^{re} Cristina S. Lobo - Tabelião
 - () M^{re} Regina C. de Souza Soares - Subtabelião
 - () M^{re} Audreia Gonçalves de Oliveira - Escrivente
 - () M^{re} de L... - Escrivente
- Nº FA 543906

UNIDADE DE REGISTRO E TERRITÓRIO NACIONAL

04.69879-52 07/11/2001

MARCION RAMONI LEITE

DALVIO FINA LEITE

MARDETE MEDEIROS RAMOS LEITE

SALVADOR-BA 16/12/1975

CER. NAS. CM-SEABRA-BA

DST. BFBH 1-67A F-222 R-000005

598115145 63

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CARTÃO DE IDENTIDADE

Nome: [illegible]

[Portrait Photo]

[Fingerprint]

Nº 598115145



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Secretaria da Segurança Pública
Polícia Civil da Bahia
Centro de Documentação e Estatística Policial



Ar. das Comunicações
Fls. 97
Rúbrica: [assinatura]

CERTIFICADO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nome: MARLON RAMOS LEITE

Número do Rg: 04369579

Nome do Pai: DALVIO PINA LEITE

Nome da Mãe: MARDETE MEDEIROS RAMOS LEITE

Data de Nascimento: 16/12/1975

Naturalidade: SALVADOR BA

"Certifico que o requerente acima qualificado **NÃO** registra antecedentes criminais até a presente data no Centro de Documentação e Estatística Policial (CEDEP), da Polícia Civil".

IMPORTANTE:

Este certificado é válido somente com a apresentação da cédula de Identidade expedida pelo Instituto de Identificação Pedro Melo/DPT/SSP.

Este certificado foi emitido **Quinta-feira, 10 de janeiro de 2013 às 5:15 PM** e está disponível para consulta no endereço http://www.ba.gov.br/antecedentes/validar_atestado.asp, informando o código

7EF00D24-275A-444D-B1BB-C1FAD795EA88

Obs: Este certificado tem validade até a data **10/04/2013**



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Secretaria da Segurança Pública
Polícia Civil da Bahia
Centro de Documentação e Estatística Policial

Certificado de
Antecedentes Criminais

088 Co.
98
Rúbrica: E
086
ser

» Apresentação do Serviço

» Emissão de Certificado

» Consultar Certificado

» Reimpressão de Certificado

Resultado Pesquisa

Nome: MARLON RAMOS LEITE

Número do Rg: 04369579

Nome do Pai: DALVIO PINA LEITE

Nome da Mãe: MARDETE MEDEIROS RAMOS LEITE

Data de Nascimento: 16/12/1975

O código **7EF00D24-275A-444D-B1BB-C1FAD795EA88** pesquisado é **válido** e pertence ao certificado emitido **quinta-feira, 10 de janeiro de 2013, às 16:14:56 h** para o requerente acima identificado.

Obs: Este certificado tem validade até a data **10/04/2013**

Pesquisar novo código





28/01/2013 000613930

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA



CERTIDÃO ESTADUAL
AÇÕES CRIMINAIS

CERTIDÃO Nº: 000613930

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça (www.tjba.jus.br).

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos criminais do Estado da Bahia, anteriores a data de 25/01/2013, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

MARLON RAMOS LEITE, brasileiro, solteiro, administrador, portador do RG: 0436957957, CPF: 598.115.105-63, filho de Dalvio Pina Leite e Mardete Medeiros Ramos Leite, natural de Salvador - BA, nascido aos 16/12/1975, residente na RUA MANOEL NOVAES, 199, CASA, CENTRO, CEP: 46900-000, Seabra - BA. *****

Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário. Certidão emitida de acordo com o §1º do art. 8º da resolução 121/2010 do CNJ, que impede emissão de certidão positiva quando constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação sem sentença condenatória transitada em julgado. Nesta certidão constam, inclusive, as ações de competência da auditoria militar.

Certifico finalmente que esta certidão é sem custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias a partir da data de sua emissão. Após esta data será necessária a emissão de uma nova certidão.

Salvador, segunda-feira, 28 de janeiro de 2013.

PEDIDO Nº:

000613930




Normeide de Araujo Silva
Setor de Certidão

Sec. das Comunicações
Fls. 100
Rubrica: 63



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 2946432013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **MARLON*RAMOS*LEITE**, nacionalidade brasileiro, filho(a) de DALVIO PINA LEITE e MARDETE MEDEIROS RAMOS LEITE, nascido(a) aos 16/12/1975, natural de SALVADOR/BA, Documento de identificação 0436957957 SSP/BA, CPF 598.115.105-63.

Observações:

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>)
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 14:59 de 28/01/2013

**Certidão de Antecedentes Criminais - Validar Autenticidade**

Esta Certidão é autêntica e foi emitida via Internet pelo Departamento de Polícia Federal.

Número da Certidão: 2946432013 Hora da Emissão: 14:59 Data da Emissão: 28/01/2013

Nome.....: MARLON RAMOS LEITE
Nome do Pai.....: DALVIO PINA LEITE
Nome da Mãe.....: MARDETE MEDEIROS RAMOS LEITE
Data de Nascimento.....: 16/12/1975
Nacionalidade.....: BRASILEIRO
Naturalidade.....: SALVADOR -BA
Número do Passaporte.....:
Carteira de Identidade.....: 0436957957 SSP/BA
CPF.....: 59811510563

Esta certidão é válida até 28/04/2013

Voltar



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis e Criminais

Nº 174811

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição mantidos desde 30 de março de 1989 até a presente data, **que**

NADA CONSTA

CONTRA **MARLON RAMOS LEITE**, ou vinculado(a) ao **CPF: 598.115.105-63**, no sistema processual de 2º grau deste Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Observações:

- a) certidão expedida gratuitamente, através da Internet;
- b) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação;
- c) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (**www.trf1.jus.br**);
- e) esta certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no Protocolo do TRF1, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica do TRF1.

Brasília/DF, 15h52, 28/01/2013.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A. Praça dos Tribunais Superiores. CEP: 70070-900.
Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: nucju@trf1.gov.br

Data da última atualização do banco de dados: 28/01/2013 15:52



Confirmação da Autenticidade de Certidões

Certidão número 174811 emitida via Internet às 15:52 horas do dia 28/01/2013, em nome de MARLON RAMOS LEITE, ou vinculado ao CPF: 598.115.105-63.

Resultado: "N A D A C O N S T A no Tribunal Regional Federal da 1ª Região".



JUSTIÇA ELEITORAL
88ª ZONA ELEITORAL DE SEABRA - BA
RUA PIO XII, 248 - CENTRO Telefone 75 33311614




Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor: MARLON RAMOS LEITE
Inscrição: 071444500558 Zona: 88 Seção: 86
Município: 38970 - SEABRA UF: BA
Data de nascimento: 16/12/1975 Domiciliado desde: 03/04/1992
Filiação: MARDETE MEDEIROS RAMOS LEITE
DALVIO PINA LEITE

Em 29 de janeiro de 2013.


GREICE DA COSTA SANTOS
CHEFE DO CARTÓRIO

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

NOTA FISCAL / CONTA DE ÁGUA E/OU ESGOTO

CNPJ 13.504.675/0001-10 INSC. EST. 00685571
Centro Administrativo da Bahia- CAB, 4ª Av N° 420 - Cep 41.745.300

embasa
EMPRESA BAHIANA DE ÁGUAS E ESGOTOS

das Comunicações
R. 105
Ribeirão Preto

Código Débito Automático

Matrícula

066460646

Mês/Ano dv Cidade dv Inscrição

Rot.Leitura Rot. Entrega

12/2012 0 0074 4 01.0995.1.0311.0000.0 00220764 000220764

Nome/Endereço para entrega

MANOEL FRANCISCO GOIS

RU MANOEL NOVAES, 199
SEABRA CENTRO

CEP - 46.900-000

Nº Hidrômetro	Cód. Leitura	Leitura Atual	Leitura Anterior	Dias de Cons.	Período de Consumo
A98T336159		1128	1121	31	15/10 A 15/11

Endereço da Ligação

RU MANOEL NOVAES, 199

CENTRO

SEABRA

Especificação

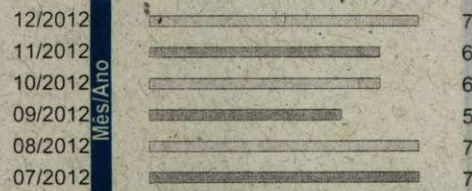
CONS. AGUA

7M3

Valores em R\$

17,65

Consumo dos últimos meses



Consumos (m3)

ECONOMIZE AGUA - UMA TORNEIRA PINGANDO DURANTE UM MES REPRESENTA UM ACRESCIMO DE 1380 LITROS.

DECRETO FEDERAL Nº 5.440 / 2005

Padrão da Portaria MS 2914/2011	Nº de Amostras - Rede		
	Exigidas	Analisadas	Em conformidade
Cor - 15 UH	0010	0010	0010
Turbidez - 5,0 UT	0010	0028	0028
Cloro - Min. 0,2 mg/l	0043	0050	0049
Coliformes Totais - (*)	0043	0050	0050
Escherichia Coli - Ausente			

Água fluoretada com teor máximo permitido de até 1,5mg/L de flúor (**).

Significado dos parâmetros de qualidade da água

Cor: ocorre devido a partículas dissolvidas na água;
Turbidez: ocorre devido a partículas em suspensão, que deixam a água com aparência turva;
Cloro: produto químico utilizado para eliminar bactérias;
Coliformes Totais: indicador utilizado para medir contaminação por bactérias;
Escherichia Coli (*): indicador utilizado para medir contaminação fecal;
Flúor: produto químico adicionado à água para prevenir cáries dentárias.
(*) Sistemas que analisam 40 ou mais amostras/mês, ausência em 95% das amostras examinadas.
(**) Sistemas que analisam menos de 40 amostras/mês, apenas uma amostra poderá apresentar mensalmente resultado positivo.
(**) Alguns sistemas podem não estar sendo fluoretados.
Dúvidas: (71) 3373-7797.
Obs: Detectadas anomalias, medidas corretivas são adotadas para o retorno à normalidade.
UH = Unidade de Cor UT = Unidade de Turbidez

Tarifa RES-0001

VENCIMENTO TOTAL A PAGAR EM R\$

16/12/2012 17,65

Faixas de Consumo (m³)	VL. Unit.(R\$)	X Cons.(m³)	X UC =	Valor(R\$)	ICMS	ESGOTO(% água)	VL. Total
------------------------	----------------	-------------	--------	------------	------	----------------	-----------

RESIDENCIAL

1

UNIDADE

ATE 10 MINIMO

7

17,65

AGUA

17,65

0,00

17,65

ESGOTO

0

0,00

INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS

ICMS

Base de cálculo(R\$) Alíquota % Vl. Imposto(R\$)

0,00 0 0,00

A PARTIR DE 22/11, PROCURE A EMBASA E NEGOCIE SEU DÉBITO COM CONDIÇÕES FACILITADAS.

Condições gerais de prestação de serviços Decretos 3060/1994 e 7.765/2000. Lei Federal 11.445/2007 ICMS - Lei 7.014/96 Art. 25

Consumo até 30m³ = 30 mil litros/mês estão isentos de ICMS

Unidades de Consumo - UC (Apartamentos/casas/salas) 0001

Consumo Médio por Unidade(m³) 7

Consumo Médio Mensal / Ligação 6

CONFORME LEI FEDERAL 11.445/07 E DECRETO FEDERAL 7.217/10, O ATRASO DO PAGAMENTO DESTA CONTA IMPLICARÁ NA SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS APÓS 30 DIAS CONTADOS DA DATA DO VENCIMENTO.

ESTA CONTA NÃO QUITA DÉBITOS ANTERIORES

CANHOTO PROCESSADO EM LEITORA ÓTICA. EVITE DANIFICA-LO.

embasa
EMPRESA BAHIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A.

NOTA FISCAL / CONTA DE ÁGUA E/OU ESGOTO

CNPJ 13.504.675/0001-10 INSC. EST. 00685571
Centro Administrativo da Bahia- CAB, 4ª Av N° 420 - Cep 41.745.300

Cidade dv Inscrição

0074 4 01.0995.1.0311.0000.0

Código Débito Automático

Matrícula

066460646

Mês/Ano dv

12/2012 0

VENCIMENTO TOTAL A PAGAR EM R\$

16/12/2012

17,65

0001580/0004357-0437 1

826100000007 176500478209 664606461211 200000000006



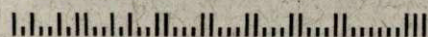
AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

066460646 0074.01.0995.1.0311.0000.000220764 000220764

SCGR051 JOB16764 30 NOV 2012 22:12:48



NOTA FISCAL CONTA DE ÁGUA/ESGOTO



MANOEL FRANCISCO GOIS
RU MANOEL NOVAES, 199
SEABRA CENTRO
CEP - 46.900-000

MATRICULA 066460646 RES-0001
INSCRICAO 0074.01.0995.1.0311.0000.0
ROTEIRO LEITURA 00220764
ROTEIRO ENTREGA 000220764
HIDROMETRO A98T336159

VENCIMENTO
16/12/2012

Ligação Gratuita
0800 0555 195

LOJA: RU FRANKLIN DE QUEIROZ S/N TEL. 3311178

www.embasa.ba.gov.br

0001580/0004357-0437 1



**ACOMPANHE A MEDIÇÃO
DO SEU HIDRÔMETRO E,
SE NECESSÁRIO, ENTRE EM
CONTATO COM A EMBASA
PARA UMA MELHOR ANÁLISE
DO SEU CONSUMO.**

Para facilitar a consulta, preencha os campos
abaixo com a leitura do seu hidrômetro (apenas os
números pretos):

--	--	--	--

ATUALIZE SEU CADASTRO

Atualize seu cadastro num ponto de atendimento da Embasa e tenha acesso a serviços como certidão negativa e termo de quitação anual de débitos.

* Ilustrações extraídas de cartilha educativa produzida pela Embasa

PATROCÍNIO EGBA / PRODEB

PARA USO DO ENTREGADOR		RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO			
<input type="checkbox"/> Mudou-se	<input type="checkbox"/> Desconhecido	MORADOR	PORTEIRO	SÍNDICO	VIZINHO
<input type="checkbox"/> Endereço insuficiente	<input type="checkbox"/> Recusado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Número não confere	<input type="checkbox"/> Outra Ocorrência	DATA		ASSINATURA	

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO CENAL 04650187 86 DATA DE EXPEDIÇÃO 29/04/93

NOME ORLANDO ALVES TEIXEIRA LEITE

FILIAÇÃO EDMAR PINA LEITE ADELINA ALVES TEIXEIRA LEITE

NATURALIDADE SEABRA BA DATA DE NASCIMENTO 26/11/966

DOC. ORIGEM CER-NAS CM-SEABRA BA

DST-SEDE 059 F-5/V R-007819

CPF

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

SELO DE AUTENTICIDADE

TABELIONATO DE NOTAS ATIVA DO BRASIL

AUTENTICAÇÃO/RECONHECIMENTO DO DA BAHIA

ESTADO DA BAHIA PODER JUDICIÁRIO

Nº FA 543909

28 01 13/10/96

M. Cristino S. Lima - Tabelião

M. Regina C. de Souza Santos - Substituto

M. Cleudete Alves da Oliveira - Escrivão

M. de L. dos S. O. Soares - Escrivão

ASSINATURA DO TITULAR

ORLANDO ALVES TEIXEIRA LEITE

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MODELO FORMULÁRIOS LTDA

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Assinatura

ORLANDO ALVES TEIXEIRA LEITE

SERPRO

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 12/08/95

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome

ORLANDO ALVES TEIXEIRA LEITE

Nº de Inscrição

441042195-68

Data do Nascimento

26/11/66



www.coelba.com.br
 Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
 Av. Edgar Santos, 300 - Cabula VI
 Salvador, BA | CEP 41.181-900
 CNPJ 15.139.629/0001-94 | Ins. Est. 00478696NO

Data de Vencimento:

15/01/2013

Total a Pagar (R\$)

58,16

Teleatendimento: 0800 071 1300 | Ouvidoria: 0800 071 7676
 Atendimento ao deficiente auditivo ou de fala: 0800 281 0142
 Para informar falta de energia, envie SMS para 27308 com nº do contrato
 Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL: 167 - Ligação gratuita de telefones fixos e tarifada na origem para telefones celulares

CLASSIFICAÇÃO

B3 COMERCIAL
 COMERCIAL
 Monofásico

Conta Contrato

0216389840

DADOS DO CLIENTE

ORLANDO ALVES TEIXEIRA LEITE
 PX-A SBA NET E AOS CORREIOS
 CPF:441.042.195-68

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA

PC LUIZ ACOSTA 17 A
 1 ANDAR
 CENTRO-SEABRA/SEABRA
 46900-000 SEABRA BA

NÚMERO DA NOTA FISCAL	DATA DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL	DATA DA APRESENTAÇÃO
000182270	03/01/2013	08/01/2013
SÉRIE DA NOTA FISCAL	NÚMERO DO CLIENTE	NÚMERO DA INSTALAÇÃO
SÉRIE ÚNICA	1001787492	5852233

Reservado ao Fisco

39DA.3310.7D43.F8DF.E797.B6CE.4038.E788

As condições gerais de fornecimento (Resolução ANEEL 414/2010), tarifas, produtos, serviços prestados e tributos se encontram a disposição para consulta, em nossas unidades de atendimento e no site www.coelba.com.br.

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

	Quantidade	Preço (R\$)	Valor (R\$)
Consumo Ativo(kWh)	95,0000000	0,59615612	56,63
Contribuição Iluminação Pública			1,53

HISTÓRICO DO CONSUMO

	kWh
JAN 13	95
DEZ 12	85
NOV 12	70
OUT 12	84
SET 12	84
AGO 12	91
JUL 12	79
JUN 12	91
MAI 12	148
ABR 12	159
MAR 12	179
FEV 12	134
JAN 12	107

TARIFAS APLICADAS

Consumo Ativo(kWh) 0,40324000

TOTAL DA FATURA

58,16

INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS

ICMS			PIS			COFINS		
Base de Cálculo	%	Valor do Imposto	Base de Cálculo	%	Valor do Imposto	Base de Cálculo	%	Valor do Imposto
56,63	27,00	15,29	56,63	0,96	0,54	56,63	4,40	2,49

AIDF Nº: 17590001072008 - RAIDF Nº: 936.498 PARCERIGECOT - 367/96 - 929/00 E 9876/04 | VP Impressos Laser LTDA

COMPOSIÇÃO DO CONSUMO

	R\$	%
Geração de Energia	16,92	29,88
Transmissão	2,05	3,62
Distribuição (Coelba)	16,89	29,83
Encargos Setoriais	2,44	4,31
Tributos	18,33	32,36
Total	58,16	100,00



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Seção Judiciária do Distrito Federal

Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis, Criminais e JEF

Nº 44784

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra**:

ORLANDO ALVES TEIXEIRA LEITE, ou vinculado ao **CPF: 441.042.195-68**,

N A D A C O N S T A na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Distrito Federal.

Esta certidão abrange todas as Subseções Judiciárias da Seção Judiciária do Distrito Federal.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Distrito Federal (**www.jfdf.jus.br**);
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) a autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 3(três) meses após a sua expedição.
- f) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.

Brasília/DF, 09h29, 16/01/2013.

Endereço: SAS, Quadra 02, bloco G, lote 08, Anexo A, CEP: 70040-000, BRASÍLIA - DF.
Fone: (61) 3221-6000. e-Mail: nucju@df.trf1.gov.br



Confirmação da Autenticidade de Certidões

Certidão número 44784 emitida via Internet às 09:29 horas do dia 16/01/2013, em nome de ORLANDO ALVES TEIXEIRA LEITE, ou vinculado ao CPF: 441.042.195-68.

Resultado: "N A D A C O N S T A na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Distrito Federal".



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

16/01/2013

000599341088
R. 110
Rúbrica: En
SAC
Comunicações

CERTIDÃO ESTADUAL
AÇÕES CRIMINAIS

CERTIDÃO Nº: 000599341

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça (www.tjba.jus.br).

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos criminais do Estado da Bahia, anteriores a data de 15/01/2013, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

ORLANDO ALVES TEIXEIRA LEITE, brasileiro, administrador, portador do RG: 0465818986, CPF: 441.042.195-68, filho de Edmar Pina Leite e Adelina Alves Teixeira Leite, natural de Seabra - BA, nascido aos 26/11/1966, residente na PRAÇA LUIZ ACOSTA, 17, CASA, CENTRO, CEP: 46900-000, Seabra - BA. ***

Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário. Certidão emitida de acordo com o §1º do art. 8º da resolução 121/2010 do CNJ, que impede emissão de certidão positiva quando constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação sem sentença condenatória transitada em julgado. Nesta certidão constam, inclusive, as ações de competência da auditoria militar.

Certifico finalmente que esta certidão é sem custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias a partir da data de sua emissão. Após esta data será necessária a emissão de uma nova certidão.

Salvador, quarta-feira, 16 de janeiro de 2013.

PEDIDO Nº:

000599341



Normeide de Araujo Silva
Setor de Certidão



16/01/2013 000599341
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

000599341
Fl. 111
Rubrica: E3
SBC 986

CERTIDÃO ESTADUAL
AÇÕES CRIMINAIS

CERTIDÃO Nº: 000599341

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça (www.tjba.jus.br).

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos criminais do Estado da Bahia, anteriores a data de 15/01/2013, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

ORLANDO ALVES TEIXEIRA LEITE, brasileiro, administrador, portador do RG: 0465818986, CPF: 441.042.195-68, filho de Edmar Pina Leite e Adelina Alves Teixeira Leite, natural de Seabra - BA, nascido aos 26/11/1966, residente na PRAÇA LUIZ ACOSTA, 17, CASA, CENTRO, CEP: 46900-000, Seabra - BA. ***

Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário. Certidão emitida de acordo com o §1º do art. 8º da resolução 121/2010 do CNJ, que impede emissão de certidão positiva quando constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação sem sentença condenatória transitada em julgado. Nesta certidão constam, inclusive, as ações de competência da auditoria militar.

Certifico finalmente que esta certidão é sem custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias a partir da data de sua emissão. Após esta data será necessária a emissão de uma nova certidão.

Salvador, quarta-feira, 16 de janeiro de 2013.

PEDIDO Nº:

000599341



Normeide de Araujo Silva
Setor de Certidão



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Secretaria da Segurança Pública
Polícia Civil da Bahia
Centro de Documentação e Estatística Policial



Arquivo das Cód.
Fls. 112
Rubricas: En
sed

CERTIFICADO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nome: ORLANDO ALVES TEIXEIRA LEITE

Número do Rg: 04658189

Nome do Pai: EDMAR PINA LEITE

Nome da Mãe: ADELINA ALVES TEIXEIRA LEITE

Data de Nascimento: 26/11/1966

Naturalidade: SEABRA BA

"Certifico que o requerente acima qualificado **NÃO** registra antecedentes criminais até a presente data no Centro de Documentação e Estatística Policial (CEDEP), da Polícia Civil".

IMPORTANTE:

Este certificado é válido somente com a apresentação da cédula de Identidade expedida pelo Instituto de Identificação Pedro Melo/DPT/SSP.

Este certificado foi emitido **Quarta-feira, 16 de janeiro de 113 às 9:09 AM** e está disponível para consulta no endereço http://www.ba.gov.br/antecedentes/validar_atestado.asp, informando o código

DFBA3E18-AC2A-4FCC-B2B6-6A33F9DC2ECO

Obs: Este certificado tem validade até a data **16/04/2013**



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Secretaria da Segurança Pública
Polícia Civil da Bahia
Centro de Documentação e Estatística Policial

Certificado de Antecedentes Criminais

Fls. 113
Rúbrica: E
Seção

» Apresentação do Serviço » Emissão de Certificado » Consultar Certificado » Reimpressão de Certificado

Resultado Pesquisa

Nome: ORLANDO ALVES TEIXEIRA LEITE

Número do Rg: 04658189

Nome do Pai: EDMAR PINA LEITE

Nome da Mãe: ADELINA ALVES TEIXEIRA LEITE

Data de Nascimento: 26/11/1966

O código **DFBA3E18-AC2A-4FCC-B2B6-6A33F9DC2EC0** pesquisado é **válido** e pertence ao certificado emitido **quarta-feira, 16 de janeiro de 2013, às 09:08:48 h** para o requerente acima identificado.

Obs: Este certificado tem validade até a data **16/04/2013**

Pesquisar novo código



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 1721672013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **ORLANDO*ALVES*TEIXEIRA*LEITE**, nacionalidade brasileira, filho(a) de EDMAR PINA LEITE e ADELINA ALVES TEIXEIRA LEITE, nascido(a) aos 26/11/1966, natural de SEABRA/BA, Documento de identificação 0465818986 SSP/BA, CPF 441.042.195-68.

Observações:

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>)
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 9:52 de 17/01/2013



Certidão de Antecedentes Criminais - Validar Autenticidade

Esta Certidão é autêntica e foi emitida via Internet pelo Departamento de Polícia Federal.

Número da Certidão: 1721672013 Hora da Emissão: 09:52 Data da Emissão: 17/01/2013

Nome.....: ORLANDO ALVES TEIXEIRA LEITE
Nome do Pai.....: EDMAR PINA LEITE
Nome da Mãe.....: ADELINA ALVES TEIXEIRA LEITE
Data de Nascimento.....: 26/11/1966
Nacionalidade.....: BRASILEIRA
Naturalidade.....: SEABRA -BA
Número do Passaporte.....:
Carteira de Identidade.....: 0465818986 SSP/BA
CPF.....: 44104219568

Esta certidão é válida até 17/04/2013

Voltar



JUSTIÇA ELEITORAL
88ª ZONA ELEITORAL DE SEABRA - BA
RUA PIO XII, 248 - CENTRO Telefone 75 33311614



Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor: ORLANDO ALVES TEIXEIRA LEITE
Inscrição: 036950450590 Zona: 88 Seção: 26
Município: 38970 - SEABRA UF: BA
Data de nascimento: 26/11/1966 Domiciliado desde: 18/09/1986
Filiação: ADELINA ALVES TEIXEIRA LEITE
 EDMAR PINA LEITE

Em 28 de janeiro de 2013.


GREICE DA COSTA SANTOS
CHEFE DO CARTÓRIO

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

CORREIOS

correios.com.br



CAR

REGISTRADO URGENTE
REGISTERED PRIORITY

AR ☒ PESO / WEIGHT (kg) 0,387

RA 11373279 2 BR

117
B

SECTARIO
DAS COMUNICAÇÃO - SECRETARIA DE SERVIÇOS ELETRONICOS
MÃO-GOTTL DE TRADIÇÃO COMUNITARIA

FONE

ESTANADA DOS MINISTERIO, BLOCO R, 3º ANDAR

SILVA

UF

DF

44-900

COM. SABERSE COMUNICAÇÃO

FONE

15-3821-1429

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS

☐ Mudou-se

TENTATIVAS DE ENTREGA

CARIMBO

SEI 03066.000627/2011-767 pg. 100



JUSTIÇA ELEITORAL



CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o órgão abaixo indicado, encontra-se com prazo de validade expirado.

Nome	Título Eleitoral	Cargo	Exercício
MARLON RAMOS LEITE	071444500558	PRESIDENTE	15/06/2011 a 23/08/2012 - INATIVO
SUEIDI MARTINS DE ANDRADE	126236570574	SECRETÁRIO	15/06/2011 a 23/08/2012 - INATIVO
UESLEI ALVES DOS SANTOS LEITE	126234430540	TESOUREIRO	15/06/2011 a 23/08/2012 - INATIVO
AGHATA MARIA MARQUES DE OLIVEIRA	107150130515	MEMBRO	15/06/2011 a 23/08/2012 - INATIVO
LEONARDO RODRIGUES TEXEIRA	071037720515	MEMBRO	15/06/2011 a 23/08/2012 - INATIVO

Faz(em) parte do seguinte orgao partidário:

CNPJ:

Partido **PARTIDO DEMOCRÁTICO**

Político: **TRABALHISTA - PDT**

Orgão
Partidário: **Comissão Provisória**

Abrangência: **MUNICIPAL - SEABRA/BA**

Protocolo: **411782011**

Data **29/06/2011**

Protocolo: **16:26:45**

Vigência: **Início:15/06/2011 Final: 23/08/2012**

Logradouro: **RUA CASTRO ALVES, 170**

Bairro: **CENTRO**

CEP: **46.900-000**

Telefone: **75 33311429**

Fax:

E-mail: **marlonrleite@hotmail.com**

Código: **2X1F.ZSEX.PD#I.T7KK.**

Certidão
emitida às: **16/01/2014 17:15:35**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.

Nome	Título Eleitoral	Código	Partido
MARLON RAMOS LITE	07144500000000000000	07144500000000000000	PT
SILVIA MARTINE DE ANDRADE	12824070000000000000	12824070000000000000	PT
LESLIE ALVES DOS SANTOS LITE	12824070000000000000	12824070000000000000	PT
AGATA MARIA MARQUES DE OLIVEIRA	12824070000000000000	12824070000000000000	PT
LEONARDO RODRIGUES TEIXEIRA	07144500000000000000	07144500000000000000	PT

Partido: PT
 Título: PARTIDO DEMOCRÁTICO
 Registro: TRABALHISTA - PT
 Órgão: Comissão Provisória
 Partidário: MUNICÍPIAL - SEABRA/PA
 Protocolo: 411782011
 Vigência: 13/08/2012
 Endereço: RUA CASTRO ALVES, 170
 Bairro: CENTRO
 Telefone: 75 33321428
 E-mail: marlonh@netmail.com

Código: 2X1F.25EX.PDEL.TVXK
 Certidão: 16/01/2014 17:13:28
 Emissão: 16/01/2014 17:13:28



JUSTIÇA ELEITORAL



CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(s) Membro(s) abaixo relacionado(s):

Nome	Título Eleitoral	Cargo	Exercício
DÁLVIO PINA LEITE	006977720531	PRESIDENTE	04/10/2011 a 15/04/2014 - ATIVO
ADERLAND RAMOS SÁ	060064360566	VICE-PRESIDENTE	04/10/2011 a 15/04/2014 - ATIVO
GILDASIO RAMOS DE OLIVEIRA JUNIOR	060065600558	SECRETÁRIO	04/10/2011 a 15/04/2014 - ATIVO
GERALDO JURUBEBA DE SÁ	006975870590	1º - TESOUREIRO	04/10/2011 a 15/04/2014 - ATIVO
ORLANDO ALVES TEIXEIRA LEITE	036950450590	2º - TESOUREIRO	04/10/2011 a 15/04/2014 - ATIVO

Faz(em) parte do seguinte orgão partidário:

CNPJ: **15.427.119/0001-12**

Partido: **PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO -**

Político: **PSD**

Orgão
Partidário: **Comissão Provisória**

Abrangência: **MUNICIPAL - SEABRA/BA**

Protocolo: **861962011**

Data: **04/10/2011**

Protocolo: **17:35:25**

Vigência: **Início:04/10/2011 Final:
15/04/2014**

Logradouro: **RUA SOUTO SOARES, 106**

Bairro: **CENTRO**

CEP: **46.900-000**

Telefone: **(75)9984-1254**

Fax:

E-mail:

Código: **\$YNA.RBYX.DUWR.H+UF.**

Certidão
emitida às: **16/01/2014 17:27:07**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.

Nome	Partido	Função	Exercício
DALEO RINA LEITE	PPS	Presidente	2011/2014
ADERIANO RAMOS SA	PPS	Vice-Presidente	2011/2014
GILASIO RAMOS DE OLIVEIRA JUNIOR	PPS	Secretário	2011/2014
GERALDO JURUBERA DE SA	PPS	Tesoureiro	2011/2014
ORLANDO ALVES TEIXEIRA LEITE	PPS	Procurador	2011/2014



Superintendência de Administração Geral
Gerência Geral de Planejamento Orçamento e Finanças
Gerência de Arrecadação

Impresso por: VALKIRIA FERREIRA MACHADO

Data/Hora: 20/12/2013 14:02:06



Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA SEABRENSE DE COMUNICACAO

Nº FISTEL: 50011367415

Serviço: 231 - Radiodifusão Comunitária

CNPJ/CPF: 02448633000192

Situação: Ativa

Data Validade: 26/10/2011

CADIN: Não

Incidência FUST:

Data Início Operação Comercial:

Div. Ativa: Não

Tipo Usuário: Integral

UF: BA

Proc. Caducidade: Não

Receita	Est. / Ref. / Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/Crédito (R\$)
7241 - PPDUR	1	2001	01/11/2001	R\$ 100,00	31/10/2001	100,00	0,00	0001	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2001	01/11/2001	R\$ 200,00	31/10/2001	200,00	200,00	0002	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2002	31/03/2002	R\$ 100,00	01/04/2002	100,00	100,00	0003	Quitado	0,00
5380	1	2002	18/07/2002	R\$ 13,42	30/08/2002	13,42	13,42	0004	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2003	31/03/2003	R\$ 100,00	30/06/2005	158,75	158,75	0005	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2003	22/04/2003	R\$ 100,00	30/06/2005	146,88	146,88	0006	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2003	22/04/2003	R\$ 200,00	30/06/2005	313,77	313,77	0007	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2004	31/03/2004	R\$ 100,00	30/06/2005	139,45	139,45	0008	Quitado	0,00
1550	0	2003	28/08/2004	R\$ 2.866,05	18/01/2006	3.833,05	3.833,05	0009	Quitado - DOU	0,00
1329 - TFF	1	2005	31/03/2005	R\$ 100,00	30/06/2005	123,90	123,90	0010	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2006	31/03/2006	R\$ 100,00	27/03/2006	100,00	100,00	0011	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2007	31/03/2007	R\$ 100,00	09/04/2007	103,00	103,00	0012	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2008	31/03/2008	R\$ 100,00	26/02/2008	100,00	100,00	0014	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2009	31/03/2009	R\$ 90,00	01/04/2009	90,30	90,30	0015	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2009	31/05/2009	R\$ 10,00	01/06/2009	10,00	10,00	0017	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2010	31/03/2010	R\$ 90,00	12/04/2010	90,00	90,00	0018		
					29/06/2011	5,62	5,62		Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2010	31/03/2010	R\$ 10,00	12/04/2010	10,00	10,00	0019		
					29/06/2011	0,60	0,60		Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2011	31/03/2011	R\$ 90,00	15/04/2011	90,00	90,00	0020		
					29/06/2011	6,18	6,18		Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2011	31/03/2011	R\$ 10,00	15/04/2011	10,00	10,00	0021		
					29/06/2011	0,67	0,67		Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2012	31/03/2012	R\$ 66,00	02/04/2012	66,00	66,00	0022	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2012	31/03/2012	R\$ 10,00	05/04/2012	10,00	10,00	0023	Parcial	0,35
1329 - TFF	1	2013	31/03/2013	R\$ 66,00		0,00	0,00	0024	Devedor	83,47
4200 - CFRP	1	2013	31/03/2013	R\$ 10,00		0,00	0,00	0025	Devedor	12,65

Total devido em 20/12/2013 (em reais):

96,47

Total de créditos em 20/12/2013 (em reais):

0,00

Legenda do Campo Situação

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)
 RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)
 CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado
 RJ - Lançamento com Recurso Judicial
 RN - Lançamento com Recurso Denegado
 DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União
 CD - Lançamento Inscrito no CADIN
 DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa
 E - Lançamento em Execução Judicial
 SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006
 MO - Multa de Ofício
 LO - Lançamento de Ofício
 P - Parcelamento: Lançamento Parcelado
 PA - Parcelamento: Parcela

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM



Identificação do Processo

Número: 53000.056621/2011 Localidade / UF: SEABRA/BA
Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA SEABRENSE DE COMUNICACAO
Aviso: 0 Publicação: 01/01/2000 Prazo: 0 Canal: 0

Processo

1. A Entidade é uma:	Associação
----------------------	------------

2. Conclusão Geral (Parecer Legal)

PROCESSO INSTRUÍDO COM OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

1. Declaração de que a emissora apresenta os mesmos parâmetros técnicos em conformidade com a última autorização do MiniCom: f. 09
2. Certidão Negativa de débitos administrados pela ANATEL: PENDENTE
3. CNPJ válido e atual: f. 13, 58
4. Estatuto: f. 16-23
5. Ata de eleição: f. 43, 45
6. Relatório Conselho Comunitário: PENDENTE
7. Cópias dos RG e CPF dos Diretores: 63, 73, 84, 96, 106

CONSTATAÇÕES:

- a. O processo ainda não está completamente instruído.
- b. O Estatuto necessita adequar-se à Norma 1/2011.
- c. Diretor foi destituído pela própria Diretoria.
- d. Há, em nome da entidade, débito vencido e ainda não pago.
- e. Existe dados que demonstram, em tese, a existência de vínculo político.

CONCLUSÃO:

- Elaborada NT 208-2014 solicitando documentos e esclarecimentos.
- Os documentos que subsidiam as constatações supra acompanham este parecer.
- Elaborado Memo. 47-2014 encaminhando documentos à CGAO.

*** Analista Jurídico: TÁCIO NEVES

Pedro Luis Barreto Vianna Rocha



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília – DF
(61) 3311-6281



Ofício nº 524 /2014/CGRC/SCE-MC

Brasília, 27 de fevereiro de 2014.

Ao(à) Senhor(a)

ÁGHATA MARIA MARQUES DE OLIVEIRA

Representante Legal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SEABRENSE DE COMUNICAÇÃO
Rua Simpliciano Lima, nº. 876, Tamboril
46.900-000 Seabra/BA

Assunto: **Nota Técnica de Exigência referente ao Processo nº 53000.056621/2011-75**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº **53000.056621/2011-75**, na localidade de **Seabra/BA**, no qual essa Entidade requer renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, encaminhamos cópia da **Nota Técnica nº 208**, que solicita apresentação de documentos e/ou esclarecimentos necessários à instrução processual.
2. Comunicamos o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício, de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente tudo o quanto solicitado. Transcorrido esse prazo sem que haja respostas ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de outorga será indeferido.
3. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.
4. Aproveitamos para informar que esta Secretaria poderá, a seu critério, enviar comunicados oficiais via SMS e documentos digitalizados via internet às entidades interessadas, desde que complementem seu cadastro com telefone celular e mantenham atualizado o endereço eletrônico do respectivo representante legal. Ressalte-se que o fornecimento de tais dados implica anuência dessa entidade em receber as referidas comunicações oficiais e deve ser feito por meio de ofício, com assinatura do seu representante legal. Os conteúdos encaminhados por esses meios referem-se tão somente à entidade destinatária e não serão considerados para fins legais como contagem de prazo e ciência de interessado.

Atenciosamente,

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária



Nota Técnica nº 208/2014/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Constatação de pendências relativas ao requerimento de Renovação de Outorga**

Referência: Processo de renovação nº 53000.056621/2011-75

Processo de Outorga nº 53640.001254/98

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de pedido da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SEABRENSE DE COMUNICAÇÃO** para renovação da outorga de prestação do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Seabra/BA**.

ANÁLISE

2. Renovando o prazo solicitado pela entidade em documento datado de 11/11/2013 e subscrito pelo Sr. José Roberto Queiroz das Neves, esclarece-se que é necessária a apresentação tão somente dos documentos abaixo descritos, tudo conforme os dispositivos da Norma 1/2011, apontados em cada um dos itens listados abaixo:

- I. Declaração firmada pelo representante legal da entidade, nos exatos termos que seguem, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação (subitem 20.3, "a");
- II. Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela ANATEL (subitem 20.3, "b");
- III. Último relatório do Conselho Comunitário, elaborado em estrita obediência ao disposto no subitem 21.4.1 da Norma 1/2011, isto é, a grade de programação acompanhada de relatório resumido em que se avalia a mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária (subitem 20.3, "h") e;
- IV. Alterar o Estatuto Social para o fim de:
 - a. Alterando o art. 8º, limitar o número de reeleições da Diretoria ao máximo de 1 (uma) única (subitens 20.3, "d" combinado com 8.2, "h");
 - b. Indicar que o Estatuto poderá ser modificado apenas através de deliberação da Assembleia Geral, conforme o que determina o art. 59 da Lei nº. 10.406/2002 – Código Civil (subitens 20.3, "d" combinado com 8.2, "i");
 - c. Prever os critérios para exclusão dos associados (subitens 20.3, "d" combinado com 8.3, "a");
 - d. assegurar o ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço (subitens 20.3, "d" combinado com 8.3, "b");

AN

- e. garantir a todo associado pessoa física o direito de ser votado para todos os cargos que compõem as estruturas administrativas e deliberativas da Associação (subitens 20.3, “d” combinado com 8.3, “c”);
- f. prever expressamente quais são os direitos e os deveres dos associados (subitens 20.3, “d” combinado com 8.3, “e”);
- g. determinar que não haverá a distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita entre os associados (subitens 20.3, “d” combinado com 8.3, “g”);
- h. fazer constar expressamente, dentre as competências da Assembleia Geral, a de destituir os membros da Diretoria bem como a de modificar o Estatuto (subitens 20.3, “d” combinado com 8.3, “h”) e;
- i. garantir que a Assembleia Geral possa ser convocada por 1/5 (um quinto) dos associados (art. 60 da Lei nº. 10.406/2002 – Código Civil).

3. Deve ser ressaltado que o processo consta a existência de relatório a respeito da grade de programação da Rádio (fls. 24-25). Nada obstante, tendo em conta que tal documento é assinado pelo próprio Presidente da entidade bem como que ele não faz qualquer análise a respeito da grade de programação, observadas as finalidades legais do Serviço, tem-se que o documento não é apto aos fins exigidos pela Norma 1/2011. Essa a razão pelo qual se requereu (item III) o Relatório do Conselho Comunitário, que deverá ser assinado por representantes de, no mínimo, 5 (cinco) entidades diferentes, não sendo admitido que o Conselho Comunitário seja composto por Diretores da Associação prestadora do Serviço de Radiodifusão Comunitária (subitem 21.4 da Norma 1/2011).

4. Cabe salientar também que a Diretora KÁTIA CIRLENE DOS SANTOS foi destituída – entrando em seu lugar o Sr. MARLON RAMOS LEITE – pela Diretoria Executiva, o que é competência exclusiva da Assembleia Geral, segundo o que determina o art. 59 da Lei nº. 10.406/2002 – Código Civil. Tal situação necessita, portanto, ser regularizada.

5. Observou-se ainda, em consulta ao sistema SIGEC/ANATEL, que consta em nome da entidade débito vencido e ainda não pago. Tal pendência deverá ser sanada para que seja possível dar andamento ao presente processo.

6. Finalmente, em pesquisa os bancos de dados do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, constatou-se alguns fatos que podem ser tidos como indicativos de vinculação político partidária, a saber:

- I. A Presidente da entidade (ÁGHATA MARIA MARQUES DE OLIVEIRA) foi, enquanto ocupava a Diretoria, membro de órgão partidário municipal (Partido Democrático Trabalhista – PDT);
- II. O Vice Presidente da entidade (ORLANDO ALVES TEIXEIRA LEITE) ocupa a função de 2º Tesoureiro de órgão partidário municipal (Partido Social Democrático – PSD);
- III. A Tesoureira da entidade (SUEIDE MARTINS DE ANDRADE) foi, enquanto ocupava a Diretoria, secretária de órgão partidário municipal (Partido Democrático Trabalhista – PDT);
- IV. O Secretário da entidade (MARLON RAMOS LEITE) foi, enquanto era membro da Diretoria, presidente de órgão partidário municipal (Partido Democrático Trabalhista – PDT).

7. Assim, em vista desses fatos, todos eles com potencial para atrair a aplicação do art. 11 da Lei nº. 9.612/1998, e em obediência aos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório, é imprescindível que a entidade seja instada a se manifestar, apresentando as razões que entender apropriadas.

8. Em face do exposto, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada acima, no original ou em cópia autenticada, bem como os esclarecimentos solicitados, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica, de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que acompanha o ofício de encaminhamento.

9. Informamos, ainda, que o referido prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, apenas na ocorrência de caso fortuito, força maior, emergência ou calamidade pública, regularmente comprovados, desde que se apresente uma solicitação formal neste sentido, subscrita por quem de direito, dentro do prazo inicialmente acordado para cumprimento das exigências. Qualquer documentação encaminhada após o transcurso desse prazo será considerada intempestiva. Ressalte-se que não serão conhecidos pedidos de prorrogações via fax, e-mail ou telefone.

À consideração superior.

Brasília, 16 de janeiro de 2014.



TÁCIO NEVES FROTA SOUZA
Técnico de Nível Superior

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 208/2014/CGRC/SCE-MC.

Brasília, 27 de janeiro de 2014.



SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

EXIGENCIA RENOVACAO

15

EXMº. SR. SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA, COORDENADOR-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DO MINISTÉRIO DE COMUNICAÇÃO.

Processo de Renovação: 53000.056621/2011-75

Processo de Outorga: 53640.001254/98



AGHATA MARIA MARQUES DE OLIVEIRA, brasileira, maior, solteira, RG: 1159066060 SSp-Ba, CPF: 005931165-77, residente e domiciliada na Rua Castro Alves, nº. 170, Centro, Seabra-Ba, representante e legal da ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA SEABRENSE DE COMUNICAÇÃO, inscrita no CNPJ sob o nº 02448633000192, com sede NA RUA SIMPLICIANO LIMA, nº. 876, TAMBORIL, na cidade de SEABRA, Estado DA BAHIA, CEP 44.900-000, vem, à presença de Vossa Excelência, cumprir o quanto determinado, por Vossa Excelência, em Nota Técnica nº. 208/2014/CGRC/SCE-MC, assunto: Constatação de pendências relativas ao requerimento de renovação de Outorga, processo nº. 53000.056621/2011-75, da seguinte forma:

ÍTEM I: DECLARAÇÃO DA (O) REPRESENTANTE LEGAL

1º. Em anexo, Declaração, conforme subitem 20.3 "a" da Norma 1/2011;

ÍTEM II: CERTIDÃO NEGATIVA

2º. Em anexo, Certidão Negativa, conforme subitem 20.3 "b" da Norma 1/2011;

ÍTEM III: RELATÓRIO DO CONSELHO COMUNITÁRIO

3º. Em anexo, Relatório do Conselho Comunitário, conforme subitem 21.4.1 e subitem 20.3 "h" da Norma 1/2011;

ÍTEM IV: ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL

4º. Em anexo, alteração do Estatuto Social da associação, conforme Requerido;

ESCLARECIMENTO DA DESTITUIÇÃO DA DIREITORA KÁTIA CIRLENE DOS SANTOS.

5º. Conforme pode ser observado, por meio de Carta de Renúncia e discussão em Ata da Associação, em anexo, seguiu-se toda a orientação deste Órgão, a fim de regularizar a situação pendente, conforme requerido por Vossa Excelência;

133

DÉBITO VENCIDO E NÃO PAGO PELA ASSOCIAÇÃO

6º. Está anexado a esta petição, Certidão Negativa de Débitos, provando que a Emissora nada deve SIGEC/ANATEL;

VINCULAÇÃO POLÍTICA DE ALGUNS MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO

7º. No que diz respeito a vínculo partidário de alguns membros da Associação, REALMENTE FOI CONSTATADO. Porém, como foi observado pela(o) Presidente, em ata juntada à esta petição: “a próxima eleição, dia 30/03/2014, não poderá concorrer à eleição a qualquer cargo da Diretoria que tiver vínculo partidário, conforme orientação deste competente Órgão”.

8º. Vale ressaltar, Ex^a., que os Membros da Diretoria, filiaram-se a Partido Político, após serem eleitos a Cargo da Diretoria, da Associação Peticionante.

9º. Porém, vale frisar que não mais será permitido a concorrer a cargo de Diretoria, pessoas vinculadas a qualquer Partido Político, conforme reza o Estatuto.

DIANTE DO EXPOSTO:

Requer que este competente Órgão aceite toda a documentação juntada e defira o pedido de renovação da outorga de prestação de Serviços de Radiodifusão Comunitária de Seabra-Ba.

SEABRA-Ba, 22/03/2014



REPRESENTANTE LEGAL DA ASSOCIAÇÃO



ANEXO 12 "A"

DECLARAÇÃO

Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações,



A ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA SEABRENSE DE COMUNICAÇÃO (denominação da requerente), inscrita no CNPJ sob o nº 02448633000192, com sede NA RUA SIMPLICIANO LIMA, nº. 876, TAMBORIL, na cidade de SEABRA, Estado DA BAHIA, CEP 44.900-000, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 98 datada de 22/03/2000 e Decreto Legislativo nº 420/2001 publicado no Diário Oficial da União datado de 26/10/2001, vem respeitosamente à presença de Va. Exa. atestar que a emissora, acima citada, encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

SEABRA-Ba, 24 DE MARÇO DE 2014


(assinatura do representante legal da entidade)

[Menu Principal](#)

Ministério das Comunicações
Fls. 128
Rubrica
BOM DIA
MARLON RAMOS LEITE
BOLETO * Nada Consta * menu ajuda



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA SEABRENSE DE COMUNICACAO
CNPJ: 02.448.633/0001-92

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:17:41 do dia 20/03/2014 (hora e data de Brasília).

Válida até 19/04/2014.

Certidão expedida gratuitamente.

ANÁLISE DA GRADE PROGRAMAÇÃO DO CONSELHO
COMUNITÁRIO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SEABRENSE DE
COMUNICAÇÃO



NÓS, CONSELHEIROS DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SEABRENSE DE COMUNICAÇÃO, SEABRA-Ba, INFORMAMOS PARA TODOS OS FINS DE DIREITO E DE FATO E A QUEM POSSA INTERESSAR, QUE ANALISANDO A GRADE DE PROGRAMAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO, ACIMA DESCRITA, INFORMAMOS QUE A MESMA ATENDE AS FINALIDADES LEGAIS. SÃO ELAS:

- A) EDUCAÇÃO, ARTÍSTICA, CULTURAIS e INFORMATIVAS;
- B) PROMOÇÃO DE ATIVIDADES ARTÍSTICAS E JORNALISTICAS;
- C) RESPEITO AOS VALORES ÉTICOS E SOCIAIS DA PESSOA E DA FAMÍLIA;
- D) NÃO DISCRIMINAÇÃO DE RAÇA, RELIGIÃO, SEXO, PREFERÊNCIAS SEXUAIS ETC;
- E) PROIBIÇÃO AO PROSELITISMO;

SEABRA-Ba. 21 DE MARÇO DE 2014-03-21

+ *Vitória dos Santos Martins dos Anjos*
+ *Augusto Chaves dos Anjos*
+ *Marlene Inês de Oliveira*
+ *Julio Cupertino dos Santos*
+ *Joelia Macedo de Oliveira*



PROGRAMAÇÃO E RELATÓRIO RÁDIO SEABRA FM



Seabra, Ba 20 de Janeiro de 2014

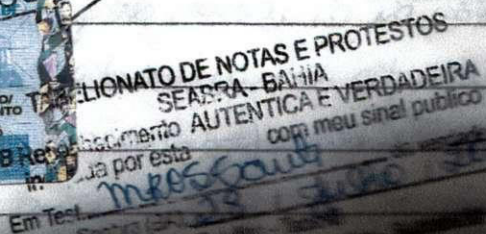
- HORÁRIO: 06:00hs às 09:00hs SEG. A SAB.
- NOME DO PROGRAMA: Manhã Sertaneja
- LOCUTOR: Eilton Barros
- DESCRIÇÃO: Horóscopo, notícia, dicas para dona de casa, previsão do tempo, dicas para o trabalhador rural, entrevistas com agrônomos e veterinários (uma vez por semana), músicas sertanejas antigas e contemporâneas.
- HORÁRIO: 09:00hs às 12:00hs SEG. A SAB.
- NOME DO PROGRAMA: Show da Manhã
- LOCUTOR: Marlon Mariano
- DESCRIÇÃO: notícias da região, dicas de saúde, Mensagens de otimismo, entrevistas com psicólogos, Médicos... (uma vez por semana), hora certa, meteorologia, entrevistas com artistas locais, apresentação do quadro solidariedade (apelo do dia), músicas contemporânea e regional.
- HORÁRIO: 12:00hs às 15:00hs SEG. A SAB
- NOME DO PROGRAMA: Jornal do Dia
- LOCUTOR: Nilson Santos e Lisvelton souza
- DESCRIÇÃO: Notícias do Brasil, da Região e do município, participação da comunidade ao vivo ou por telefone, atendendo reclamações, elogios sobre seus bairros e assuntos de interesse da comunidade, divulgação de artistas locais e suas músicas, entrevistas com autoridades ou representantes de associações, previsão do tempo, hora certa.
- HORÁRIO: 15:00hs às 18:00hs SEG. A SAB.
- NOME DO PROGRAMA: Show da Tarde
- LOCUTOR: Tauema Raia
- DESCRIÇÃO: Notícias de hora em hora, lançamentos musicais, dicas de transito, agenda cultural, toca a musica do ouvinte, hora certa, mensagem de otimismo do fim do dia.
- HORÁRIO: 18:00hs às 19:00hs
- NOME DO PROGRAMA: PLANTAO 104
- LOCUTOR: Marlon Mariano
- DESCRIÇÃO: Noticia Regional de última hora. diariamente
- HORÁRIO: 19:00hs às 20:00hs
- NOME DO PROGRAMA: A voz do Brasil. SEG. A SEX.
- HORÁRIO: 20:00hs às 00:00hs SEG. A SAB.
- NOME DO PROGRAMA: Noite Total
- LOCUTOR: Dalson Fontinelly
- DESCRIÇÃO: Musicas Românticas, MPB, mensagens românticas, leituras de cartas de amor, atendendo pedidos musicais do ouvintes.
- HORÁRIO: 8:00 AS 10:00 Domingo.
- NOME DO PROGRAMA: canta Roberto.
- LOCUTOR: Wilson Oliveira
- DESCRIÇÃO: Especial Roberto Carlos
- HORÁRIO: 10:00 as 00:00. Domingo
- NOME DO PROGRAMA: Prata da casa
- Descrição. Musicas dos artistas e cantores regionais.

+ Julio Cupertino de Santa
+ Marilene Archonça de Oliveira
+ Augusto Soares de Azevedo
X Natalina Martins dos Anjos
^ Jaelia Macêdo de Oliveira
Conselho comunitario

Ministério das Comunicações
Fls. 131
Rubrica
Tir. 131

2052 Thompson

Handwritten text: *Handwritten text, possibly a signature or name, written in cursive script.*



trabalhos, Katia Sileu dos Santos, Fátima Zilda, por unanimidade, a resolução no sentido de todos os associados presentes, tivessem direito ao voto. Compuseram a assembleia Conselheiros, Associados, foram equipe de funcionárias e condados. Os assuntos a serem deliberados, foram claramente expostos, Como: Primeiro análise da atual diretoria em relação a atividade desenvolvida propostas em ultima assembleia geral segundo eleição do Conselho fiscal, terceiro conselho comunitário quarto prestação de contas e por ultimo quinta a eleição da diretoria.

Para dar inicio as discussões, todos os integrantes da assembleia apresentaram dando inicio ao primeiro item da pauta, e chegaram a seguinte conclusão, que a radio comunitária, tem como bem papel, sendo elemento principal de informação, de inclusão social, Ética, Democracia e Competência. Em relação, ao 2º item ficou eleito o Conselho fiscal - Bismak Azeite Junior, 059091124, CPF 72508450715, Maria Claudete Alves Oliveira, RG-4369 CPF-42021790568, Manoel Medeiros Ramos Leite, RG=74729955, CPF 020415-53, para suplentes Maria Souza Cruz, RG. 1046379. CPF-27003590, Aghata Maria Marques de Oliveira Ra-1159066060, CPF. 005951 Washiton Luiz Costa, RG-3138840, CPF. 20440537568, Terceiro para Conselho comunitário o senhor Julio Cupertino dos Santos, Marilene Anacleto de Oliveira, Nataniel Martins Almeida, Jaelia Marcel Oliveira, Augusto Chaves de Araújo em quarto foram aprovadas listas cartais, recibos de doações e de pagamentos efetuados para manutenção da rádio sendo analisado e aprovado por todos. E por ultimo quinto, associados (por) aprovaram por unanimidade a renovação da diretoria da ASCOM, com a seguinte composição: Presidente Manoel Medeiros Ramos Leite, Vice-Presidente Bismak Azeite Junior, Secretário Augusto Chaves de Araújo, Tesoureiro Washiton Luiz Costa, Conselho Fiscal Bismak Azeite Junior, Maria Claudete Alves Oliveira, Manoel Medeiros Ramos Leite, Maria Claudete Alves Oliveira, Jaelia Marcel Oliveira, Nataniel Martins Almeida, Marilene Anacleto de Oliveira, Aghata Maria Marques de Oliveira, e para suplentes Maria Souza Cruz, e para Conselho comunitário o senhor Julio Cupertino dos Santos.

Comunicado dos Associados e a reunião
 qual sr. Katia Sirlene dos Santos a presente
 que NAI assinada, pela Presidente, e os associados que o desobedecer. Sabra, vinte dias
 mês de Setembro do ano de dois mil e Sete. Ag
 na Marques de Oliveira Katia Sirlene dos Santos, Genesio
 Sebastião Marques de Oliveira, Wellington Luiz Costa
 Fláudio do S. M. - Catia Maria Costa Santos
 Maria Cláudia Sales de Oliveira, Maria Rosa de
 Maria Luísa de Macêdo Santana Maria Sousa de
 Adilson Silva de Abreu - Epni U. dos Santos
 Jilson Honorato de Figueira



SEABRA-BAHIA
 A(S) Cartão(s) assinada(s) por
 da verdade

Em Testemunho
 Seabra-BA. 24 de março de 2008
 Subtabelião Designada M^{re} Regina O S Santos

Protocolo Nº 5.036

Livro 1 Fls 75

CARTÓRIO DO REGISTRO
 CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
 Averbado sob nº 275

Livro A-03 fls. 84 verso

Seabra, 24 de março de 2008

Márlene de Miranda Senna - Oficial Designada
 ...ete da Silva Teixeira - Suboficial Designado

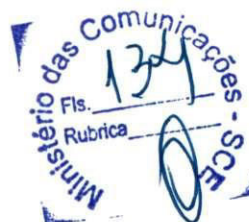
DAS nº 547673

PODER JUDICIÁRIO

INST. PEDRO RIBEIRO DE ADM. JUDIC. - IPRAJ
 Valor da Taxa R\$ 22,00
 24/03/08
 Assinatura do Responsável

Ata de nº 16 da Assembleia geral extraordinária da
 Comunitária Seabrente de Comunicações, APCA, de
 do dia Vinte de Setembro de dois mil e Sete, na
 Cidade de Seabra, Estado de Pernambuco, para
 realizar a eleição para o mandato de 2008-2011.

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DA
COMARCA DE SEABRA- ESTADO DA BAHIA.



CERTIDÃO

Certifico que revendo os Livro do Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Seabra, Estado da Bahia, verifiquei constar no de nº A-23, a Averbação nº 246, feita a 24 de março de 2014, da Ata de nº 19, da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SEABRENSE DE COMUNICAÇÃO**, com sede na Rua Simpliciano Lima, 876, nesta cidade de Seabra(BA). O referido é verdade e dou fé. Seabra, 24 de março de 2014. A Suboficial Designada: Maria Claudete Alves de Oliveira

M^a Claudete A. de Oliveira
Escrevente
Seabra - Bahia



CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMOVEIS
HIPOTECA E ANEXOS
COMARCA DE SEABRA - BA
Lene de Miranda Senna - Oficial Designada
Claudete da Silva Teixeira - Suboficial Designada

AVERBADO



Ata de no 39 da Assembleia Geral Extraordinária da Associação Comunitária Sealtrense de Comunicação realizada dia 20 de março de 2014. Aos 20 dias do mês de março do ano de 2014 (dois mil e quatorze), às 20:00 (vinte horas), em sua sede social localizada na Rua Simplício Lima nº 876, Bairro Tamboí, município de Seabra-Ba, reuniram-se em assembleia geral, os senhores sócios da Associação Comunitária Sealtrense de Comunicação. O trabalho foi dirigido pela Presidente da Associação Sra, Aglata Mario Marques de Oliveira, que convidou para secretariar e ler o presente trabalho a Sra Guilde Martins de Andrade, que aceitou. Constituída a mesa, a Presidente da Associação determinou que se fizesse a recatagem das sócias presentes e que o fiz, utilizando o livro de Presenças para chamada nominal e confrontando os nomes das presentes com o arquivo do Quadro associativo. A seguir a Presidente e do par instalados os trabalhos, com número regular estatutário, digo estatutário de associadas para constituir, determinou que se procedesse a leitura da ordem do dia, cujo teor é o seguinte: Antes de discutir alterar o estatuto dessa, digo desta associação, lausar as seguintes discussões: 1º Por unanimidade foi aceita a renúncia diretora: Katia Birlene das Santos, Brasileira, maior, solteira, funcionária pública, RG 08333903-10 SSP-Ba CPF: 91181937549, residente e domiciliada na Rua Antão Rindo, S/nº. Seabra-Ba, ficando em seu lugar: Marlan Ramos Leite, Brasileiro, maior, solteiro, RG: 0436957357: CPF: 59811510563, residente e domiciliado na Rua Santo 106, Seabra-Ba. 2º. A Presidente, levou ao conhecimento associados, que nas próximas eleições não poderão se votar os candidatos ao corpo diretório, apenas o Partido Político. 3º Alteração do Estatuto Social para se adequar ao quanto requerido pelo Ministério

Comunicação, conforme o que reza a Portaria nº 31/2011, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de Outubro de 2011. Finda a leitura, a Presidente colocou em discussão a reforma estatutária proposta, sendo tal reforma aprovada por unanimidade, passando o Estatuto Social a ter alterações, digo alteração da seguinte forma: A) alteração do art. 8º passando a ter a seguinte redação: A Associação será dirigida por Diretoria Executiva eleita em Assembleia geral, para um período de 02 (dois) anos, sendo o máximo de 03 (uma) reeleição; B) alteração do Art. 34. passando a ter a seguinte redação: O Estatuto desta Associação só poderá ser alterado apenas através de deliberação da Assembleia Geral, desde que mantidas as condições inicialmente exigidas para outorga da autorização, devendo apresentar ao Poder concedente, para fins de registro e controle, os atos que caracterizam as alterações devidamente averbadas ou registradas dentro de 30 (trinta) dias contados de sua expedição; C) acrescentar ao Estatuto o art. 7º "a" que terá a seguinte redação: São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social, levando justa causa, os associados que infringirem este estatuto, desde que sua transgressão seja indicada mediante requerimento dirigido à diretoria que, frente a procedência da solicitação, deverá submetê-la à Assembleia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurada o amplo direito de defesa do associado em questão; D) acrescentar ao Estatuto o art. 6º "a", que terá a seguinte redação: Todo associado tem direito de ser votado para todos os cargos que compõem as estruturas administrativas e deliberativas da Associação; acrescentar ao Estatuto o art. 7º "e", que terá a seguinte redação: Todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço, terá direito



no anexo ao presente como anexo I, acrescentando ao estatuto o art. 5º "a", que terá a seguinte redação: Constituem direitos dos sócios aptos a deliberarem votar a ser votado para os cargos de Diretoria Conselho Fiscal. II - Requerer convocação de Assembleia Geral Extraordinária no termo deste estatuto, justando convenientemente o pedido. III - Receber e dar de divulgação as atividades da Associação. IV - Opinar a diretoria sugestões e proposições para o bem do desenvolvimento da Associação; F) Acrescentar ao estatuto o art. 5º "b", que terá a seguinte redação: Obrigações dos sócios: I - Pagar pontualmente as cotizações sociais na forma que venham a ser fixadas; Cumprir os estatutos da Associação, acatar as decisões dos órgãos dirigentes e convocados das Assembleias Especiais que convocados, não temer que regularmente convocados; III - Colaborar nos trabalhos da Associação, não temer que convocados para o trabalho particular, reuniões, sugestões, sumas para discussões, ler e ouvir de interesse da Associação; IV - Acatar quaisquer decisões que forem tomadas pela Associação, desde que parcial, em sua honra, para o bem da Associação; V - Participar de comissões técnicas, de estudo e de trabalho, quando organizadas pela Associação, e para tal serem convocados. G) Acrescentar ao estatuto o art. 5º "c", que terá a seguinte redação: A distribuição de bens ou vantagens caberá acatar entre os associados; H) Acrescentar ao estatuto o art. 23 "a", que terá a seguinte redação: Como Assembleia Geral, a distribuição dos membros da Diretoria, tem como incumbência o estatuto; I) Acrescentar ao estatuto o art. 23 "b", que terá a seguinte redação: A Assembleia Geral pode ser convocada por 3/5 dos

das associadas. Ficando alterado o presente estatuto social e aprovada em 20/03/2014. Tranqueada a ata, e como ninguém desejasse fazer uso dela, a Presidente suspendeu a sessão pelo tempo necessário a lavratura da presente ata em livro próprio. Reaberta a sessão, foi lida aos presentes e aprovada por unanimidade, sendo assinada pelo Presidente desta assembleia, por mim, Secretária, e pelas demais sócias presentes com direito a voto.

Assinaturas: João Farias Figueira Ramos, Maria Claudete Silva de Oliveira, Humberto Medeiros, Cláudio P. P. Int, Maria Sousa da Cruz Sebastião N. Oliveira, Washington Luiz Costa, Valdir Moreno Paiva, Mylles Farias Mendes, Sueli Martins de Andrade, Sérgio de B., Andréia de Aguiar Coutinho, Toni Unizua dos Santos, Lúcia, Maria Sérgio Alves, Veraiz, Andréia Santa Cruz Soares.

Reconheço a firma indicada

Seabra, 24/03/14

Assinaturas



Protocolo Nº 6194

Livro 146

Seabra 24/03/2014

CARTÓRIO DO REGISTRO
CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

Averbado sob nº 246

livro 23 fls

Seabra, 24 de março de 2014

Márcia de Miranda Senna-Oficial Designada
Moneta da Silva Teixeira - Suboficial Designada

Mª Claudete A. de Oliveira
Escrivente
Seabra - Bahia



CARTA DE RENUNCIA



EU, KATIA SIRLENE DOS SANTOS, brasileira, maior, solteira, funcionária pública, RG: 08391903-10 SSp-Ba, CPF: 911819175-49, residente e domiciliada na Rua Antônio Pinto, s/nº., Seabra-Ba, venho, através deste documento, pedir a RENÚNCIA AO CARGO DE SECRETÁRIA, que fui eleita, junto à Associação Comunitária Seabrense de Comunicação, pois não estou apta a exercer tal função, conforme nota técnica, processo nº. 53000056621-2001, da ANATEL.

SEABRA-Ba, 17/03/2014

Katia Sirlene dos Santos

KATIA SIRLENE DOS SANTOS

Ministério das Comunicações
Fis. _____
Rubrica _____

MINISTERIO das Comunicações
SEC DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
COORDENAÇÃO-GERAL DA Radiodifusão Comunitária
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, Bloco R 3º ANDAR
CEP 70044-900 - BRASILIA - DF

 **REGISTRADO URGENTE**
REGISTERED PRIORITY

AR ☒ MP ☐ PESO / WEIGHT (kg) 0,087

JG 93419187 3 BR



24 MAR 2014
BA

DF



CORREIOS

CORREIOS

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

CORREIOS

ASS. COMUNITÁRIA SEABENSE DE COMUNICAÇÃO
AV. SINTPLICIANO LIMA, 876 - SEABRA - BAHIA
CEP 46300.000



TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

Florianópolis, 14 de agosto de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Souto Ribeiro, Agente Administrativo**, em 14/08/2014, às 15:51, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0086440** e o código CRC **B2A0E934**.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional em Santa Catarina / DRMC-SC

NOTA TÉCNICA Nº 1174/2015/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53000.056621/2011-75**

Processo de Outorga nº: 53000.056621/2011-75

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação Comunitária Seabrense de Comunicação (ASCOM)**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **SEABRA / BA**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estende a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013, e considerando os documentos já encaminhados por esta entidade, solicitamos o atendimento das exigências elencadas abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 1/2011:

I. Informamos que a cópia apresentada da Ata da Assembleia Geral Extraordinária n.º 19, que autoriza alterações no Estatuto Social da entidade, encontra-se ilegível em algumas partes, impossibilitando a análise de todo o seu conteúdo. Somente foi possível verificar que as alíneas "a", "c" e "e" do item 2, subitem IV, da Nota Técnica n.º 208/2014, encaminhada através do Ofício n.º 524/2014 foram atendidas. Diante do exposto, **reiteramos a necessidade de adequação da redação do Estatuto Social** apresentado, conforme solicitado através da Nota Técnica já referida, ao disposto nos subitens 8.2, alíneas "i" e "j" e 8.3, alíneas "b", "e", "g" e "h" da Norma nº 01/2011, conforme transcrição a seguir:

8.2. *O Estatuto Social das associações comunitárias e das fundações interessadas em executar o serviço deverá:*

i) indicar que o Estatuto Social somente poderá ser modificado através de deliberação da Assembleia Geral, conforme o que determina o art.as condições para a alteração das disposições estatutárias, observadas as disposições contidas no art. 59 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil;

Esclarecemos que a parte da Ata n.º 19 que trata da alteração do art. 34 do Estatuto Social está legível, mas a alteração não atende por completo as disposições contidas no art. 59 da Lei n.º 10.406, que agora o transcrevemos:

Art. 59 (Lei n.º 10.406) Compete privativamente à assembleia geral:

I – destituir os administradores;

II – alterar o estatuto.

Parágrafo único. **Para as deliberações a que se referem os incisos I e II deste artigo é exigido deliberação da assembleia especialmente convocada para esse fim, cujo quorum será o estabelecido no estatuto, bem como os critérios de eleição dos administradores.** (grifo nosso)

j) indicar as condições de extinção da entidade e a **previsão da destinação do seu patrimônio**, observadas as disposições contidas no art. 61 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil; (grifo nosso)

Art. 61 (Lei n.º 10.406): Dissolvida a associação, o remanescente do seu patrimônio líquido, depois de deduzidas, se for o caso, as quotas ou frações ideais referidas no parágrafo único do [art. 56](#), será destinado à entidade de fins não econômicos designada no estatuto, ou, omissa esta, por deliberação dos associados, à instituição municipal, estadual ou federal, de fins idênticos ou semelhantes.

§ 1º Por cláusula do estatuto ou, no seu silêncio, por deliberação dos associados, podem estes, antes da destinação do remanescente referida neste artigo, receber em restituição, atualizado o respectivo valor, as contribuições que tiverem prestado ao patrimônio da associação.

§ 2º Não existindo no Município, no Estado, no Distrito Federal ou no Território, em que a associação tiver sede, instituição nas condições indicadas neste artigo, o que remanescer do seu patrimônio se devolverá à Fazenda do Estado, do Distrito Federal ou da União.

8.3. Os Estatutos Sociais das entidades comunitárias deverão ainda conter disposições que:

b) assegurem o ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço;

e) estabeleçam os direitos e deveres dos associados;

g) determinem que não haverá a distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita entre os associados;

h) determinem as competências da Assembleia Geral, observando as disposições constantes dos art. 59 e 60 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.

Art. 59 (Lei n.º 10.406). Compete privativamente à assembleia geral:

I – destituir os administradores; (grifo nosso)

II – alterar o estatuto.

Parágrafo único. Para as deliberações a que se referem os incisos I e II deste artigo é exigido deliberação da assembleia especialmente convocada para esse fim, cujo quorum será o estabelecido no estatuto, bem como os critérios de eleição dos administradores.

Art. 60 (Lei n.º 10.406). A convocação dos órgãos deliberativos far-se-á na forma do estatuto, garantido a 1/5 (um quinto) dos associados o direito de promovê-la. (grifo nosso)

II. Apresentar o Estatuto Social **na íntegra** (consolidado, com as devidas alterações exigidas) e em **cópia legível**, em atendimento ao subitem 8.2 "a" e "b" da Norma n.º 1/2011. Salientamos que as alterações estatutárias promovidas devem ser devidamente averbadas junto ao registro inicial do Estatuto Social, ou seja, no Registro de Pessoas Jurídicas, mediante apresentação de certidão cartorária que vise tal comprovação.

III. Ata de Eleição da atual diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

IV. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com o subitem 8.1, alínea "e", da Norma nº 01/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2;

V. CPF de todos os dirigentes; e

VI. Último relatório do Conselho Comunitário, acompanhado da grade de programação atualizada, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011, versando sobre a programação veiculada pela emissora. O relatório deve ser **assinado por todos os membros do Conselho e indicar a entidade que cada um representa**. Informamos que o último relatório apresentado, datado de 21/03/2014, traz a assinatura de cinco pessoas, porém não identifica as entidades representadas.

3. Além das pendências na documentação encaminhada, verificou-se também que:

I. O endereço da entidade indicado no CNPJ (Rua Simpliciano Lima **S/N CAA**) diverge do citado no requerimento de renovação de outorga (Rua Simpliciano Lima **n.º 876**) e do informado no art. 1.º do próprio Estatuto Social (Rua Simpliciano Lima S/N, ou seja, o Estatuto não indica o complemento "CAA"), motivo pelo qual a entidade deverá se manifestar apresentando os devidos esclarecimentos no prazo referido no Ofício que acompanha esta Nota Técnica.

4. Salientamos mais uma vez que, segundo o art. 59 da Lei n.º 10.406 (que institui o atual Código Civil) a destituição de diretores da associação é competência privativa da assembleia geral.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada e/ou **esclarecer** as pendências constatadas, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.



Documento assinado eletronicamente por **Argelia Diniz Schramm**, **Delegado Substituto**, em 22/01/2015, às 23:10, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0331887** e o código CRC **ED22A1E9**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
DELEGACIA REGIONAL DE SANTA CATARINA**

Praça XV de Novembro, 242, 1º andar, salas 107 a 110.
CEP 88.010-970 Florianópolis - SC
Tel.: (48) 3229-4373 / 3225-4730 - Fax: (48) 3225-6724

Ofício nº 1718/2015/SEI-MC

Florianópolis, 22 de janeiro de 2015

Ao(À) Senhor(a)

NOME DO DESTINATÁRIO

Representante Legal da Associação Comunitária Seabrense de Comunicação (ASCOM)

Rua Símpliciano Lima n.º 876 - Tamboril

46.900-000/ Seabra- BA

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.056621/2011-75.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da Nota Técnica nº **1174/2015/SEI-MC**, desta Delegacia, que trata de pendências encontradas nos autos.

2. A respeito, fica estabelecido prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena de **extinção da outorga**.

3. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.

4. Aproveitamos para informar que esta Delegacia poderá, a seu critério, enviar comunicados oficiais via SMS e documentos digitalizados via internet às entidades interessadas, desde que complementem seu cadastro com telefone celular e mantenham atualizado o endereço eletrônico do respectivo representante legal. Ressalte-se que o fornecimento de tais dados implica

anuência dessa entidade em receber as referidas comunicações oficiais e deve ser feito por meio de ofício, com assinatura do seu representante legal. Os conteúdos encaminhados por esses meios referem-se tão somente à entidade destinatária e não serão considerados para fins legais como contagem de prazo e ciência de interessado.

5 . OBSERVAÇÃO: No expediente de resposta, deverão ser informados o n.º do Processo, o n.º deste Ofício e o n.º da Nota Técnica que o acompanha.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Argelia Diniz Schramm**, **Delegado Substituto**, em 22/01/2015, às 17:38, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0333872** e o código CRC **6C101D9D**.



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
02.448.633/0001-92
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE
SITUAÇÃO CADASTRAL

DATA DE ABERTURA
30/03/1998

NOME EMPRESARIAL
ASSOCIACAO COMUNITARIA SEABRENSE DE COMUNICACAO

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
ASCOM

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte
94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA

LOGRADOURO
R SIMPLICIANO LIMA

NÚMERO
SN

COMPLEMENTO
CAA

CEP
46.900-000

BAIRRO/DISTRITO
CENTRO

MUNICÍPIO
SEABRA

UF
BA

ENDEREÇO ELETRÔNICO

TELEFONE

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
03/11/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia 20/01/2015 às 16:43:33 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Voltar

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SR. REP. LEG. ASSOC. COM. SERBAENSE - ASCOM.

ENDEREÇO / ADRESSE

R. SIMPLICIANO LIMA 876 TAMBORIL

CEP / CODE POSTAL

46.900.000

CIDADE / LOCALITÉ

SERBRA

UF

PAÍS / PAYS

BRASIL

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

Ofício 1718/2015/SEJ-MC

53000.056621/2011-75

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

Neilane da Silva

DATA DE RECEBIMENTO

DATE DE LIVRATION

29/01/15

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

808624.1

29 JAN 2015

BA

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm



CORREIOS
BRASIL

AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

JH 75285165 1 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

23 JAN 2015

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

FLORIANÓPOLIS-SC

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

/ /	/ /	/ /			
:	h	:	h	:	h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Delegacia Regional em Santa Catarina - DRMC-04

Praça XV de Novembro, 242 - 1º andar

CIDADE / LOCALITÉ

88010-970 - FLORIANÓPOLIS - SC

UF

BRASIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO

RETOUR

--	--	--	--	--	--	--	--

EXMº. SR. COORDENADOR DA DELEGACIA REGIONAL DE SANTA CATARINA. MINISTERIO DE COMUNICAÇÃO.

Processo de Renovação: 53000.056621/2011-75

Processo de Outorga: 53640.001254/98



UENDSON SANTOS LEITE, representante legal da ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA SEABRENSE DE COMUNICAÇÃO, inscrita no CNPJ sob o nº 02448633000192, com sede NA RUA SIMPLICIANO LIMA, nº. 876, TAMBORIL, na cidade de SEABRA, Estado DA BAHIA, CEP 44.900-000, vem, à presença de Vossa Excelência, cumprir o quanto determinado, por Vossa Excelência, em Nota Técnica nº. 1174/2015/SEI-MC, assunto: Constatação de pendências relativas ao requerimento de renovação de Outorga, processo nº. 53000.056621/2011-75, da seguinte forma:

ÍTEM I: ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

1º. Em anexo, ata de nº. 21 com as devidas alterações;

ÍTEM II: ESTATUTO SOCIAL

2º. Em anexo, Estatuto Social, conforme requerido;

ÍTEM III: ATA DE ELEIÇÃO DA NOVA DIRETORIA

3º. Em anexo, ata de eleição da nova diretoria;

ÍTEM IV: PROVA DE NATURALIDADE DE DIRETORES

4º. Em anexo, documentos provando que todos os membros da diretoria são brasileiros natos;

ÍTEM VI: RELATÓRIO DO CONSELHO COMUNITÁRIO

5º. Em anexo, relatório mais grade do Conselho, conforme requerido;

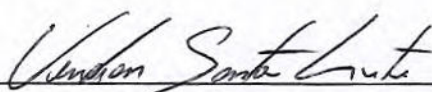
ÍTEM VII: ENDEREÇO CORRETO DA ASSOCIAÇÃO

6º. Em anexo, endereço correto da Associação, conforme conta de energia. Entretanto, vem justificar relatando que, o verdadeiro endereço da Associação, sempre foi o seguinte: "Rua Simpliciano Lima, nº. 876, Bairro Tamboril, Seabra-Ba". Vale frisar que o endereço enviado pela Associação, divergente do, acima citado, era o antigo endereço, antes de sua numeração.

DIANTE DO EXPOSTO:

Requer que este competente Órgão aceite toda a documentação juntada e defira o pedido de renovação da outorga de prestação de Serviços de Radiodifusão Comunitária de Seabra-Ba.

SEABRA-Ba, 25/02/2015

A handwritten signature in black ink, reading "Uendson Santos Leite", is positioned above a horizontal line.

UENDSON SANTOS LEITE

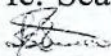
REPRESENTANTE LEGAL DA ASSOCIAÇÃO

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DA
COMARCA DE SEABRA- ESTADO DA BAHIA.

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
HIPOTECA E ANEXOS
COMARCA DE SEABRA - BA


Oficial Designada

CERTIDÃO

Certifico que revendo os Livro do Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da
Comarca de Seabra, Estado da Bahia, verifiquei constar no de nº A-03, às fls. 83 a 86,
o **Registro nº 275**, feito a 30.03.1998, da **Ata de Constituição e Estatuto Social da**
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SEABRENSE DE COMUNICAÇÃO -
ASCOM, com sede na Rua Simpliciano Lima, nº 876, nesta cidade de Seabra(BA),
bem como a **Averbação nº 275**, feita em **24.02.2015 no Livro nº A-24**, da
Alteração do Estatuto Social da Associação acima mencionada. O referido é
verdade e dou fé. Seabra, 26 de fevereiro de 2015. A Oficial Designada: Ivonete da
Silva Teixeira. 
(Custas pelo DAJ nº 1145/002/000536).

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

Selo de Autenticidade
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Ato Notarial ou de Registro
COMARCA DE SEABRA - BA

1145.AB001159-8

Consulte o selo em www.tjba.jus.br/autenticidade

Oficial Designada

TABELIONATO DE NOTAS
SEABRA - BAHIA
COFRE COM O ORIGINAL

26/ 02 15

() M. C. Selo de Autenticidade
() M. F. Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
() A. C. Ato Notarial ou de Registro
() M. C. 1147.AB040353-4
Consulte o selo em www.tjba.jus.br/autenticidade

AVERBADO

1

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SEABRENSE DE COMUNICAÇÃO- ASCOM

LABELIONATO DE
SEABRA - BAHIA
COFERE COM O ORIGINAL

26/02

115



DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETIVO E DURAÇÃO.

Art 1º. Sob a denominação de ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SEABRENSE DE COMUNICAÇÃO - ASCOM fica constituída uma associação comunitária, sem fins lucrativos, que regerá pelo presente estatuto e pela legislação específica.

Ar 2º. A sede da associação está situada na Rua Simpliciano Lima, Nº 876, na cidade de Seabra, Estado da Bahia.

Art 3º. A associação terá como finalidade a exploração e instalação de serviços de radiodifusão sonora, com finalidade dar oportunidade á difusão de ideias, culturas, tradições, hábitos sociais da comunidade, formação, integração e organização comunitária nos aspectos de lazer, cultura e convívio social, prestar serviços de utilidade pública, contribuir para o aperfeiçoamento profissional, permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão, respeitos aos valores éticos e sociais da pessoas e da família de Seabra, mediante concessão permissão ou autorização que lhe forem outorgadas por ato do poder público competente para a execução dos serviços de Radiodifusão comunitárias no País.

Parágrafo primeiro. Recebera o nome de Rádio Comunitária Seabra FM.

Paragrafo segundo. A Associação não poderá estabelecer ou manter vínculos que a subordine ou sujeite á gerencia, á administração, ao domínio, ao comando ou á orientação de qualquer outra entidade, mediante compromisso ou relações financeiras, religiosas, familiares, político- pArtidária ou comerciais.

Parágrafo terceiro. Não poderá a Associação transferir, a qualquer título a autorização de Radiodifusão, bem como a cessão ou arrendamento da emissora.

DOS SÓCIOS

Art 4º. São considerados sócios todos aqueles que, sem impedimento legais, forem residente na área de atuação da ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA SEABRENSE DE COMUNICAÇÃO-ASCOM, seja pessoa física ou entidades de classe, beneméritas, religiosas, ou de moradores desde que legalmente instituídas e que sejam aprovados pela Diretoria, e, que mantenha fiel obediência a este estatuto e deliberações da sociedade.



Art 5º. Ficam criadas duas categorias de sócios, a saber:

1. Sócios Contribuintes: São considerados sócios contribuintes quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que contribuam mensalmente com qualquer importância por ele designada.

2. Sócios Beneméritos: Quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que tenham prestado relevantes serviços à Associação Comunitária Seabrense de Comunicação- ASCOM e a coletividade;

Art 5º - A. Constituem direitos dos sócios efetivos e beneméritos

I – Votar a ser votado para os cargos de Diretoria e Conselho Fiscal.

II – Requerer convocação de Assembleia Geral Extraordinária na forma deste Estatuto, justificando convenientemente o pedido.

III – Receber dos órgãos de divulgação as atividades da Associação.

IV – Oferecer à Diretoria sugestões e colaboração para o bom desenvolvimento da Associação;

Art. 5º - B. Constituem obrigações dos Sócios:

I – Pagar pontualmente as contribuições sociais na forma que venham a ser fixadas;

II – Cumprir os estatutos da ASSOCIAÇÃO, acatar as decisões dos órgãos dirigentes e comparecer às Assembleias Gerais, sempre que regularmente convocadas;

III – Colaborar nos trabalhos da ASSOCIAÇÃO, sempre que convocados para deles participarem, apresentando ideias, sugestões, temas para discussões, teses e assuntos de interesse da Entidade;

IV – Aceitar quaisquer incumbências que forem dadas pela ASSOCIAÇÃO, desde que possível, em sua execução, pelas aptidões de que forem portadores;

V – Participar de comissões técnicas, de estudo e de trabalho, quando organizados pela ASSOCIAÇÃO e se para tal forem convocados;

Art. 5º - C. Não haverá distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita entre os Associados;

Art. 6º. Terão direitos a votos nas assembleias as duas categorias de sócios: beneméritos e contribuintes, estes últimos desde que em dias com sua contribuição, poderão votar por procuração passada individual ou coletivamente a um dos demais sócios com direito a voto.

Art. 6º - A. Todo associado tem direito de ser votado para todos os cargos que compõem as estruturas administrativas e deliberativas da Associação;

Parágrafo único: Somente terão direito a voto nas assembleias os brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

Art. 7º. Os membros da sociedade não respondem pecuniariamente pelas obrigações sociais.

Art. 7º - B. São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social, havendo justa causa, os associados que infringirem este estatuto, desde que sua transgressão seja indicada mediante requerimento dirigido à diretoria que, frente à procedência da solicitação, deverá submetê-la à Assembleia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurado o amplo direito de defesa do associado em questão;

Art. 7º - C. Todo e qualquer cidadão, domiciliado na área de execução do serviço, terá direito ao ingresso gratuito como associado;

DA DIRETORIA.

Art. 8º. A Associação será dirigida por Diretoria Executiva eleita em Assembleia Geral, para um período de 02 (dois) anos, tendo o máximo de 01 (uma) reeleição.

Parágrafo único: Os membros da diretoria deverão manter domicílio ou residência na área da comunidade atendida pela associação Comunitária Seabrense de Comunicação.

Art. 9º. Os membros da diretoria deverão ser brasileiros natos ou naturalizados a mais de dez anos.

Parágrafo único: É vedado participar da administração membros que ocupem cargo eletivo, que assegure imunidade parlamentar ou foro especial.

Art. 10º. A Diretoria será composta dos seguintes cargos diretores:

1. Presidente
2. Vice-Presidente.



3. Secretário
4. Tesoureiro
5. Diretor de Patrimônio

Art. 11º.

Compete à Diretoria Executiva:

- I. Cumprir e fazer cumprir as disposições estatutárias e as deliberações da Assembleia Geral e Conselho Fiscal;
- II. Elaborar e apresentar anualmente à Assembleia Geral e Conselho Fiscal até trinta (30) de março, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço patrimonial e a prestação de constas do exercício findo;
- III. Orientar toda a administração da Associação;
- IV. Apresentar ao conselho Comunitário toda e qualquer programação para acompanhar, com vista ao atendimento do interesse exclusiva da comunidade e das finalidades estabelecidos no Art. 3º;
- V. Compete à diretoria compor o quadro pessoal da Rádio ao menos de dois terços (2/3) de trabalhadores brasileiros.

Art. 12º.

Serão atribuições do presidente.

- I. Os poderes de administração em Geral, salvo os que neste estatuto são conferidos à Assembleia Geral e Conselho Fiscal, necessários ao desenvolvimento de suas atividades na Associação;
- II. Representar ativa e passivamente a Associação judicial e extrajudicialmente, podendo para tal fim designar procurador.
- III. Em conjunto com o tesoureiro, abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, assinar convênios, contrair obrigações, empréstimos e transigir desde que emitido parecer antecipado pelo Conselho Fiscal.



- IV. Tomar medidas urgentes em defesa dos interesse da Associação.

Art. 13º. São atribuições do vice- presidente.

- I. Substituir o presidente em sua faltas ou impedimentos;
- II. Desempenhar as funções que o presidente lhe confiar;

Parágrafo único: Ocorrendo a vacância do cargo de presidente, o vice-presidente assumira o cargo de presidente e nele permanecerá até o restante do prazo o qual foi eleito o membro substituído.

Art. 14º. São atribuições do secretário:

- I. Secretariar as reuniões da Diretoria e Assembleia Geral e redigir as competentes atas;
- II. Publicar todas as atividades da Associação.
- III. Assinar correspondência da Associação
- IV. Superintender os serviços da secretaria
- V. Exercer no sentido relações públicas da Associação.

Art. 15º. São atribuições do tesoureiro

- I. Arrecadar e guarda sob sua responsabilidade todos os valores e pertences da Associação;
- II. Cobrar e receber contribuições, donativos ou rendas devidas á Associação;
- III. Pagar todas as despesas, contas, obrigações assinado com o presidente os cheques e ordem de pagamento;
- IV. Manter em ordem, clareza e atualização a escritura contábil.

TABELIONATO DE NOTAS
SEADRA - BAHIA
COPIAR COM O ORIGINAL

26 / 02 / 15

Selo de Autenticidade
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Ato Notarial ou de Registro
1147-AB040359-3

Parágrafo único: O tesoureiro será substituído em suas faltas ou impedimentos pelo vice-presidente.

Art. 16º. São atribuições do diretor de patrimônio:

- I. Manter em ordem e atualização o patrimônio móvel e imóvel da associação;
- II. Elaborar e apresentar o relatório patrimonial à Assembleia Geral e Conselho Fiscal.

Art. 17º. Nenhum membro da Diretoria será remunerado, para o desempenho das suas funções e respectivas atribuições.

CONSELHO FISCAL

Art. 18º. O Conselho Fiscal compor-se-á de três (03) membros efetivos, cada um dos quais com um suplente, eleito a cada dois anos pela Assembleia Geral da Associação, podendo ser reeleitos.

Art. 19º. O conselho Fiscal tem suas atribuições e os poderes que são conferidos por lei.

Art. 20º. Os membros do Conselho Fiscal desempenharão suas funções e atribuições sem remuneração.

ASSEMBLÉIA GERAL

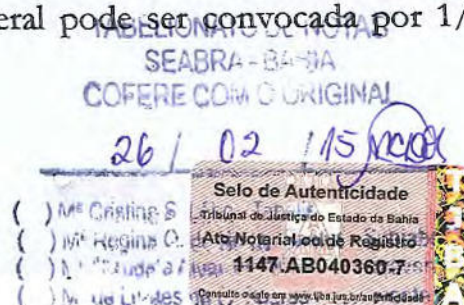
Art. 21º. As assembleias gerais serão ordinárias com reunião no dia (30) de março de cada ano, para eleger a Diretoria, quando for o caso, aprovar as suas contas, eleger os membros do Conselho Fiscal e Conselho Comunitário.

Art. 22º. As assembleias gerais serão extraordinárias sempre que os interesses da Associação exigirem o pronunciamento dos sócios e para os fins previstos por lei e nos seguintes casos: reforma dos estatutos; eleição de nova diretoria; por renúncia de membros em exercício.

Art. 23º. As assembleias gerais serão dirigidas pelo Diretor Presidente da Associação que convidará um ou dois sócios presente para servir de secretário, na composição da mesa que dirigirá os trabalhos da assembleia.

Art. 23 - A. Compete a Assembleia Geral, a destituição dos membros da Diretoria, bem como modificar o Estatuto;

Art. 23 - B. A Assembleia Geral pode ser convocada por 1/5 (um quinto) dos associados;





CONSELHO COMUNITÁRIO

Art. 24º. O Conselho Comunitário será instituído de no mínimo cinco (05) pessoas representante de entidade da comunidade local, tais como associações de classes, beneméritas, religiosas, ou de moradores, desde que legalmente instituídas.

Art. 25º. O Conselho Comunitário terá o fim específico de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e aos princípios da lei que rege a matemática.

PATRIMÔNIO

Art. 26. O patrimônio social será constituído das contribuições dos seus sócios, doações, subvenções, legados e do apoio cultural recebido na Rádio Comunitária Seabra FM.

Art. 27. A alienação hipoteca penhor ou venda ou troca dos bens patrimoniais da Associação somente poderá ser decidida por aprovação da maioria absoluta da Assembleia Geral extraordinária, convocada especificamente para esse fim.

EXERCICIO SOCIAL

Art. 28. O exercício social terá a duração de um ano, terminando em 31 de dezembro de cada ano.

Art. 29. No fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração contábil da Associação, um balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício e uma demonstração das origens e aplicações de recursos.

LIQUIDAÇÃO

Art. 30. A Associação poderá ser extinta por deliberação da maioria dos associados, em qualquer tempo, desde que seja convocada uma Assembleia Geral extraordinária para tal fim.

Art. 31. A Associação também poderá ser extinta por determinação legal.

Art. 32. No caso de extinção, competirá á Assembleia Geral extraordinária estabelecer o modo de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que devam funcionar durante o período de liquidação.

Protocolo Nº 6.430

Livro 2 A Fls 158

Seabra 24 / 02 / 2015

CARTÓRIO DO REG. CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

Prot. Nº 6.430 Fls 158

Inscrito no Livro nº A 24

As Fls - Sob nº 275

Seabra 24 de fevereiro de 2015

O Oficial do Registro Civil das Pessoas jurídicas


Oficial Designada

Monete da Silva Teixeira

-Suboficial do R. de Imóveis

Cad. Nº 800.107 3


CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
HIPOTECA E ANTÔNOS
COMARCA DE SEABRA - BA

Oficial Designada

AVERBADO

1

ATA DA ASSEMBLÉIA DE ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL.

ATA Nº. 21 DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SEABRENSE DE COMUNICAÇÃO, REALIZADA EM 05 DE FEVEREIRO DE 2015.

Aos 05 dias do mês de fevereiro do ano de 2015 (dois mil e quinze), às 20:00 (vinte horas), em sua sede social localizada na Rua Simpliciano Lima nº. 876, Bairro Tamboril, município de Seabra-Ba., reuniram-se, em assembleia geral, os senhores sócios da Associação Comunitária Seabrense de Comunicação. – o trabalho foi dirigido pelo Presidente da Associação Srº, UENDSON SANTOS LEITE, que convidou para secretariar e lavrar o presente trabalho a Srª, NEILANE DA SILVA RODRIGUES, que o aceitou. – Constituída a mesa, o Presidente da Associação determinou que se fizesse a recontagem dos sócios presentes, o que o fez, utilizando o livro de presenças para chamada nominal e confrontando os nomes dos presentes com o arquivo do quadro associativo. A seguir, o Presidente, dando por instalados os trabalhos, com número regular e estatutário de associados para constitui-los, determinou que se procedesse à leitura da ordem do dia, cujo teor é o seguinte: PRIMEIRAMENTE, retificar o CPF do atual presidente (UENDSON SANTOS LEITE), pois o mesmo foi colocado de forma incorreta na ata de eleição e posse, sendo que o número correto de seu CPF é: 040.681.415-50. Além disso, ACRÉSCIMO e MODIFICAÇÃO DO CONTEÚDO DO ESTATUTO DESTA ASSOCIAÇÃO, referentes a novos artigos, quais sejam: A) acréscimo do art. 34 - “a”, que terá a seguinte redação: Compete privativamente à assembleia Geral: I – destituir os administradores; II – alterar o estatuto; Parágrafo Único. Para as deliberações a que se referem os incisos I e II deste artigo é exigido deliberação da assembleia, especialmente convocada para esse fim, cujo quórum será o estabelecido no estatuto, bem como os critérios de eleição dos administradores. B) Acréscimo de art. 34 “b”, que terá a seguinte redação: A convocação dos órgãos deliberativos far-se-á na forma do estatuto, garantindo 1/5 (um quinto) dos associados o direito de promovê-la; C) Modificar o art. 33, ficando com a seguinte redação: Dissolvida a associação, o remanescente do seu patrimônio líquido, depois de deduzidas, se for o caso, as quotas ou frações ideais referidas no parágrafo único do art. 56, será destinado à entidade de fins não econômicos designada no estatuto, ou, omissa esta, por deliberação dos associados, à instituição municipal, estadual ou federal, de fins idênticos ou semelhantes. § 1º Por cláusula do estatuto ou, no seu silêncio, por deliberação dos associados, podem estes, antes da destinação do remanescente referida neste artigo, receber em restituição, atualizado o respectivo valor, as contribuições que tiverem prestado ao patrimônio da associação. § 2º Não existindo no Município, no Estado, no Distrito Federal ou no Território, em que a associação tiver sede, instituição nas condições indicadas neste artigo, o que remanescer do seu patrimônio se devolverá à Fazenda do Estado, do Distrito Federal ou da União. Ficando alterado o presente Estatuto Social e aprovado em 05 /02/2015. Franqueada a palavra, e como ninguém desejasse fazer uso dela, o Presidente suspendeu a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata em livro próprio. Reaberta a sessão, foi esta lida aos presentes e aprovada por unanimidade, sendo assinada pelo Presidente desta assembleia, por mim, Secretária, e pelos demais sócios presentes com direito a voto.

TABELIONATO DE NOTAS
SEABRA - BAHIA
COFERE COM O ORIGINAL

26 / 02 / 15



Seabra - Ba, 05 de fevereiro de 2015

RECO

Presidente

Secretário

Membros

Mauraci Rosa de Oliveira
 Amaralino Apóstolo de Oliveira
 José Paulo Hil Chagas
 Telvica Souza

Troni Unidisa dos Santos

Mário Sérgio Alves Vasquez

Tâmara Barros dos Santos

Adelma Bezerra dos Anjos

Maria Cândida de Maciel Santana Lili

Gilvan Honorato de Aguiar

Maria Cláudia dos Santos

Carla dos Santos

André de Almeida Capitanho

Marcos dos Santos

Maria Souza da Cruz

Andréia Souza Gonçalves

Washington Silva dos Santos

Washington Silva dos Santos

Maria Adilce Silva do Alencar

Marcos dos Santos

Valdeci Maria da Silva

Protocolo Nº 6430

Livro 1-A Fls 152

Seabra 24 / 02 / 2015

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO
 SEABRA BAHIA

Reconhecimento autêntico e verdadeiro
 RECONHECIMENTO (assinaturas) assinadas por esta
 R. E. C. O. com meu sinal público

Em presença de
 Seabra - BA, 20 de Janeiro
 Tabela

Selo de Autenticidade
 Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
 Ato Notarial ou de Registro
 1147.AB039377-8

Mª Cristina Souza Lobo

TABELIONATO DE NOTAS
 SEABRA - BAHIA
 COFRE COM O ORIGINAL

26 / 02 / 15

CARTÓRIO DO REG. CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

Prot. Nº 6430 Fls 152

Inscrito no Livro nº A - 24

As Fls Sob nº 235

Seabra 24 de Janeiro de 2015

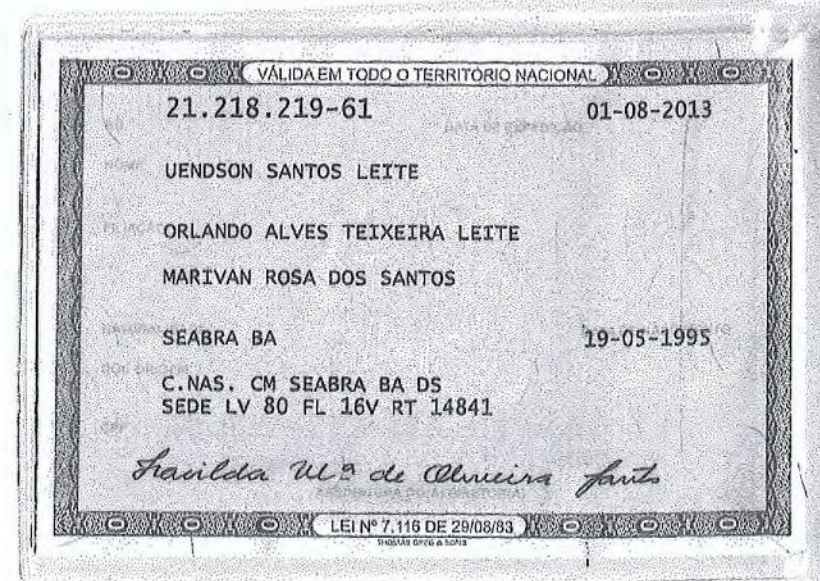
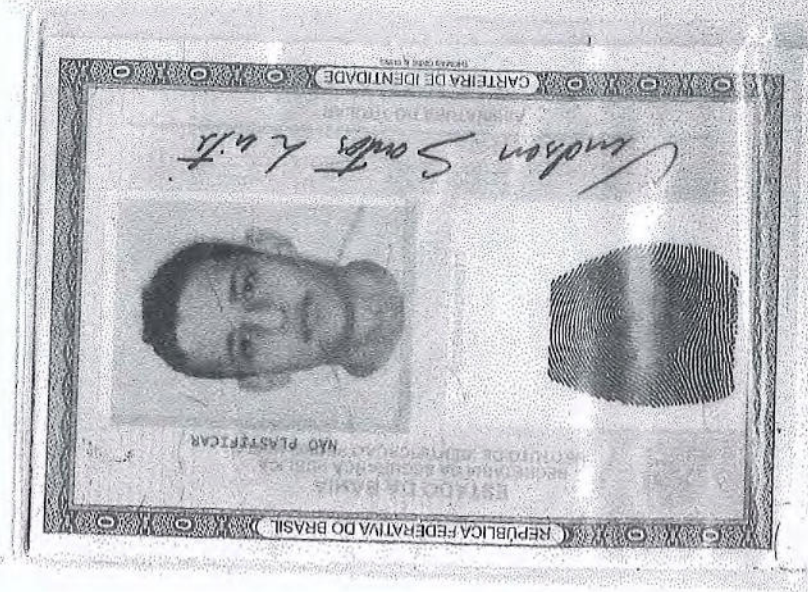
O Oficial do Registro Civil das Pessoas jurídicas

Oficial Designada

Mônica da Silva Teixeira
 Suboficial do R. de Imóveis
 Cad. Nº 800.107 3

() Mª Cristina S. Lobo - Tabelião
 () Mª R. Paula - Tabelião
 () M. A. - Tabelião
 () M. U. - Tabelião

Selo de Autenticidade
 Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
 Ato Notarial ou de Registro
 1147.AB040354-2



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "PEDRO MELLO"

22.10.73

JOSE PAULO LEITE CHAGAS

ASSINATURA DO TITULAR

CARTÃO DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 09950238 08

DATA DE NASCIMENTO 27/12/97

NOME JOSE PAULO LEITE CHAGAS

FILIAÇÃO FRANCISCO PAULO DAS CHAGAS
LUCELY ALVES LEITE CHAGAS

NATURALIDADE SEABRA BA

DOC ORIGEM CER-NAS CM-SEABRA BA

DST-SEDE L-072 F-127 R-005680

CPF

SALVADOR BA

INATURA DO DIRETOR

Nº 116 DE 20/06/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA

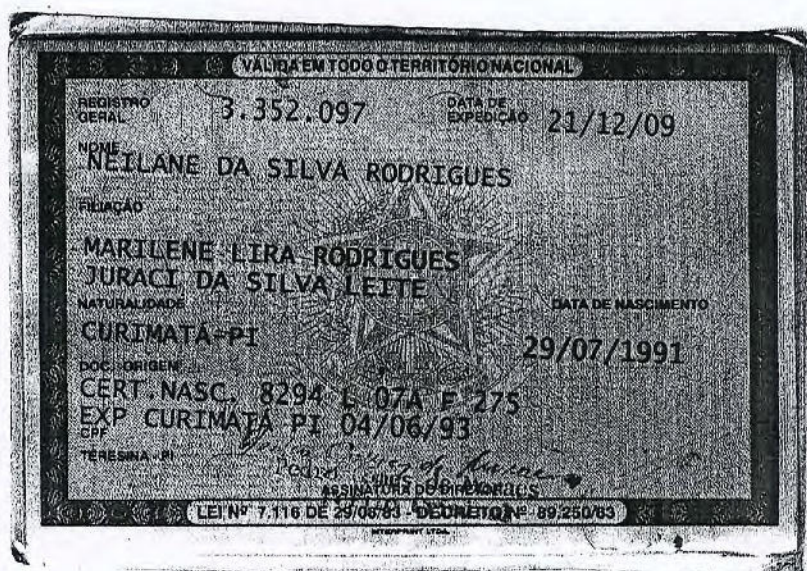
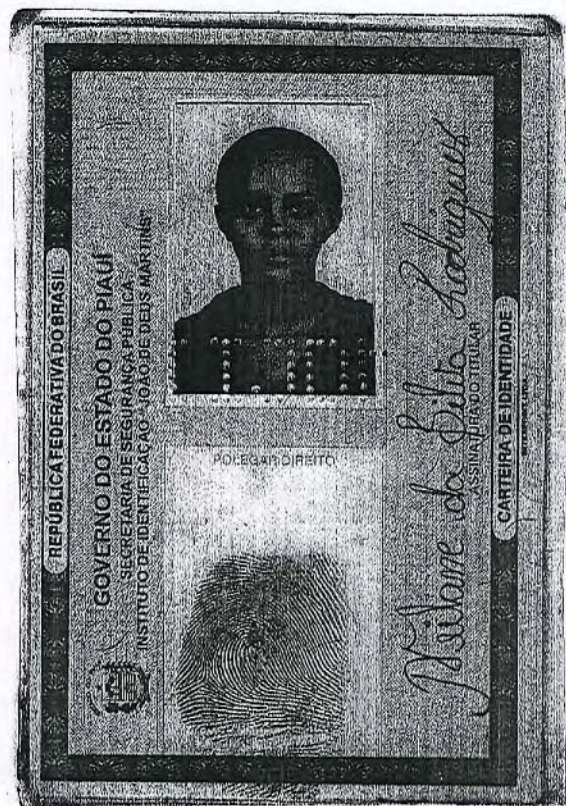
Secretaria da Receita Federal

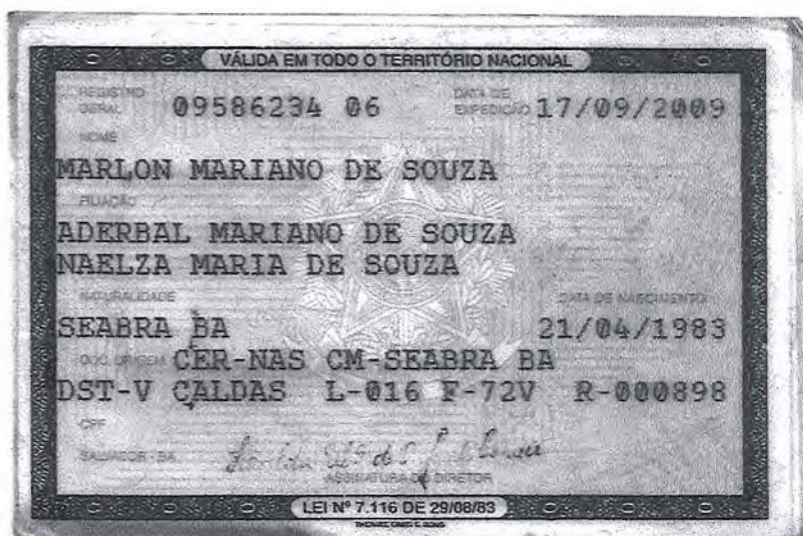
CPF

011.306.085-81

JOSE PAULO LEITE CHAGAS

09/10/1983





AVERBADO

TABELIONATO DE NOTAS
SEABRA - BAHIA
DOFERE COM O ORIGINAL



ATA Nº. 20 DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SEABRENSE DE COMUNICAÇÃO, REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 2014, PARA ELEGER SUA DIRETORIA.

Aos 30 dias do mês de março do ano de 2014 (dois mil e quatorze), às 20:00 (vinte horas), em sua sede social localizada na Rua Simpliciano Lima, nº. 876, Bairro Tamboril, município de Seabra-Ba., reuniram-se, em assembléia geral ordinária, os senhores sócios da Associação Comunitária Seabrense de Comunicação. – o trabalho foi dirigido pela Vice-Presidente da Associação Srº. Orlando Alves Teixeira Leite, pois a sua Presidenta, Srª. Aghata Maria Marques de Oliveira, não pode comparecer à Assembléia. O Vice Presidente convidou para secretariar e lavrar o presente trabalho a Srª., Sueide Martins de Andrade, que o aceitou – Constituída a mesa, o Vice-Presidente da Associação determinou que se fizesse a recontagem dos sócios presentes, o que o fez, utilizando o livro de presenças para chamada nominal e confrontando os nomes dos presentes com o arquivo do quadro associativo. A seguir, o Vice-Presidente, dando por instalados os trabalhos, com número regular e estatutário de associados para constituí-los, determinou que se procedesse à leitura da ordem do dia, cujo teor é o seguinte: **ANTES DE DISCUTIR SOBRE A ELEIÇÃO DA DIRETORIA**, houve as seguintes discussões: 1º. Por unanimidade foi dito que: “para esclarecimento do MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES e a quem mais interessar os sócios membros da diretoria, quais sejam: o Sr. MARLON RAMOS LEITE, Srº. AGHATA MARIA MARQUES DE OLIVEIRA, Srª. SUEIDE MARTINS DE ANDRADE, SRº. ORLANDO ALVES TEIXEIRA LEITE, apesar de - até presente data - fazerem parte da Diretoria e também serem filiados em partido político, nunca usaram desses partidos para: SUBORDINAR, GERENCIAR OU COMANDAR a presente Radio Comunitária ou qualquer outra Entidade, 2º. Também, conforme reza o art. 21 do presente Estatuto, as contas desta Associação foram analisadas e aprovadas, por unanimidade. **APÓS ISSO, CONFORME DETERMINA O ESTATUTO DESTA ENTIDADE, HOUVE ELEIÇÃO, CONFORME OS PROCEDIMENTOS LEGAIS E FORAM ELEITOS PARA FORMAR A NOVA DIRETORIA, OS SEGUINTE MEMBROS E SEUS RESPECTIVOS CARGOS:** Para Presidente: UENDSON SANTOS LEITE, brasileiro, maior, solteiro, estudante, RG: 212.182.19-61 SSP-Ba, CPF: 040.681.141.550, residente e domiciliado na Rua Tito Luna Freire, nº. 230, Centro, Seabra-Ba; Vice-Presidente: Jose Paulo Chagas RG 09950238 08 SSP- BA , CPF 011.306.085.61, residente e domiciliado na Rua Manoel Teixeira Leite, 247, Centro, Seabra-Ba; Secretário: Marlon Mariano de Souza, brasileiro, solteiro, maior, empresário, RG: 958.923.406 SSP-

Ba, CPF: 011.249.565-65, residente e domiciliado na Rua Hermelino Martins Alves, nº. 40, Bairro: Boa Vista, Seabra-Ba; Tesoureira: Neilane da Silva Rodrigues, brasileira, maior, casada, estudante, RG: 33.52097 SSP-PI, CPF: 053.335.383-10, residente e domiciliada na Rua Paulo VI, nº 928, Bairro Nossa Senhora das Graças, Seabra-Ba; Diretor de Patrimônio: Jean Carlos Silva Oliveira, brasileiro, maior, solteiro, mecânico, RG: 166.444.11-15 SSP-Ba, CPF: 073.457.7050 24, residente e domiciliado na Rua São Pedro, nº. 46, Bairro: Nossa Senhora das Graças, Seabra-Ba. PARA O CONSELHO FISCAL, foram eleitos os seguintes membros: TITULAR: Bismark Areia Junior, RG: 059.091.124 SSP-Ba, Maria Claudete Alves de Oliveira, RG: 4369580 SSP-Ba; Marbak Medeiros Ramos, RG: 74729955, SUPLENTE: Maria Souza da Cruz, RG: 104.6379 SSP-Ba; Valci Araujo dos Anjos RG.13292617 20 SSP-Ba; Wochiton Luiz Costa, RG: 3138840 SSP-Ba. Foram eleitos para o Conselho Comunitário: 1º. Associação dos Moradores do Poço Grande, Sr. Amarino Agostinho de Oliveira, RG: 041.891.031.6 SSP-Ba; 2º. Associação Rural da Prata de Baixo, Srª. Adaelma Lázaro dos Anjos, RG: 068.506.015-2 SSP-Ba; 3º. Associação Comunitária da Veredinha, Srª. Tâmara Barros dos Santos, RG: 469.295.120 SSP-Ba; 4º Associação comunitária da palmeirinha, senhora Neuraci Rosa de Oliveira RG.11311356 01, 5º associação do desenvolvimento agrária e comunitária da lagoa da Boa vista, Senhora Erica Souza RG 15564410 61. Franqueada a palavra, e como ninguém desejasse fazer uso dela, o Vice-Presidente suspendeu a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, foi esta lida aos presentes e aprovada por unanimidade, sendo assinada pelo Vice-Presidente desta assembléia, por mim, Secretária, e pelos demais sócios presentes com direito a voto.

Guilherme Martins de Andrade

Wenderson Santos Leite

João Luiz Lima Almeida

Mário Sérgio Alves Noroiz

Paulo Henrique Sousa

José Paulo Leite Aragão

Wenderson

TABELIONATO DE NOTAS
SEABRA - BAHIA
COFERE COM O ORIGINAL

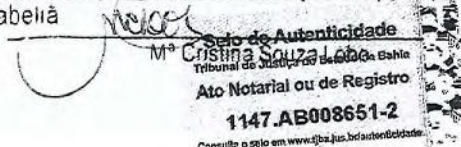
29 / 04 / 14



TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO
SEABRA BAHIA

Reconhecimento autêntico e verdadeiro
RECONHEÇO a(s) firma(s) assinalada(s) por esta
R. E. C. O. com meu sinal publico

Em testemunho da verdade
Seabra-Ba. 28 de abril de 2014
Tabeliã



Ofendo P. M. R.

Ironi Uniza dos Santos

Sebastião M. Oliveira

Andréia Sousa Gonçalves

Melhor fomes mendas

Maria Claudete Silva de Almeida

Andriana de Aguiar Coutinho

Geil P. M. R.

Irma Adilce Silva de Abreu

Washington Luiz Brito

Valci Araújo dos Anjos

~~Adelino dos Anjos~~

Bis - 21 - 21 - 21

Adelino dos Anjos

Amarino Agostinho de Oliveira

Mayraci Rosa de Aguiar

Neilane Silva Rodrigues

Melhor Meliano de Souza

Tâmara Barros dos Santos

Maria Sousa da Cruz

Valdir Alexandre Barreto

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMOVEIS

Selo de Autenticidade

Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

Ato Notarial ou de Registro

da 1145.AB000121-6

Consulte o selo em www.tjba.jus.br/autenticidade

Designada

Designada

TABELIONATO DE NOTAS

SEABRA - BAHIA

COFERE COM O ORIGINAL

29/04/14

1145.AB000121-6

M.ª Cristina S. Lobo - Tabelião

M.ª Regina C. de Souza S. Ins. - Substituta

Selo de Autenticidade

Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

Ato Notarial ou de Registro

1147.AB008742-0

Consulte o selo em www.tjba.jus.br/autenticidade

Protocolo Nº 6.206

Livro 1 Fls 147 Livro

Seabra 28 104 12014

CARTÓRIO DO REGISTRO
CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

Averçado sob nº 225

livro A-23 fls

Seabra, 28 de abril de 2014

Martine de Miranda Senna - Oficial Designada
Ivonete da Silva Teixeira - Suboficial Designada

AVERBADO

Ata de nº 39 da Assembleia Geral Extraordinária da Associação Comunitária Sealtrense de Comunicação realizada dia 20 de março de 2014. Aos 20 dias do mês de março do ano de 2014 (dois mil e quatorze), às 20:00 (vinte horas), em sua sede social localizada na Rua Simplício Lima nº 876, Bairro Tamboiril, município de Seabra-Ba, reuniram-se em assembleia geral, os senhores sócios da Associação Comunitária Sealtrense de Comunicação. O trabalho foi dirigido pela Presidente da Associação Sra, Aglaia Maria Marques de Oliveira, que contidou para secretariar e ler o presente trabalho a Sra Guilde Martins de Andrade, que o aceitou. Constituída a mesa, a Presidente da Associação determinou que se fizesse a recantagem das sócias presentes a que o fez, utilizando o livro de Presenças para chamada nominal e confrontando os nomes das presentes com o arquivo do Quadro associativo. A seguir a Presidente do do Par instalados os trabalhos, com número regular e estatutário, digo estatutário de associadas para constituir as, determinou que se procedesse a leitura da ordem do dia, cujo teor é o seguinte: Antes de discutir alterar o estatuto dessa, digo desta associação, laure as seguintes discussões: 1º. Por unanimidade foi aceita a renúncia de diretora: Katia Sirlene dos Santos, Brasileira, maior, solteira, funcionária pública, RG 08333903-10 SSP-Ba, CPF: 91181917549, residente e domiciliada na Rua Antoni Pinto, S/nº. Seabra-Ba, ficando em seu lugar: Marlon Ramos Leite, Brasileiro, maior, solteiro, RG: 0436957357 SSP, CPF: 59811510563, residente e domiciliado na Rua Santo São 106, Seabra-Ba. 2º. A Presidente, levou ao conhecimento da associadas, que nas próximas eleições não poderão ser votadas as candidatas ao corpo diretório, pessoas vinculadas a Partido Político. 3º. Alteração do Estatuto Social, para se adequar ao quanto requerido pelo Ministério da



Comunicações, conforme o que reza a Norma nº 3/2011, aprovada pela Portaria nº 462, de 31 de Outubro de 2011. Finda a leitura, a Presidente colocou em discussão e em votação a reforma estatutária proposta, sendo tal reforma aprovada por unanimidade, passando o Estatuto Social a ter alterações, digo alteração da seguinte forma: A) alteração do art. 8º passando a ter a seguinte redação: A Associação será dirigida por Diretoria Executiva eleita em Assembleia geral, para um período de 02 (dois) anos, sendo o máximo de 03 (uma) reeleição; B) alteração do Art. 34. Passando a ter a seguinte redação: O Estatuto desta Associação só poderá ser alterado apenas através de deliberação da Assembleia Geral, desde que mantidas as termos e condições inicialmente exigidas para outorga da autorização, devendo apresentar ao Poder concedente, para fins de registro e controle, os atos que caracterizam as alterações devidamente autorizadas ou registradas dentro de 30 (trinta) dias contados de sua efetivação; C) acrescentar ao Estatuto o art. 7º "a" que terá a seguinte redação: São passíveis de suspensão temporária ou de exclusão definitiva do quadro social, levando justa causa, os associados que infringirem este estatuto, desde que sua transgressão seja indicada mediante requerimento dirigido à diretoria que, frente a procedência da solicitação, deverá submetê-la à Assembleia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurado o amplo direito de defesa do associado em questão; D) acrescentar ao Estatuto o art. 6º "a", que terá a seguinte redação: Todo associado tem direito de ser votado para todos os cargos que compõem as estruturas administrativas e deliberativas da Associação; acrescentar ao Estatuto o art. 7º "b", que terá a seguinte redação: Todo e qualquer cidadão, domiciliado na área de execução do serviço, terá direito

ao ingresso gratuito como associado; E) Acrescentar ao estatuto o art. 5º "a", que terá a seguinte redação: Constituem direitos dos sócios efetivos e beneméritos I - Votar a ser votada para os cargos de Diretoria e Conselho Fiscal. II - Requerer convocação de Assembleia Geral Extraordinária na forma deste Estatuto, justificando convenientemente o pedido. III - Recusar dos órgãos de divulgação as atividades da Associação. IV - Oferecer a diretoria sugestões e colaboração para o bom desenvolvimento da Associação; F) Acrescentar ao Estatuto o art. 5º "b", que terá a seguinte redação: Constituem obrigações dos sócios: I - Pagar pontualmente as contribuições sociais na forma que venham a ser fixadas; II - Cumprir os estatutos da Associação, acatar as decisões dos órgãos dirigentes e comparecer às Assembleias Gerais sempre que convocados, digo sempre que regularmente convocados; III - Colaborar nos trabalhos da Associação sempre que convocados para deles participarem, apresentando ideias, sugestões, temas para discussões, teses e assuntos de interesse da Entidade; IV - Acatar quaisquer incumbências que forem dadas pela Associação, desde que possível, em sua execução, pelas atividades de que forem portadores; V - Participar de comissões técnicas, de estudo e de trabalho, quando organizados pela Associação e se para tal forem convocados. G) Acrescentar ao Estatuto o art. 5º "c", que terá a seguinte redação: Não haverá distribuição de lucros ou eventuais sobras da receita entre os associados; H) Acrescentar ao Estatuto o art. 23 "a", que terá a seguinte redação: Compete a Assembleia Geral, a destituição dos membros da diretoria, bem como modificar o estatuto; I) Acrescentar ao Estatuto o art. 23 "b", que terá a seguinte redação: A Assembleia Geral pode ser convocada por 3/5 (um quinto

das associadas. Ficando alterado o presente Estatuto social e aprovado em 20/03/2014. Tranqueada a Palavra, e como ninguém desejasse fazer uso dela, a Presidente suspendeu a sessão pelo tempo necessário a lavratura da presente ata em livro próprio. Reaberta a sessão, foi esta lida aos presentes e aprovada por unanimidade, sendo assinada pelo Presidente desta assembleia, por mim, Secretária, e demais sócias presentes com direito a voto.

Assinaturas:

2014 - João Farias Pappino Romer, Maria da Glória dos Santos, Maria Adulce Silva de Abreu, Orlando P. P. Int, Maria Sousa da Cruz Sebastião, N. Oliveira, Washington Luiz Pota, Valdir Moreira Paiva, Myrtes Farias Mendes, Sueli Martins de Andrade, Sérgio de B., Jandira de Azeredo Coutinho, Irani Unizua dos Santos, Luis Libris, Mario Sergio Alves, Veranis, Andreia Sousa Goncalves.

Selo de Autenticidade

Results and their implications

SW 1314

Agyneta

Selo de Autenticidade
 Instrumento Notarial do Estado de São Paulo
Ato Notarial ou de Registro

4126 AB001227-6

4126.AB001227-6

Consolido o pedido em: www.triba.jus.br/ajob

Protocolo N° 6794

Livro _____ Fls. 146

Seabra 24 / 03 / 2004

CARTÓRIO DO REGISTRO
CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

Averbado sob nº 246

livro A-23 RS

Seabra, 24 de março de 2014

Marlene da Miranda Senna-Oficial Designada
Ivone da Silva Teixeira - Suboficial Designada

Moneta da Silva Teixeira - Suboficial Designada

M^a Claudete A. de Oliveira

Escrevente

Seabra - Bahia

TABELONATO DE NOTAS

SEABRA, MARIA
COFRE COM O ORIGINAL

COFERE COM O ORIGINAL

23 02 15 mcd

Selo de Autenticidade

Estado da Bahia

Tribunal de Justiça
Tribunal de Registro

Ato. Notarial Cu de No. 1

1147.AB039800-0

notabelt
ruvante
ento

2. **Prüfung**
 3. **Prüfung**

ente

GRADE DE PROGRAMAÇÃO 2015

Associação Comunitária Seabrense de comunicação – SEABRA FM

6:00 h a 8:00h de segunda a Sábado – Programa Sertanejo classe A

Conteúdo destinado aos agricultores rurais, trazendo informações do campo , meteorologia , hora certa ,musicas sertaneja, dicas agrícolas e pecuária .

8:00 h a 12:00h de segunda a sábado – Programa Show da Manhã .

Conteúdo destinado ao publico em geral com notícias e informações dos principais acontecimentos da regional, trazendo musicas ,entrevistas, hora certa, 12:00h a

14:00h de segunda a sábado – Programa Trombone Seabrense.

Programa jornalístico abrangendo todos os assuntos de interesse da comunidade, promovendo o direito de expressão da população e atividades jornalista, artísticas, entrevista com personalidades importantes .

14:00h a 19:00h de segunda a sábado.

Programa musical trazendo musicas de artistas locais e de outros gêneros com varias dicas para dona de casa ,hora certa, meteorologia e signos .

19:00h a 20:00 de segunda a sexta . A Voz do Brasil.

19:00h a 20:00h Sábado. Especial Amado Batista

Uma hora com as melhores musicas do cantor brega Amado Batista.

20:00 h a 00:00h de segunda a domingo

Programação musical com dicas de saúde , beleza , culinária , hora certa .

6:00h a 8:00h Domingo

Programa Musical.

8:00h a 10:00h Domingo

Especial Roberto Carlos - 2 horas de musica do Rei Roberto Carlos

10:00 h a 00:00 h Domingo

Programação musical com dicas de saúde , beleza , culinária e hora certa .

Seabra – Ba . 06 de fevereiro de 2015

Elrica Souza

Mauraci Rosa de Oliveira
Amarino Agostinho de Azevedo

Tâmara Barros dos Santos
Adelina Logano da Silva

ANALISE DA GRADE DE PROGRAMAÇÃO DO CONSELHO COMUNITÁRIO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIO SEABRENSE DE COMUNICAÇÃO

Seabra –Ba. 06 de fevereiro de 2015

Nos, conselheiro da associação comunitária seabrense de comunicação , Seabra – Ba ,
informamos para todos os fins de direito e de fato e a quem possa interessa ,que
analisando a grade de programação da entidade acima descrita ,informamos que a
mesma atente as finalidades legais são elas:

1. Educação ,artística ,cutural e informativa;
2. Promoção de atividades artísticas e jornalísticas;
3. Respeito as valores éticos e sociais da pessoa e da família;
4. Não discriminação de raça , religião ,sexo ,preferências sexuais , etc.
5. Proibição ao proselitismo.

Amaroino Agostinho de Oliveira

Amaroino Agostinho de Oliveira

Ass. dos moradores do Poço Grande

Adaelma Lazaro dos Anjos

Adaelma Lazaro dos anjos

Ass. Rural da Prata de Baixo

Tâmara Barros dos Santos

Tâmara Barros dos Santos

Ass. Com. Da Veredinha

Neuraci Rosa de Oliveira

Neuraci Rosa de Oliveira

Ass.com. da Palmerinha

Erica Souza

Erica Souza

Ass .do desenvolvimento agrária e comunitaria da lagoa da Boa vista

Para = Ministério das Comunicações
Delegacia Regional de Santa Catarina

Endereço = Praça XV de Novembro, 242 1º andar
Sala 107 a 110

CEP = 88.010-970 Florianópolis - SC

AR.



26 FEB 2015

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

Remetente - Associação Com. Seabrense de Comunicação
Endereço - Rua Simpliciano Lima, 876 - Tombador
CEP - 246.900-000 - Seabra - Ba



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA SEABRENSE DE COMUNICACAO

CNPJ: 02.448.633/0001-92

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:42:13 do dia 27/10/2015 (hora e data de Brasília).

Válida até 26/11/2015.

Certidão expedida gratuitamente.



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.448.633/0001-92 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 30/03/1998
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA SEABRENSE DE COMUNICACAO			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ASCOM			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R SIMPLICIANO LIMA	NÚMERO SN	COMPLEMENTO CAA	
CEP 46.900-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO SEABRA	UF BA
ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **27/10/2015** às **10:39:40** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)

[Voltar](#)

NOTA TÉCNICA Nº 24175/2015/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53000.056621/2011-75**

Processo de Outorga nº: 53640.001254/1998

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação Comunitária Seabrense de Comunicação (ASCOM)**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **SEABRA/BA**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade de saneamento de pendência relativa à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio do item disposto abaixo, na forma da Portaria 4334/2015, publicada no DOU de 27/09/2015:

Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ, indicando o endereço atualizado da sede da entidade: Rua Simpliciano Lima **nº 876**. Em consulta realizada no sítio da Receita Federal em 27/10/2015, verificou-se que o endereço ainda não foi regularizado junto à Receita Federal (art. 131, §2º, da Portaria nº 4334/2015).

CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada e/ou **esclarecer** as pendências constatadas, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Argelia Diniz Schramm**, **Analista Tec Administrativo**, em 27/10/2015, às 14:52, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Vinicius Lannes Duering**, **Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado de Santa Catarina**, em 27/10/2015, às 15:09, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0790254** e o código CRC **40519D9E**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
DELEGACIA REGIONAL EM SANTA CATARINA**

Praça XV de Novembro, 242 – 1º andar, salas 107 a 110 – Centro
CEP: 88010-970 – Florianópolis/SC
Tel.: (61) 2027-5055 (VOIP)

Ofício nº 35348/2015/SEI-MC

Florianópolis, 27 de outubro de 2015

Ao Senhor

UENDSON SANTOS LEITE

Representante Legal da Associação Comunitária Seabrense de Comunicação (ASCOM)

Rua Simpliciano Lima n.º 876 - Tamboril

46.900-000/ Seabra- BA

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.056621/2011-75.**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 24175/2015/SEI-MC**, desta Delegacia, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, a entidade deverá se manifestar sobre o assunto e/ou apresentar a documentação pendente, ficando estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste, de acordo com o AR (Aviso de Recebimento) que o acompanha, **sob pena de, em não havendo o cumprimento do prazo, ter seu pedido indeferido e o referido processo de renovação de outorga arquivado.**
3. No expediente de resposta deverão ser mencionados: o **número do Processo de referência**, o **número deste Ofício** de exigência e o **número da Nota Técnica.**

Atenciosamente,

Carlos Vinícius Lannes Duering
Delegado



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Vinicius Lannes**



Duering, Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado de Santa Catarina, em 27/10/2015, às 15:09, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0790310** e o código CRC **A5EC38C4**.

AR**DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE**

Ao Senhor
 UENDSON SANTOS LEITE
 Representante Legal da Associação Comunitária
 Seabrense de Comunicação (ASCOM)
 Rua Simpliciano Lima n.º 876 - Tamboril
 46.900-000/ Seabra- BA

PAÍS / PAYS

UF

PAÍS / PAYS

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

Q. n.º 35348/2015/SEI-MG (0790310)
 53000.056621/2011-75

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

Nilson Santos

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

05/11/15

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

8086144-1

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-D

FC0463 / 16

114 x 186 mm

05 NOV 2015
 BA



AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

AVIS CN07

JO 18841157 5 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

30 OUT 2015

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

:

h

:

h

:

h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Delegacia Regional em Santa Catarina - DRMC-04

Prça XV de Novembro, 242 - 1º andar

CIDADE / LOCALITÉ

88010-970 - FLORIANÓPOLIS - SC

UF

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

--	--	--	--	--	--	--	--

EXMº SR. COODENADOR DA DELEGACIA REGIONAL DE
SANTA CATARINA. MINISTERIO DAS COMUNICAÇÃO.

Processo de renovação nº: **53000.056621/2011-75**

Processo de Outorga nº: **53640.001254/1998**

Ofício nº **35348/2015/SEI-MC**

UENDSON SANTOS LEITE, representante legal da **Associação Comunitária Seabrense de Comunicação**, inscrita no CNPJ sob o nº 02.448.633.0001-92, com sede na av. Simpliciano Lima, 876 – Tamboril, na cidade de Seabra Bahia , CEP 46.900.000, vem a presença de vossa Excelência , cumprir o quando determinado por vossa excelência em **Nota técnica de nº 24175/2015/SEI-MC**.

Diante do exposto :

Requer que esse competente órgão aceite toda documentação juntada e defira o pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária.

Seabra- BA . 16/11/15



Uendson Santos Leite

Representante legal



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.448.633/0001-92 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 30/03/1998
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA SEABRENSE DE COMUNICACAO			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ASCOM			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R SIMPLICIANO LIMA	NÚMERO 876	COMPLEMENTO CASA	
CEP 46.900-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO SEABRA	UF BA
ENDEREÇO ELETRÔNICO SEABRAFM104@HOTMAIL.COM		TELEFONE (75) 3331-1429	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **16/11/2015** às **10:29:31** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)

[Voltar](#)



Preparar Página
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
DELEGACIA REGIONAL EM SANTA CATARINA – DRMC/SC

NOTA TÉCNICA Nº 24175/2015/SEI-MC

Processo de Renovação nº: 53000.056621/2011-75
Processo de Outorga nº: 53640.001254/1998
Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação Comunitária Seabrense de Comunicação (ASCOM)**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **SEABRA/BA**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade de saneamento de pendência relativa à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio do item disposto abaixo, na forma da Portaria 4334/2015, publicada no DOU de 27/09/2015:

Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ, indicando o endereço atualizado da sede da entidade: Rua Simpliciano Lima nº 876. Em consulta realizada no sítio da Receita Federal em 27/10/2015, verificou-se que o endereço ainda não foi regularizado junto à Receita Federal (art. 131, §2º, da Portaria nº 4334/2015).

CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada e/ou **esclarecer** as pendências constatadas, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Argelia Diniz Schramm, Analista Tec Administrativo**, em 27/10/2015, às 14:52, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Vinicius Lannes Duering, Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado de Santa Catarina**, em 27/10/2015, às 15:09, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0790254** e o código CRC **40519D9E**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



Correios

REGISTRADO URGENTE
REGISTERED PRIORITY

AR ☒ MP ☐ PESO / WEIGHT (kg) 1037

JO 34819421 5 BR



ASSOCIAÇÃO COM. SEABRENSE DE COMUNICAÇÃO
Rua Simpliciano Lima, 876-Tamboril
46.900-000- Seabra-BA

ETIQUETA OU CARIMBO Nº 1



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA SEABRENSE DE COMUNICACAO

CNPJ: 02.448.633/0001-92

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:14:10 do dia 26/11/2015 (hora e data de Brasília).

Válida até 26/12/2015.

Certidão expedida gratuitamente.

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53000.056621/2011 Localidade / UF: SEABRA/BA
Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA SEABRENSE DE COMUNICACAO
Aviso: 0 Publicação: 01/01/2000 Prazo: 0 Canal: 0

Processo

1. A Entidade é uma: Associação

2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
JEAN CARLOS SILVA OLIVEIRA	073.457.705-24	Diretor de Patrimônio	30/03/2014 30/03/2016	
MARLON MARIANO DE SOUZA	011.249.565-65	Secretário	30/03/2014 30/03/2016	
NEILANE DA SILVA RODRIGUES	053.335.383-10	Tesoureiro	30/03/2014 30/03/2016	
JOSÉ PAULO LEITE CHAGAS	011.306.085-81	Vice-Presidente	30/03/2014 30/03/2016	
UENDSON SANTOS LEITE	040.681.415-50	Presidente	30/03/2014 30/03/2016	

3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

A) Da análise, verificou-se que o processo encontra-se instruído com os seguintes documentos:

1. Requerimento de Renovação: fls. 5, evento SEI 0086340;
 2. CNPJ válido e atual: fls. 2, evento SEI 0842343;
 3. Estatuto Social: fls. 3 a 12, evento SEI 0399655.
- Possui registro cartorário em Pessoas Jurídicas.
Atende às exigências do art. 40 da Portaria nº 4334/2015;
4. Ata de eleição da diretoria em exercício: fls. 21 a 23, evento SEI 0399655;
- Possui registro cartorário em Pessoas Jurídicas;
5. Certidão negativa de débitos de receitas da ANATEL: evento SEI 0849871;
 6. RG e CPF dos dirigentes: fls. Fls. 15 a 19 do evento SEI 0399655;
 7. Relatório do Conselho Comunitário + grade de programação: fls. 28 e 29 do evento SEI 0399655;
 8. Declaração de que a emissora apresenta os mesmos parâmetros técnicos em conformidade com a última autorização constante da licença de funcionamento da estação: fl. 10 do evento SEI 0086340.

B) CONCLUSÃO:

Processo instruído, portanto sugiro o deferimento do pedido de renovação de outorga.

Analista: Argélia Diniz Schramm SIAPE: 1786758

ARGELIA DINIZ SCHRAMM

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
DELEGACIA REGIONAL EM SANTA CATARINA - DRMC/SC

Memorando nº 4288/2015/SEI-MC

Florianópolis, 26 de novembro de 2015.

À Coordenação de Análise de Denúncias

Assunto: Informação sobre entidades comunitárias que pleiteiam a Renovação da Outorga.

1. Solicitamos informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em face da entidade **Associação Comunitária Seabrense de Comunicação (ASCOM)**, autorizada para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **SEABRA/BA**, devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,

Carlos Vinícius Lannes Duering
Delegado



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Vinicius Lannes Duering, Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado de Santa Catarina**, em 27/11/2015, às 15:30, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0850328** e o código CRC **A0BBE8CE**.



Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SRD | menu ajuda

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM

UF: BA
Município: Seabra
Canal: 285
Fase: 3

Distrito:
Sub Distrito:
Local Especifico:

Dados da Entidade

Entidade: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SEABRENSE DE COMUNICAÇÃO
Nome Fantasia: RÁDIO COMUNITÁRIA SEABRA FM - A NOSSA
Logradouro: RUA SIMPLICIANO LIMA
Telefone: (00) 0000000000
Situação: Atenção: Entidade devedora (Não bloqueada)

CNPJ: 02.448.633/0001-92
Bairro: TAMBORIL
Número: 876
Fax: Não Informado

Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ: 02448633000192 ◀

Pesquisar

Razão Social: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SEABRENSE DE COMUNICAÇÃO
Tipo de Usuário: Integral

Endereço Sede

País: Brasil
Número do CEP: 46900000
Número: 876
Município: Seabra
Telefone: 00 0000000000

Logradouro: RUA SIMPLICIANO LIMA
Complemento:
Distrito:
Bairro: TAMBORIL
SubDistrito:

Estado: BA
Fax:

Endereço de Correspondência

País: Brasil
Número do CEP: 46900000
Número: 876
Município: Seabra

Logradouro: RUA SIMPLICIANO LIMA
Complemento:
Distrito:
Bairro: TAMBORIL
SubDistrito:

Estado: BA

Telefone: **Fax:** **E-mail:**

Dados da Outorga

Data Publicação Contrato/Convênio: 26/10/2001

Data Limite Instalação: 04/02/2020**Número do Processo:** 536400012541998 ◀**Fistel:** 50011367415**Caixa:** **Sequência:**

Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza					
<input type="text"/>	98	◀	<div>Portaria</div>	◀	<div>MC</div>	◀	<div>22/03/2000</div>	◀	<div>29/03/2000</div>	Autoriza Executar Serviço	◀	<div>Jur.</div>	◀
<input type="text"/>	19209	◀	<div>ATO</div>	◀	<div>SCM</div>	◀	<div>27/09/2001</div>	◀	<div>01/10/2001</div>	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	◀	<div>Téc.</div>	◀
<input type="text"/>	420	◀	<div>Decreto Legislativo</div>	◀	<div>CN</div>	◀	<div>25/10/2001</div>	◀	<div>26/10/2001</div>	Deliber. do C. Nacional	◀	<div>Jur.</div>	◀
<input type="text"/>	34305	◀	<div>ATO</div>	◀	<div>SCM</div>	◀	<div>07/03/2003</div>	◀	<div>12/03/2003</div>	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	◀	<div>Téc.</div>	◀

Característica da Estação Instalada

Dados do Licenciamento

Dados da Estação

Entidade: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SEABRENSE DE COMUNICAÇÃO -
CNPJ/CPF(02.448.633/0001-92)

Situação: [Atenção: Entidade devedora \(Não bloqueada\)](#)

Município/UF: SEABRA/BA

Canal: 285

Indicativo: ZYC383

Dia Início

Dia Fim

Hora Início

Hora Fim

X

Domingo ▼

Sábado ▼

06:00 ▼

24:00 ▼

X



Tela Inicial



Imprimir

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas

Coordenação de Análise de Denúncias

DESPACHOProcesso nº: **53000.056621/2011-75**Interessado(a): **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SEABRENSE DE COMUNICAÇÃO (ASCOM)**

Em atenção ao Memorando nº 4288/2015/SEI-MC, informamos que foram encontrados registros de processos atribuídos à Interessada no banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e/ou no Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, cujo resultado segue abaixo:

Descrição	Nº Processo	Situação Atual
Registro de PAI ativo	<u>53000.004875/2014</u>	<ul style="list-style-type: none">• Em trâmite;• Processo aguardando análise da defesa;• Irregularidade apurada: Estabelecimento ou manutenção de vínculo que subordinem a entidade ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, político-partidárias ou comerciais.

* SRD - Sistema de Controle de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira**, **Coordenador-geral de Acompanhamento de Outorgas**, em 07/12/2015, às 14:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0859931** e o código CRC **540BCFA8**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

NOTA TÉCNICA Nº 181/2016/SEI-MC

Processo nº: **53000.056621/2011-75**

Assunto: **Renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da **Associação Comunitária Seabrense de Comunicação (ASCOM)**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **SEABRA/BA**, por meio da Portaria nº **98**, publicada no DOU de 29/03/2000, e Decreto Legislativo nº **420**, publicado no DOU de 26/10/2001.

ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária se expirou em 26/10/2011. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, apresentou seu pedido de renovação de outorga em 23/01/2012, às fls. nº 05, do evento SEI (0086340), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, Parágrafo Único da Lei nº 9.612/1998. O pleito da entidade é tempestivo, tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estendeu a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013.

REQUERENTE
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SEABRENSE DE COMUNICAÇÃO (ASCOM)

QUADRO DIRETIVO

Presidente: Uendson Santos Leite

Vice-Presidente: José Paulo Leite Chagas

Secretário: Marlon Mariano de Souza

Tesoureira: Neilane da Silva Rodrigues

Diretor de Patrimônio: Jean Carlos Silva Oliveira

3. A análise da documentação apresentada, com base no que dispõem a Lei nº 9.612/1998 e a Portaria nº 4334/2015/MC, indicou a completa instrução do pedido, conforme *check-list* abaixo:

ITEM		ANÁLISE
1.	Estatuto social devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998.	Ok, fls. 03 a 12 do evento SEI (0399655)

2.	Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.	Ok, fls. 21 a 23 do evento SEI (0399655)
3.	Comprovantes relativos à maioria e nacionalidade e CPF dos dirigentes.	Ok, fls. 15 a 19o evento SEI (0399655)
4.	Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	Ok, fls. 10 do evento SEI (0086340)
5.	Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel.	Ok, evento SEI (0849871)
6.	Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ, válido e atual.	Ok, fls. 02 do evento SEI (0842343)

7.	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011, versando sobre a programação veiculada pela emissora.	Ok, fls. 28 e 29 do evento SEI (0399655)
----	--	--

4. Existe apontamento quanto a processos de apuração de infração atribuídos para a entidade, conforme informação da Coordenação de Análise de Denúncias, evento SEI (0859931) processo anexado 53000.004875/2014.

CONC US

5. Diante do exposto, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária posiciona-se pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugerimos, ainda, que o processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica nos termos do Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, evento SEI (0910835).

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Argelia Diniz Schramm**, **Analista Tec Administrativo**, em 29/01/2016, às 14:48, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Vinicius Lannes Duering**, **Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado de Santa Catarina**, em 29/01/2016, às 14:59, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 22/02/2016, às 10:24, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Nedio Antônio Valduga**, **Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 24/02/2016, às 12:27, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Pinto Martins, Secretário Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 03/03/2016, às 11:21, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0910842** e o código CRC **06C3C864**.

Minutas e Anexos

MINUTA

EM Nº XX/20xx/SEI-MC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.056621/2011-75**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de **26/10/2011**, a autorização outorgada à **Associação Comunitária Seabrense de Comunicação (ASCOM)**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de **SEABRA/BA**.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

ANDRÉ FIGUEIREDO

Ministro de Estado das Comunicações

MINUTA

PORTARIA Nº XXXX/20XX/SEI-MC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.056621/2011-75 e nº 53640.001254/98, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 26/10/2011, a autorização outorgada à Associação Comunitária Seabrense de Comunicação (ASCOM), para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de SEABRA/BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ  UEIREDO



ADVOGACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC

PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.
6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.
7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.
8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.
9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.
10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.
12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.
13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30

de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela [Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011](#), serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os documentos em questão aos autos.

19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.
20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.
21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.
22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).
23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).
25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.
26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.
27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.
28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.
30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.
32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.
33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

ANEXO

PARECER REFERENCIAL Nº 475/2015

RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS		SIM	NÃO	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.				
1.1.		O requerimento é tempestivo?			

2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.			
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.			
9	Relatório de apuração de infrações.			
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?			
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.			

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.



Documento assinado eletronicamente por **Alan Emanuel Cavalcante Trajano, Consultor**



Jurídico, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Borges de Carvalho, Assessor do Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 18:18, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 4809944487027627816



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562589** e o código CRC **133A832C**.

Criado por [lucas.carvalho](#), versão 3 por [lucas.carvalho](#) em 19/06/2015 08:15:56.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

DESPACHO nº 1655 / 2015

PROCESSO: 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

1. Aprovo o Parecer N° 475/2015 como manifestação jurídica referencial, a ser adotada pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica na análise de processos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária, ficando dispensada a análise jurídica individualizada, conforme autoriza a ON AGU nº 55/2014.
2. Os processos de renovação em trâmite nesta CONJUR devem ser analisados com base nos parâmetros definidos neste Parecer.
3. Encaminhe-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Alan Emanuel Cavalcante Trajano, Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562688** e o código CRC **B52A7303**.

Criado por [lucas.carvalho](#), versão 2 por [lucas.carvalho](#) em 19/06/2015 08:17:37.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processo nº: **53000.056621/2011-75**

Entidade: **Associação Comunitária Seabrense de Comunicação (ASCOM)**

Assunto: **Minutas de Portaria de Autorização e Exposição de Motivos**

À Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica,

Diante da instrução do processo nº 53000.056621/2011-75 (ver documento 0910842), no qual a **Associação Comunitária Seabrense de Comunicação (ASCOM)** solicita renovação de outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Seabra / BA**, encaminho as minutas da Portaria de Renovação e da Exposição de Motivos, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 11/03/2016, às 15:44, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1005179** e o código CRC **A3D70E71**.

Minutas e Anexos

MINUTA

EM Nº XX/20xx/SEI-MC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.056621/2011-75**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de **26 de outubro de 2011**, a autorização outorgada à **Associação Comunitária Seabrense de Comunicação (ASCOM)**, para executar, sem direito

de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de **SEABRA/BA**.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº XXXX/20XX/SEI-MC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.056621/2011-75 e nº 53640.001254/98, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de outubro de 2011, a autorização outorgada à Associação Comunitária Seabrense de Comunicação (ASCOM), para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de SEABRA/BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 1003/2016/SEI-MC

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.056621/2011-75 e nº 53640.001254/98, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de outubro de 2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SEABRENSE DE COMUNICAÇÃO (ASCOM), para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de SEABRA/BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRE FIGUEIREDO

Ministro de Estado da Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA, Ministro de Estado das Comunicações**, em 09/05/2016, às 09:32, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1019090** e o código CRC **687E94CF**.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1.Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.056621/2011-75, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de outubro de 2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SEABRENSE DE COMUNICAÇÃO (ASCOM), para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de SEABRA/BA.

2.Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

ANDRE FIGUEIREDO
Ministro de Estado da Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA, Ministro de Estado das Comunicações**, em 09/05/2016, às 09:32, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1019095** e o código CRC **D99CEFC9**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 16698/2016/SEI-MC

Ao(À) Senhor(a)

REPRESENTANTE LEGAL

Associação Comunitária Seabrense de Comunicação (ASCOM)
Rua Simpliciano Lima n.º 876 - Tamboril
46.900-000/ Seabra- BA
CNPJ nº 02.448.633/0001-92

Assunto: **Pagamento de taxa de publicação.**

Referência: **Processo nº 53000.056621/2011-75.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Informa-se o DEFERIMENTO do pedido de renovação de outorga apresentado por essa entidade, contido no processo em referência, nos termos da Portaria nº 1003, de 09 de maio de 2016.
2. Diante do exposto, encaminho em anexo, o Documento de Arrecadação Fiscal (DARF) para recolhimento do valor relativo à taxa de publicação da Portaria de Renovação no Diário Oficial da União, em atendimento ao art. 37 do Decreto nº 2.615/1998.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 12/05/2016, às 16:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1130000** e o código CRC **044A444B**.



001-9

00198.41808 50000.000005 03931.887214 6 68120000018222

Cedente PR - Imprensa Nacional			Código do Cedente 1607-1 / 55573000-X		Espécie R\$	Quantidade 0001	Nosso número 00000000003931887
Número do documento 4		CPF/CNPJ 04.196.645/0001-00		Vencimento 01/06/2016		Valor documento 182,22	
(-) Desconto / Abatimento	(-) Outras deduções	(+) Mora / Multa		(+) Outros acréscimos		(=) Valor cobrado	

Sacado

192285 - Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, CNPJ: 00.394.437/0004-08

null, CEP: null

ISRAEL ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA - Chefe de Serviço

Instruções

Autenticação mecânica

A publicação da(s) matéria(s) está condicionada à compensação bancária deste documento, com previsão de publicação de, no mínimo, dois dias úteis após o pagamento.

Após vencimento, este boleto perde a validade.

Referente a publicação do ofício 3931887 enviado em 12/05/2016

Corte na linha pontilhada



001-9

00198.41808 50000.000005 03931.887214 6 68120000018222

Local de pagamento Pagável em qualquer Banco até o vencimento						Vencimento 01/06/2016
Cedente PR - Imprensa Nacional						Agência/Código cedente 1607-1 / 55573000-X
Data do documento 12/05/2016	Nº documento 4	Espécie doc. ND		Aceite N	Data process. 12/05/2016	Nosso número 00000000003931887
Uso do banco / Convênio 33804/841805	Carteira 18 / 124	Espécie R\$	Quantidade 0001		Valor Documento 182,22	(=) Valor documento 182,22

Instruções

Após vencimento, este boleto perde a validade.

.

Referente a publicação do ofício 3931887 enviado em 12/05/2016

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras deduções

(+) Mora / Multa

(+) Outros acréscimos

(=) Valor cobrado

Sacado

192285 - Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, CNPJ: 00.394.437/0004-08

null, CEP: null

ISRAEL ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA - Chefe de Serviço

Cód. baixa

Sacador/Avalista

Autenticação mecânica - Ficha de Compensação



Corte na linha pontilhada

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SCE/CGRC

Of. nº16698/2016/SEI-MC, 12/05/2016

53000.056621/2011-75

ASSC. Comunt. Seabrense de Comunic. (ASCOM)

Rua Simpliciano Lima nº 876- Tamboril

46.900-000

Seabra - BA

PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

Neilane Silva

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

20/05/16

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

53000.056621

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO





**AVISO DE
RECEBIMENTO**
AVISO Nº7

AR

JO 39170564 6 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

<div></div> <div></div> <div></div> <div></div>	<div></div> <div></div> <div></div> <div></div>	<div></div> <div></div> <div></div> <div></div>			
:	h	:	h	:	h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal

Ministério das Comunicações

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Espanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-O

70001-900 - Brasília - DF

CIDADE / LOCALITÉ

UF

**BRASIL
BRÉSIL**

**ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR**



Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 412, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.061497/2013-21 e nº 53830.002065/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 17/11/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO CULTURAL E SOCIAL DE TUPI PAULISTA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Tupi Paulista / SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 520, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53900.007754/2014-17 e nº 53710.001350/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 19 de agosto de 2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIOFUSÃO SINTONIA CARMO DE MINAS FM, Zelia Coli Junqueira, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Carmo de Minas / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 542, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.058111/2011-32 e nº 53710.000206/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 30 de agosto de 2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIOFUSÃO DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Santa Rita do Sapucaí / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 727, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.058103/2011-96 e nº 53790.001073/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 06/09/2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA E CULTURAL CONSTANTINA - RADIO FM., para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Constantina/RS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 755, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.068877/2013-97 e nº 53720.000399/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 09/10/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO-RADIO PRINCESA DO ATLÂNTICO FM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Maracanã/PA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 768, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53900.000576/2014-11 e nº 53710.000305/2000, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de agosto de 2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE ENGENHEIRO CALDAS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Engenheiro Caldas / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 770, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.056624/2011-17 e nº 53670.000474/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 06/04/2010, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO VALE DO ARAGUAIA DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO/CULTURAL, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de São Miguel do Araguaia/GO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 775, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53630.000404/1998 e nº 53900.017747/2014-23, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 12 de novembro de 2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL EDUCACIONAL E AMBIENTAL DE COARI, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Coari/AM.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 783, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53630.000295/1998 e nº 53000.070013/2013-35, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 31 de julho de 2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO KARABABÁ DE CULTURA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Caruaru/AM.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 857, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.041034/2013-43 e nº 53820.000525/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 07/08/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL, COMUNITÁRIA E RÁDIOFUSÃO DE TIJUCAS-SC, Bairros Joaia, XV de Novembro, Centro, Areias e Praça, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Tijucas/SC.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 899, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53710.000339/2001 e nº 53900.041862/2015-08, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de dezembro de 2015, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA ROSÁRIO FM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Moema/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 912, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.027758/2012-01 e nº 53670.000117/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 06 de setembro de 2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E CULTURAL DE TROMBAS - ACCTRM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Trombas / GO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.003, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.056621/2011-75 e nº 53640.001254/98, resolve:

rt. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de outubro de 2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SEABRENSE DE COMUNICAÇÃO (ASCÔM), para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de SEABRA/BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRE FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.008, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.058080/2011-10 e nº 53760.000383/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 16 de outubro de 2010, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA COMUNICAÇÃO E CULTURA DE MONSENHOR GIL, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Monsenhor Gil/PI.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRE FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.009, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.057441/2011-19 e nº 53640.001319/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de fevereiro de 2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA RITA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Santa Rita de Cássia/BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRE FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.014, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.059290/2011-25 e nº 53740.001156/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de fevereiro de 2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE CARAMBEI, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Carambei/PR.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRE FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.019, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.015825/2013-18, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 24 de dezembro de 2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ARTÍSTICA E CULTURAL CATANDUVENSE, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Catanduvas/PR.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRE FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.020, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.070169/2013-16, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 27 de novembro de 2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INDEPENDENTE PRO-MELHORAMENTO DE NOVA FÁTIMA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Hidrolândia/GO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRE FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.034, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53900.053112/2015-71, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de agosto de 2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE PEDRO LEOPOLDO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Pedro Leopoldo/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRE FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.036, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53900.017291/2015-82, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 28 de junho de 2015, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURA E CIDADANIA DE JARDIM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Jardim/CE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRE FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.134, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.054478/2012-68 e nº 53780.000151/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 20 de dezembro de 2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA SANTA RITA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Santa Cruz / RN.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.137, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.024188/2012-90 e nº 53710.001195/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 27 de março de 2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RODEIRO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Rodeiro / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.360, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.058100/2011-52 e nº 53740.001326/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 13/09/2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO O BOM SAMARITANO "ABS", para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Rio Branco do Sul / PR.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.401, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.070507/2013-10 e nº 53830.001825/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 07/08/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL ESPORTIVA E TURÍSTICA DE IGARATÁ, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de IGARATÁ/SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.466, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.059608/2012-59 e nº 53610.000219/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 18 de novembro de 2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO A VOZ DO POVO A VOZ DE DEUS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Arapiraca/AL.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.484, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.057230/2011-78 e nº 53690.001343/1998, resolve:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processo nº: **53000.056621/2011-75**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SEABRENSE DE COMUNICAÇÃO (A S C O M)**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos**

À Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica,

Tendo em vista a mudança de pasta ministerial, objeto da MEDIDA PROVISÓRIA Nº 726, de 12 de maio de 2016, publicada na Edição Extra da Seção 1 do Diário Oficial da União de mesma data, encaminho a minuta da Exposição de Motivos atualizada, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 20/06/2016, às 14:18, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1195293** e o código CRC **91076C77**.

Minutas e Anexos

Excelentíssimo Senhor Presidente Interino da República,

1.Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.056621/2011-75, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de outubro de 2011, a autorização outorgada à **Associação Comunitária Seabrense de Comunicação (A S C O M)**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de SEABRA/BA.

2.Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

DESPACHO

Processo nº: 53000.056621/2011-75

Considerando que os órgãos técnico e jurídico desta Pasta já se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, conforme os termos da Nota Técnica n.º 181/2016/SEI-MC e do Parecer n.º 475/2015/SEI-MC, respectivamente, e a mudança do Titular desta Pasta, restitua-se o presente processo à Consultoria Jurídica, com a minuta de Exposição de Motivos disposta no campo próprio abaixo, para reexame e providências, com vistas à submissão dos autos ao atual Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Vanda Jugurtha Bonna Nogueira
Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 22/07/2016, às 14:11, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1244249** e o código CRC **223C9100**.

Minutas e Anexos

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Interino,

1.Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.056621/2011-75, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de outubro de 2011, a autorização outorgada à Associação Comunitária Seabrense de Comunicação (A S C O M), para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de SEABRA/BA.

2.Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.056621/2011-75**

Entidade: **Associação Comunitária Seabrense de Comunicação**

Assunto: **Encaminhamento de Processo**

Ao Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização,

Considerando que órgãos técnico e jurídico desta Coordenação já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, encaminho o processo acima referido, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 14/03/2017, às 14:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1725392** e o código CRC **32CA3B1D**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.056621/2011-75

SEI nº 1725392

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.056621/2011-75**

Entidade: **Associação Comunitária Seabrense de Comunicação**

Assunto: **Encaminhamento de Processo**

À Secretaria de Radiodifusão,

Considerando que órgãos técnico e jurídico já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, encaminho o processo acima referido, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira, Diretor de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização, Substituto**, em 15/03/2017, às 09:25, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1725396** e o código CRC **BB33CFDC**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.056621/2011-75

SEI nº 1725396

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.056621/2011-75**

Entidade: **Associação Comunitária Seabrense de Comunicação (ASCOM)**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos**

À Chefia de Gabinete do Ministro,

Considerando que órgãos técnico e jurídico desta Pasta já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, conforme os termos da Nota Técnica nº 181/2016/SEI-MC (0910842) e do Parecer Conjur nº 475/2015/SEI-MC (0910835), encaminho a Exposição de Motivos anexa, com vista à submissão dos autos ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Radiodifusão**, em 16/03/2017, às 21:13, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1725595** e o código CRC **13E09CE3**.

Minutas e Anexos

MINUTA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1.Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.056621/2011-75, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de outubro de 2011, a autorização

outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SEABRENSE DE COMUNICAÇÃO (ASCOM), para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de SEABRA/BA.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO ASSA

Requerência nº 53000.056621/2011-75

SEI nº 1725595

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1.Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.056621/2011-75, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de outubro de 2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SEABRENSE DE COMUNICAÇÃO (ASCOM), para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de SEABRA/BA.

2.Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 14/05/2017, às 13:07, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1761712** e o código CRC **C6916F0F**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

UNIDADE(S) DESTINATÁRIA(S):

CGGM_RÁDIO

DEMANDA:

Encaminhar a Presidência da República

OBSERVAÇÃO:

Tendo em vista a assinatura da Exposição de Motivos, encaminhe-se o processo, em cópia autenticada, a Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para inserção no SIDOF e posterior envio à Presidência da República.

Brasília, 15 de maio de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 16/05/2017, às 17:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1883819** e o código CRC **B3634A1A**.

Brasília, 27 de julho de 2017.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.056621/2011-75, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de outubro de 2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SEABRENSE DE COMUNICAÇÃO (ASCOM), para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de SEABRA/BA.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

Esplanada dos Ministérios, Bloco E
CEP: 70067-900 Brasília-DF
Tel.: (61) 2033-7444

Ofício nº 33922/2017/SEI-MCTIC

Ao Senhor
MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: **Concessão de outorga**

Senhor Subchefe,



Em atendimento à orientação dessa Subchefia e ao disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe os seguintes processos impressos a partir de arquivo digital com valor de original, que tratam de concessão de outorga.

Nº EM	Nº PROCESSO	ENTIDADE INTERESSADA
501/2017	53000.053915/2012-26	Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural Cristinense
502/2017	53000.056208/2011-19	Associação Beneficente Cultural Comunitária de Carmo do Paranaíba
503/2017	53900.016191/2015-39	Associação Beneficente e Cultural Padre Bernardo
504/2017	53000.057441/2011-19	Associação Comunitária Santa Rita
505/2017	53000.031942/2012-48	Associação Beneficente Social de Santo Estevão
506/2017	53000.056621/2011-75	Associação Comunitária Seabrense de Comunicação (ASCOM)
507/2017	53000.028473/2013-61	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Nova Esperança
508/2017	53000.070013/2013-35	Associação Karababá de Cultura
509/2017	53900.017866/2014-86	Conselho Comunitário de Radiofusão de Poço Fundo
510/2017	53000.043110/2011-93	Associação Comunitária Cajuruense - ASCOA
511/2017	53900.007299/2015-31	Associação Comunitária de Ilhéus Bahia
514/2017	53000.057442/2011-55	Associação Comunitária Artística e Ecológica

515/2017	53900.028163/2015-64	Associação Comunitária São Francisco
516/2017	53900.017335/2015-74	Associação Comunitária de Jamacaru - ACJ
517/2017	53900.017291/2015-82	Associação Comunitária Cultura e Cidadania de Jardim
518/2017	53900.012702/2014-62	Associação Comunitária Popular de Jaguaruana
519/2017	53900.003595/2014-81	Sociedade de Assistência ao Idoso e Comunidades de Porteiras - SAICP
520/2017	53000.031939/2012-24	Associação Comunitária Ana Roberto
521/2017	53000.020719/2012-75	Associação Comunitária De Comunicação E Cultura do Gama
522/2017	53000.045952/2013-41	Associação Social e Beneficente
523/2017	53900.039538/2015-11	Associação Comunitária de Desenvolvimento Social de Barroso
524/2017	53900.039719/2015-48	Associação Comunitária de Radiodifusão da Rede Jovem de Cultura E Educação Social
525/2017	53000.075808/2013-30	Associação Comunitária Educativa E Cultural Rádio Sucesso FM de Mário Campos
526/2017	53000.059200/2013-68	Associação Comunitária e Ecológica de Ouro Preto
528/2017	53900.009247/2014-18	Associação Cultural Comunitária Kobu FM
530/2017	53000.049664/2012-85	Fundação Cultural E Educativa Carlos Roberto da Silva Pimenta
532/2017	53000.041817/2011-65	Associação Comunitária Dom Oscar Romero
533/2017	53000.056642/2011-91	Associação Comunitária de Vianópolis
535/2017	53000.051423/2012-04	Associação Comunitária Jabuticabal de Hidrolândia
536/2017	53900.006082/2014-22	Fundação de Assistência Social Betuel
537/2017	53000.040721/2013-41	Associação de Desenvolvimento Comunitário do Bairro São Vicente de Paula
538/2017	53000.059285/2011-12	Associação Comunitária Firminense de Radiodifusão
539/2017	53900.008053/2014-03	Associação Comunitária Amigos de Unaf - ACAU
540/2017	53000.055771/2011-61	Associação Sete-Lagoana de Entidades Assistenciais e Rádio Comunitária
541/2017	53000.048613/2013-17	Associação Cachoeirense de Integração e Comunicação
542/2017	53000.010093/2013-70	Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária
543/2017	53000.058734/2012-96	Associação de Moradores do Bairro Rosário

544/2017	53900.041862/2015-08	Associação Rádio Comunitária Rosário FM
545/2017	53900.053112/2015-71	Associação Comunitária de Radiodifusão
546/2017	53900.008337/2014-91	Ação Social Comunitária de Capim Branco - ASCOCAB
547/2017	53000.070514/2013-11	Associação Novabarrense de Comunicação e Rádio Difusão
548/2017	53000.069974/2013-05	Associação Comunitária Manguense de Cultura e Arte
549/2017	53000.011716/2013-21	Associação Cultural, Artística e Produção de Radiodifusão do Bairro Cidade Nova
550/2017	53900.001546/2014-12	Associação Comunitária dos Radiodifusores E Movimento Popular de Rádio Comunitária de Pedro Leopoldo
551/2017	53900.007754/2014-17	Associação Comunitária de Radiodifusão Sintonia Carmo de Minas FM
552/2017	53900.000545/2014-42	Associação Comunitária Beneficente dos Moradores do Município de Abaeté
553/2017	53000.057904/2011-34	Associação Comunitária e Cultural Ipanemense
554/2017	53000.058111/2011-32	Associação Comunitária de Radiodifusão de Santa Rita do Sapucaí
555/2017	53000.056209/2011-55	Associação Cultural Comunitária de Lagoa Formosa
556/2017	53000.047332/2013-47	Associação Comunitária Beneficente, Artística e Cultural

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana**, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro e Delegação de Competência Portaria Nº 1.317/2017, em 01/08/2017, às 15:33, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **2092273** e o código CRC **1FA68061**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 33922/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.000256/2016-11 - Nº SEI: 2092273

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RÁDIO-DIFUSÃO

DESPACHO

Processo nº: 53000.056621/2011-75
Referência: Ofício nº 33922/2017/SEI-MCTIC.
Assunto: Restituição de processo.
Destinatário: CGRC

Tendo em vista a expedição do Ofício nº 33922/2017/SEI-MCTIC à Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, restitua-se o presente processo.



Documento assinado eletronicamente por **Gloria Lorena Machado**, **Assistente Técnico do Gabinete da Secretaria de Radiodifusão**, em 11/08/2017, às 14:37, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2124968** e o código CRC **7087EA8E**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.056621/2011-75

SEI nº 2124968

Pedro Paulo Verano de Souza

De: Luciana Silveira Teixeira
Enviado em: sexta-feira, 4 de janeiro de 2019 18:43
Para: Andre Jose de Oliveira; Carlos Henrique Teixeira Botelho; Glauce Pereira da Silva
Cc: Luciana Cortez Roriz Pontes; Luciana Silveira Teixeira; Daniela de Oliveira Rodrigues; Daniela de Souto Inocencio; Jose Cruz Filho; Daniel Christianini Nery; Daniel Goncalves Viana; Miquierlam Chaves Cavalcante; Eugenio Cesar Almeida Felippetto; Ana Carolina Tannuri Laferte Marinho
Assunto: Devolução 2 - EMs radiodifusão

Prezado André,

De ordem da Subchefe Adjunta de Infraestrutura, considerando a posse do Presidente da República e do novo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, solicito a devolução das Exposições de Motivos relacionadas abaixo à Pasta competente (MCTIC), no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal - SIDOF, para que seja realizada a reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro, bem como adequação às novas diretrizes governamentais.

53000.012166/2010-15 – EM nº 81/2017-MCTIC
53000.040830/2013-69 – EM nº 00330/2017-MCTIC
53000.055760/2011-81 – EM nº 00333/2017-MCTIC
53000.074982/2013-65 – EM nº 00261/2017-MCTIC
53000.032006/2011-73 – EM nº 00321/2017-MCTIC
53000.047616/2011-71 - EM nº 00281/2017 MCTIC
53000.007973/2012-88 – EM nº 00232/2016-MCTIC
53000.026910/2010-69 – EM 00230/2016 - MCTIC
53900.006400/2014-55 – EM 00289/2017 - MCTIC
53000.044719/2011-80 - EM 00307/2017 - MCTIC
53000.057576/2013-38 - EM 00307/2017 - MCTIC
53000.050136/2011-98 - EM 00187/2017 - MCTIC
53000.049242/2012-18 - EM 00323/2017 - MCTIC
53000.064008/2012-11 - EM 00328/2017 - MCTIC
53000.005325/2012-97 - EM 01061/2017 - MCTIC
53900.001093/2016-88 - EM 00042/2018 - MCTIC
53000.020768/2004-06 - EM 00271/2016 - MCTIC
53000.027954/2010-14 - EM 00237/2016 - MCTIC
53000.060071/2011-99 - EM 01080/2017 - MCTIC
53000.059254/2013-23 - EM 00156/2017 - MCTIC
53830.000784/2000-78 - EM 00154/2017 - MCTIC
53000.074700/2013-20 Exposição de Motivos 161 2017 MCTIC (0214387)
53000.051583/2012-45 Exposição de Motivos 282 2017 MCTIC (0247186)
53000.027859/2012-74 Exposição de Motivos 1035 2017 MCTIC (0359944)
53790.000368/2000-93 Exposição de Motivos 441 2018 MCTIC (0794170)
53000.031941/2012-01 Exposição de Motivos 94 2017 MCTIC (0179902)
53000.059476/2011-84 Exposição de Motivos 179 2017 MCTIC (0219948)
53900.063451/2015-65 Exposição de Motivos 1094 2017 MCTIC (0383657)
53000.000369/2006-82 Exposição de Motivos EXM MCTIC 193 2016 (0058228)
53000.064006/2007-56 Exposição de Motivos 150 2017 MCTIC (0213972)
53000.058471/2011-34 - EM nº 417/2017 MCTIC

53900.010501/2014-21 - EM nº 378/2018 MCTIC

53000.057831/2011-81 - Exposição de Motivos 1052 2017 MCTIC (0382094)

53000.009001/2012-28 – Exposição de Motivos 1067 2017 MCTIC (0382266)

53000.067611/2011-65 - Exposição de Motivos 971 2017 MCTIC (0357555)

53900.021361/2014-16 - Exposição de Motivos 650 2017 MCTIC (0308588)

01250.072621/2017-62 - Exposição de Motivos 425 2018 MCTIC (0808682)

53000.047461/2011-73 - Exposição de Motivos 594 2017 MCTIC (0302018)

53000.058151/2011-84 - Exposição de Motivos 597 2017 MCTIC (0302009)

53900.029941/2015-32 - Exposição de Motivos 665 2017 MCTIC (0309687)

53000.070171/2013-95 - Exposição de Motivos 696 2017 MCTIC (0311929)

53900.003001/2014-32 - Exposição de Motivos 727 2017 MCTIC (0320630)

53900.047381/2015-06 - Exposição de Motivos 718 2017 MCTIC (0319399)

53900.018561/2014-91 - Exposição de Motivos 385 2018 MCTIC (0785184)

53000.010271/2012-81 - Exposição de Motivos 420 2018 MCTIC (0796194)

53900.025631/2014-68 - Exposição de Motivos 422 2018 MCTIC (0808446)

53900.026731/2014-10 - Exposição de Motivos 348 2018 MCTIC (0733503)

53900.031471/2014-96 - Exposição de Motivos 290 2018 MCTIC (0701495)

53000.007901/2014-01 - Exposição de Motivos 313 2018 MCTIC (0702758)

53900.048911/2015-25 - Exposição de Motivos 328 2018 MCTIC (0732602)

53900.016981/2014-33 - Exposição de Motivos 277 2018 MCTIC (0703036)

53900.047341/2015-56 - Exposição de Motivos 311 2018 MCTIC (0703008)

53900.050321/2015-62 - Exposição de Motivos 291 2018 MCTIC (0702244)

53000.066111/2013-78 - Exposição de Motivos 253 2018 MCTIC (0676949)

53000.007961/2012-53 - Exposição de Motivos 165 2018 MCTIC (0587696)

53900.018141/2014-13 - Exposição de Motivos 167 2018 MCTIC (0586159)

53000.054981/2012-13 - Exposição de Motivos 163 2018 MCTIC (0583602)

53000.006951/2013-81 - Exposição de Motivos 70 2018 MCTIC (0521365)

53900.017301/2015-80 - Exposição de Motivos 153 2018 MCTIC (0583770)

53900.050611/2015-14 - Exposição de Motivos 122 2018 MCTIC (0554598)

53900.007781/2015-71 - Exposição de Motivos 136 2018 MCTIC (0569460)

53000.056641/2011-46 - Exposição de Motivos 86 2018 MCTIC (0527776)

53000.056241/2011-31 - Exposição de Motivos 103 2018 MCTIC (0527496)

53900.049331/2015-55 - Exposição de Motivos 90 2018 MCTIC (0523348)

53000.069421/2013-44 - Exposição de Motivos 68 2018 MCTIC (0521538)

53000.056221/2011-60 - Exposição de Motivos 275 2017 MCTIC (0261599)

53000.059721/2011-53 - Exposição de Motivos MCTIC 255 2016 (0122403)

53650.000551/2001-74 - Exposição de Motivos 165 - MCTIC - 2016 (0061447)

53000.051661/2012-10 - Exposição de Motivos 429 2017 MCTIC (0262554)

53000.059431/2011-18 - Exposição de Motivos 1053 2017 MCTIC (0382119)

53900.017561/2015-55 - Exposição de Motivos 961 2017 MCTIC (0373870)

53000.057231/2011-12 - Exposição de Motivos 923 2017 MCTIC (0372276)

53000.007691/2012-81 - Exposição de Motivos 1039 2017 MCTIC (0360413)

53000.055761/2011-26 - Exposição de Motivos 895 2017 MCTIC (0332569)

53900.005861/2014-19 - Exposição de Motivos 906 2017 MCTIC (0332040)

53900.046841/2015-71 - Exposição de Motivos 854 2017 MCTIC (0330995)

53000.007031/2013-81 - Exposição de Motivos 823 2017 MCTIC (0328646)

53900.034331/2015-51 - Exposição de Motivos 787 2017 MCTIC (0327209)

53500.002411/2000-73 - Exposição de Motivos 284 2016 MCTIC (0141979)

53000.068251/2013-81 - Exposição de Motivos 715 2017 MCTIC (0323332)

53000.057301/2012-13 - Exposição de Motivos 610 2017 MCTIC (0323438)

53000.050951/2012-38 - Exposição de Motivos 587 2017 MCTIC (0322786)

53900.003161/2014-81 - Exposição de Motivos 745 2017 MCTIC (0322442)
53000.051671/2011-66 - Exposição de Motivos 207 2017 MCTIC (0228528)
53000.038631/2013-91 - Exposição de Motivos 199 2017 MCTIC (0228389)
53900.017191/2015-56 - Exposição de Motivos 115 2017 MCTIC (0231021)
53000.061151/2013-23 - Exposição de Motivos 113 2017 MCTIC (0230960)
53000.033271/2013-31 - Exposição de Motivos 386 2017 MCTIC (0278204)
53000.056621/2011-75 - Exposição de Motivos 506 2017 MCTIC (0278737)
53000.057441/2011-19 - Exposição de Motivos 504 2017 MCTIC (0278772)
53000.058111/2011-32 - Exposição de Motivos 554 2017 MCTIC (0279751)
53000.058131/2011-11 - Exposição de Motivos 352 2017 MCTIC (0280527)
53900.021931/2015-59 - Exposição de Motivos 409 2017 MCTIC (0268108)
53000.056441/2013-55 - Exposição de Motivos 313 2017 MCTIC (0266582)
53000.040721/2013-41 - Exposição de Motivos 537 2017 MCTIC (0272680)
53900.017291/2015-82 - Exposição de Motivos 517 2017 MCTIC (0272745)
53900.016191/2015-39 - Exposição de Motivos 503 2017 MCTIC (0274259)
53000.023661/2010-50 - Exposição de Motivos 479 2017 MCTIC (0276002)
53000.041601/2013-61 - Exposição de Motivos 496 2017 MCTIC (0276184)
53000.015611/2013-41 - Exposição de Motivos 470 2017 MCTIC (0276540)
53000.055771/2011-61 - Exposição de Motivos 540 2017 MCTIC (0277291)
53900.017321/2015-51 - Exposição de Motivos 387 2017 MCTIC (0278024)
53000.029031/2013-31 - Exposição de Motivos 565 2017 MCTIC (0288150)
53000.044171/2012-59 - Exposição de Motivos 384 2017 MCTIC (0282163)
53000.056211/2011-24 - Exposição de Motivos 618 2017 MCTIC (0303087)
53000.040711/2013-14 - Exposição de Motivos 583 2017 MCTIC (0301742)
53900.049701/2015-54 - Exposição de Motivos 656 2017 MCTIC (0308870)
53900.041581/2015-47 - Exposição de Motivos 655 2017 MCTIC (0308861)
53900.041521/2015-24 - Exposição de Motivos 677 2017 MCTIC (0311053)
53000.050661/2013-75 - Exposição de Motivos 217 2018 MCTIC (0677133)
53900.018431/2015-30 - Exposição de Motivos 251 2018 MCTIC (0672650)
53000.006761/2012-83 - Exposição de Motivos 1038 2017 MCTIC (0360154)
53900.034771/2015-16 - Exposição de Motivos 949 2017 MCTIC (0357237)
53000.098411/2006-97 - Exposição de Motivos 968 2017 MCTIC (0357699)
53000.048971/2012-49 - Exposição de Motivos 954 2017 MCTIC (0357860)
53900.015291/2015-48 - Exposição de Motivos 849 2017 MCTIC (0346610)
53000.052601/2012-14 - Exposição de Motivos 762 2017 MCTIC (0343918)
53000.040771/2013-29 - Exposição de Motivos 756 2017 MCTIC (0343776)
53900.018901/2014-84 - Exposição de Motivos 913 2017 MCTIC (0332467)
01250.021028/2018-39 - Exposição de Motivos 508 2018 MCTIC (0922759)
53900.014648/2014-90 - Exposição de Motivos 519 2018 MCTIC (0920809)
53000.042808/2012-72 - Exposição de Motivos 464 2018 MCTIC (0845154)
01250.034988/2018-69 - Exposição de Motivos 533 2018 MCTIC (0924025)
53000.057858/2013-35 - Exposição de Motivos 480 2018 MCTIC (0845387)
53900.011448/2014-85 - Exposição de Motivos 531 2018 MCTIC (0924141)
53000.020988/2012-31 - Exposição de Motivos 503 2018 MCTIC (0929282)
53900.016488/2015-02 - Exposição de Motivos 506 2018 MCTIC (0929478)
53000.039908/2003-21 - Exposição de Motivos 507 2018 MCTIC (0929514)
53000.071588/2013-75 - Exposição de Motivos 537 2018 MCTIC (0918433)
53900.016778/2016-29 - Exposição de Motivos 29 2018 MCTIC (0943062)
53000.058098/2011-11 - Exposição de Motivos 411 2017 MCTIC (0270006)
53000.061548/2013-15 - Exposição de Motivos 405 2017 MCTIC (0267989)
53000.059608/2012-59 - Exposição de Motivos 255 2017 MCTIC (0245792)

53000.012258/2003-76 - Exposição de Motivos 496 2018 MCTIC (0876649)
53900.038308/2016-16 - Exposição de Motivos 495 2018 MCTIC (0876407)
53000.042278/2013-43 - Exposição de Motivos 627 2017 MCTIC (0302610)
53900.006048/2014-58 - Exposição de Motivos 631 2017 MCTIC (0302587)
53900.049248/2015-86 - Exposição de Motivos 459 2018 MCTIC (0837157)
53900.037808/2016-31 - Exposição de Motivos 454 2018 MCTIC (0836972)
53900.023938/2016-96 - Exposição de Motivos 387 2018 MCTIC (0836653)
53000.057408/2011-81 - Exposição de Motivos 1075 2017 MCTIC (0382252)
53900.017138/2015-55 - Exposição de Motivos 408 2018 MCTIC (0795415)
53900.016138/2015-38 - Exposição de Motivos 397 2018 MCTIC (0785262)
53900.050638/2016-80 - Exposição de Motivos 362 2018 MCTIC (0764802)
53900.010498/2016-15 - Exposição de Motivos 204 2018 MCTIC (0673853)
53000.069398/2013-98 - Exposição de Motivos 325 2018 MCTIC (0734230)
53900.043838/2015-03 - Exposição de Motivos 288 2018 MCTIC (0732741)
53900.046898/2015-70 - Exposição de Motivos 200 2018 MCTIC (0677019)
53900.029908/2015-11 - Exposição de Motivos 225 2018 MCTIC (0676282)
53900.043928/2015-96 - Exposição de Motivos 213 2018 MCTIC (0676623)
53900.008608/2014-17 - Exposição de Motivos 233 2018 MCTIC (0676089)
53000.007048/2013-38 - Exposição de Motivos 270 2018 MCTIC (0673320)
53900.029648/2014-94 Exposição de Motivos 224 2018 MCTIC (0672724)
53900.006988/2015-28 Exposição de Motivos 197 2018 MCTIC (0653074)
53000.056628/2011-97 Exposição de Motivos 186 2018 MCTIC (0652808)
53900.048808/2016-66 Exposição de Motivos 192 2018 MCTIC (0653446)
53710.000978/2000-30 Exposição de Motivos 52 2018 MCTIC (0481082)
53900.047678/2015-63 Exposição de Motivos 174 2018 MCTIC (0587591)
53000.007678/2014-93 Exposição de Motivos 179 2018 MCTIC (0587220)
53900.001298/2016-63 Exposição de Motivos 150 2018 MCTIC (0585225)
53900.062018/2015-11 Exposição de Motivos 134 2018 MCTIC (0567520)
53000.058118/2011-54 Exposição de Motivos 118 2018 MCTIC (0556231)
53000.017948/2012-11 Exposição de Motivos 140 2018 MCTIC (0569600)
53900.025768/2014-12 Exposição de Motivos 121 2018 MCTIC (0554488)
53000.059288/2011-56 Exposição de Motivos 83 2018 MCTIC (0527803)
53900.024778/2014-31 Exposição de Motivos 99 2018 MCTIC (0523321)
53000.049958/2012-15 Exposição de Motivos 95 2018 MCTIC (0523211)
53900.049658/2015-27 Exposição de Motivos 93 2018 MCTIC (0523509)
53000.062558/2013-78 Exposição de Motivos 66 2018 MCTIC (0521690)
53900.000808/2016-85 Exposição de Motivos 24 2018 MCTIC (0484197)
53900.046788/2015-16 Exposição de Motivos 15 2018 MCTIC (0482045)
53000.058078/2011-41 Exposição de Motivos 16 2018 MCTIC (0482075)
53900.041788/2015-11 Exposição de Motivos 14 2018 MCTIC (0481587)
53000.034808/2013-80 Exposição de Motivos 426 2017 MCTIC (0262636)
53900.019318/2016-52 Exposição de Motivos 1079 2017 MCTIC (0382966)
53000.051378/2012-80 Exposição de Motivos 963 2017 MCTIC (0373940)
53000.048668/2012-46 Exposição de Motivos 168 2017 MCTIC (0359104)
53000.008188/2012-42 Exposição de Motivos 990 2017 MCTIC (0358445)
53000.047008/2013-29 Exposição de Motivos 884 2017 MCTIC (0346667)
53000.020688/2013-33 Exposição de Motivos 944 2017 MCTIC (0356934)
53900.000468/2014-21 Exposição de Motivos 852 2017 MCTIC (0346293)
53000.057298/2012-38 Exposição de Motivos 844 2017 MCTIC (0345855)
53000.057228/2011-07 Exposição de Motivos 876 2017 MCTIC (0345511)

53000.008588/2013-39 Exposição de Motivos 761 2017 MCTIC (0343847)
53000.007328/2014-27 Exposição de Motivos 907 2017 MCTIC (0332227)
53900.012938/2015-80 Exposição de Motivos 798 2017 MCTIC (0344437)
53900.041868/2015-77 Exposição de Motivos 865 2017 MCTIC (0332122)
53900.016418/2015-46 Exposição de Motivos 910 2017 MCTIC (0332162)
53000.069388/2013-52 Exposição de Motivos 888 2017 MCTIC (0331611)
53900.039548/2015-57 Exposição de Motivos 866 2017 MCTIC (0332306)
53900.029948/2015-54 Exposição de Motivos 843 2017 MCTIC (0329916)
53900.041608/2015-00 Exposição de Motivos 805 2017 MCTIC (0327282)
53900.041528/2015-46 Exposição de Motivos 786 2017 MCTIC (0327123)
53000.069238/2013-49 Exposição de Motivos 816 2017 MCTIC (0327393)
53900.002998/2014-11 Exposição de Motivos 811 2017 MCTIC (0327474)
53000.015608/2013-28 Exposição de Motivos 612 2017 MCTIC (0323581)
53900.008048/2014-92 Exposição de Motivos 744 2017 MCTIC (0322423)
53000.020718/2012-21 Exposição de Motivos 634 2017 MCTIC (0323320)
53000.057028/2013-16 Exposição de Motivos 380 2017 MCTIC (0278174)
53900.014048/2014-21 Exposição de Motivos 200 2017 MCTIC (0228459)
53000.031928/2012-44 Exposição de Motivos 763 2017 MCTIC (0323498)
53000.003928/2014-16 Exposição de Motivos 357 2017 mctic (0280401)
53000.057218/2011-63 Exposição de Motivos MCTIC EXM 415 2017 (0270183)
53000.057908/2011-12 Exposição de Motivos 401 2017 MCTIC (0267731)
53000.057358/2011-31 Exposição de Motivos 272 2017 MCTIC (0239681)
53000.068928/2007-32 Exposição de Motivos 73 2017 MCTIC (0230851)
53000.056648/2012-49 Exposição de Motivos 205 2017 MCTIC (0271055)
53000.060438/2013-36 Exposição de Motivos 436 2017 MCTIC (0272373)
53000.056618/2011-51 Exposição de Motivos 453 2017 MCTIC (0272476)
53000.067258/2013-85 Exposição de Motivos 434 2017 MCTIC (0272819)
53000.036058/2011-19 Exposição de Motivos 465 2017 MCTIC (0274083)
53000.071598/2013-19 Exposição de Motivos 472 2017 MCTIC (0274284)
53000.067718/2013-75 Exposição de Motivos 467 2017 MCTIC (0274414)
53900.039538/2015-11 Exposição de Motivos 523 2017 MCTIC (0274942)
53000.075808/2013-30 Exposição de Motivos 525 2017 MCTIC (0274983)
53000.026978/2013-91 Exposição de Motivos 499 2017 MCTIC (0276744)
53000.065118/2013-72 Exposição de Motivos 497 2017 MCTIC (0276285)
53900.008958/2014-75 Exposição de Motivos 487 2017 MCTIC (0277632)
53000.003848/2010-37 Exposição de Motivos MCTIC - 210 2016 (0085938)
53000.056208/2011-19 Exposição de Motivos 821 2017 MCTIC (0293427)
53000.053961/2012-25 EM nº 0780/2017

53000.053969/2012-91 EM nº 1009/2017

53000.026230/2012-15 EM nº 0132/2018

00001.004845/2018-00 Ofício 047/2018-MS-CD

53000.030007/2005-35 EM nº 0456/2018

53000.054050/2012-15 EM nº 0549/2018

53000.027244/2009-42 EM nº 0557/2018

53000.030397/2012-72	EM nº 0553/2018
53000.009024/2012-32	EM nº 0555/2018
53900.009151/2015-31	EM nº 0550/2018
53000.064009/2013-38	EM nº 0551/2018
53900.000271/2014-91	EM nº 0038/2018
53900.016778/2016-29	EM nº 0029/2018
53000.049242/2012-18	EM nº 0323/2017
53000.052684/2013-14	EM nº 0568/2017
53000.054982/2012-68	EM nº 0445/2017
53000.057297/2012-93	EM nº 0420/2017
53000.030840/2012-13	EM nº 0446/2017
53000.015829/2013-04	EM nº 0443/2017
53000.053176/2013-53	EM nº 0314/2017
53000.065155/2013-81	EM nº 0441/2017
53000.007050/2013-15	EM nº 0195/2017
53000.056214/2011-68	EM nº 0285/2017
53000.007687/2014-84	EM nº 0194/2017
53900.017162/2015-94	EM nº 0338/2017
53000.006481/2010-11	EM nº 0545/2018
53000.055599/2007-60	EM nº 0484/2017
53000.052021/2011-38	EM nº 0360/2017
53000.056217/2011-00	EM nº 0274/2017
00001.004765/2018-46	Ofício 0327/2018-GCH-CD
53000.039908/2003-21	EM nº 0507/2018
53900.047853/2016-01	EM nº 0504/2018

53900.016488/2015-02	EM nº 0506/2018
53000.022925/2012-10	EM nº 0501/2018
53000.042414/2013-03	EM nº 0546/2018
53000.020988/2012-31	EM nº 0503/2018
53000.043010/2012-48	EM nº 0502/2018
53670.001341/2001-65	EM nº 0505/2018
53900.011448/2014-85	EM nº 0531/2018
01250.034988/2018-69	EM nº 0533/2018
01250.048763/2017-17	EM nº 0542/2018
53900.024997/2014-10	EM nº 0517/2018
53900.034082/2015-01	EM nº 0516/2018
53900.037331/2014-21	EM nº 0515/2018
53900.034520/2015-23	EM nº 0525/2018
53900.044560/2015-83	EM nº 0526/2018
53900.041939/2015-31	EM nº 0514/2018
53900.024692/2014-16	EM nº 0530/2018
53900.001273/2016-60	EM nº 0541/2018
53900.017145/2015-57	EM nº 0521/2018
53900.013241/2015-26	EM nº 0532/2018
53900.009333/2014-21	EM nº 0512/2018
53000.016596/2013-59	EM nº 0518/2018
53900.014648/2014-90	EM nº 0519/2018
53900.017091/2015-20	EM nº 0520/2018
53900.043270/2015-12	EM nº 0513/2018
53900.050381/2015-85	EM nº 0528/2018

53900.027712/2014-01	EM nº 0524/2018
53900.048226/2015-07	EM nº 0527/2018
53000.007913/2014-27	EM nº 0529/2018
53900.022443/2014-88	EM nº 0485/2018
53000.009433/2013-10	EM nº 0499/2018
53900.038863/2014-86	EM nº 0722/2017
53900.042143/2015-04	EM nº 0724/2017
53000.007973/20012-88	EM nº 1054/2017
53900.007823/2014-92	EM nº 0413/2018
53900.073493/2015-12	EM nº 0389/2018
53900.011113/2014-67	Exposição de Motivos 0399/2018 MCTIC
01250.059013/2017-62	Exposição de Motivos 0396/2018 MCTIC
53000.001683/2014-92	Exposição de Motivos 0388/2018 MCTIC
53900.017343/2015-11	Exposição de Motivos 0260/2018 MCTIC
53000.013433/2010-71	Exposição de Motivos 0361/2018 MCTIC
53900.013163/2015-60	Exposição de Motivos 0421/2018 MCTIC
53900.017133/2015-22	Exposição de Motivos 0331/2018 MCTIC
53000.065773/2013-21	Exposição de Motivos 0322/2018 MCTIC
53900.008953/2015-23	Exposição de Motivos 0332/2018 MCTIC
53000.015613/2013-31	Exposição de Motivos 0327/2018 MCTIC
53900.047623/2015-53	Exposição de Motivos 0345/2018 MCTIC
53900.016403/2015-88	Exposição de Motivos 0286/2018 MCTIC
53900.026403/2015-96	Exposição de Motivos 0280/2018 MCTIC
53900.042013/2015-63	Exposição de Motivos 0309/2018 MCTIC
53900.029943/2015-21	Exposição de Motivos 0304/2018 MCTIC

53900.046473/2015-61	Exposição de Motivos 0276/2018 MCTIC
53000.061863/2006-13	Exposição de Motivos 0201/2018 MCTIC
53900.016433/2015-94	Exposição de Motivos 0226/2018 MCTIC
53000.007663/2014-25	Exposição de Motivos 0254/2018 MCTIC
53000.043803/2012-67	Exposição de Motivos 1011/2017 MCTIC
53000.006763/2012-72	Exposição de Motivos 0974/2017 MCTIC
53900.028013/2014-70	Exposição de Motivos 0176/2018 MCTIC
53000.007683/2014-04	Exposição de Motivos 0175/2018 MCTIC
53900.014053/2014-34	Exposição de Motivos 0173/2018 MCTIC
53900.016483/2016-52	Exposição de Motivos 0180/2018 MCTIC
53000.007963/2012-42	Exposição de Motivos 0172/2018 MCTIC
53900.050703/2015-96	Exposição de Motivos 0154/2018 MCTIC
53000.066813/2013-51	Exposição de Motivos 0138/2018 MCTIC
53900.046743/2015-33	Exposição de Motivos 0115/2018 MCTIC
00001.001003/2018-98	Exposição de Motivos 0106/2018 MCTIC
53000.001033/2012-85	Exposição de Motivos 0112/2018 MCTIC
53000.071343/2013-48	Exposição de Motivos 0075/2018 MCTIC
53000.043713/2013-57	Exposição de Motivos 0040/2018 MCTIC
53000.055773/2011-51	Exposição de Motivos 0044/2018 MCTIC
53900.009743/2014-71	Exposição de Motivos 0009/2018 MCTIC
53000.055803/2012-18	Exposição de Motivos 0430/2017 MCTIC
53000.061913/2013-91	Exposição de Motivos 0423/2017 MCTIC
53000.007503/2006-76	Exposição de Motivos 0424/2017 MCTIC
53000.043193/2011-11	Exposição de Motivos 1005/2017 MCTIC
53900.020193/2016-11	Exposição de Motivos 1084/2017 MCTIC

53000.006483/2012-64	Exposição de Motivos 1041/2017 MCTIC
53000.055153/2010-31	Exposição de Motivos 0995/2017 MCTIC
53900.017153/2015-01	Exposição de Motivos 0980/2017 MCTIC
53000.056613/2011-29	Exposição de Motivos 0936/2017 MCTIC
53000.004483/2010-68	Exposição de Motivos 1024/2017 MCTIC
53000.056113/2011-97	Exposição de Motivos 1032/2017 MCTIC
53000.054723/2012-37	Exposição de Motivos 1036 2017 MCTIC (0360002)
53900.002813/2016-22	Exposição de Motivos 930 2017 MCTIC (0356756)
53000.059283/2011-23	Exposição de Motivos 951 2017 MCTIC (0357346)
53900.061443/2015-84	Exposição de Motivos 929 2017 MCTIC (0356600)
53000.060033/2013-06	Exposição de Motivos 928 2017 MCTIC (0356495)
53900.042113/2015-90	Exposição de Motivos 842 2017 MCTIC (0345640)
53000.055723/2011-73	Exposição de Motivos 759 2017 MCTIC (0343798)
53000.059473/2011-41	Exposição de Motivos 869 2017 MCTIC (0332543)
53900.038993/2015-08	Exposição de Motivos 903 2017 MCTIC (0332220)
53000.056613/2013-91	Exposição de Motivos 922 2017 MCTIC (0331715)
53900.041793/2015-24	Exposição de Motivos 839 2017 MCTIC (0329895)
53000.058113/2011-21	Exposição de Motivos 826 2017 MCTIC (0328704)
53900.046763/2015-12	Exposição de Motivos 804 2017 MCTIC (0327211)
53900.005543/2014-40	Exposição de Motivos 792 2017 MCTIC (0327459)
53000.036553/2012-17	Exposição de Motivos 813 2017 MCTIC (0327472)
53000.003653/2013-30	Exposição de Motivos 660 2017 MCTIC (0323876)
53000.058083/2011-53	Exposição de Motivos 611 2017 MCTIC (0323512)
53000.056213/2011-13	Exposição de Motivos 579 2017 MCTIC (0322699)

53000.065763/2013-95	Exposição de Motivos 573 2017 MCTIC (0322566)
53900.006983/2014-14	Exposição de Motivos 734 2017 MCTIC (0321816)
53569.000463/2014-16	Exposição de Motivos 527 2017 MCTIC (0286647)
53000.051423/2012-04	Exposição de Motivos 535 2017 MCTIC (0279692)
53000.010093/2013-70	Exposição de Motivos 542 2017 MCTIC (0279756)
53000.058133/2011-01	Exposição de Motivos 367 2017 MCTIC (0280573)
53000.028473/2013-61	Exposição de Motivos 507 2017 MCTIC (0281135)
53000.049063/2007-13	Exposição de Motivos 234 2016 MCTIC (0257579)
53000.015823/2013-29	Exposição de Motivos 449 2017 MCTIC (0263620)
53000.070013/2013-35	Exposição de Motivos 508 2017 MCTIC (0274059)
53000.070233/2013-69	Exposição de Motivos 469 2017 MCTIC (0274412)
3900.005813/2014-12	Exposição de Motivos 498 2017 MCTIC (0276506)
53000.054603/2012-30	Exposição de Motivos 477 2017 MCTIC (0276396)
53000.055673/2012-13	Exposição de Motivos 397 2017 MCTIC (0282643)
53000.047873/2012-94	Exposição de Motivos 637 2017 MCTIC (0303419)
53000.021323/2012-45	Exposição de Motivos 622 2017 MCTIC (0303270)
53000.055763/2011-15	Exposição de Motivos 581 2017 MCTIC (0301991)
53000.058143/2011-38	Exposição de Motivos 639 2017 MCTIC (0303455)
53900.020573/2014-86	Exposição de Motivos 651 2017 MCTIC (0308618)
53000.056993/2012-82	Exposição de Motivos 688 2017 MCTIC (0311657)
53900.029293/2014-33	Exposição de Motivos 712 2017 MCTIC (0312222)
53000.065857/2011-01	Exposição de Motivos 486 2018 MCTIC (0875820)
53900.024997/2014-10	Exposição de Motivos 517 2018 MCTIC (0923704)

53000.030007/2005-35	Exposição de Motivos 456 2018 MCTIC (0838610)
53000.056217/2011-00	Exposição de Motivos 274 2017 MCTIC (0239697)
53000.007687/2014-84	Exposição de Motivos 194 2017 MCTIC (0263330)
53000.057297/2012-93	Exposição de Motivos 420 2017 MCTIC (0270041)
53000.030397/2012-72	Exposição de Motivos 553 2018 MCTIC (0944218)
53900.022527/2014-11	Exposição de Motivos 522 2018 MCTIC (0920398)
53000.059717/2011-95	Exposição de Motivos 342 2018 MCTIC (0732840)
53900.023727/2014-91	Exposição de Motivos 536 2018 MCTIC (0918334)
53900.034197/2015-98	Exposição de Motivos 401 2018 MCTIC (0795077)
53000.040197/2013-13	Exposição de Motivos 390 2018 MCTIC (0808583)
53000.062227/2013-38	Exposição de Motivos 490 2018 MCTIC (0875688)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53900.029947/2015-18	Exposição de Motivos 457 2017 MCTIC (0274169)
53000.058097/2011-77	Exposição de Motivos 638 2017 MCTIC (0303498)
53900.006047/2014-11	Exposição de Motivos 719 2017 MCTIC (0319454)
53000.039597/2011-18	Exposição de Motivos 404 2018 MCTIC (0795120)
53790.000407/2000-52	Exposição de Motivos 452 2018 MCTIC (0838598)
53000.058347/2013-31	Exposição de Motivos 450 2018 MCTIC (0838276)
53000.011767/2014-34	Exposição de Motivos 429 2018 MCTIC (0808649)
53900.015077/2015-91	Exposição de Motivos 427 2018 MCTIC (0808466)
53900.050577/2016-51	Exposição de Motivos 439 2018 MCTIC (0808419)
53000.007037/2013-58	Exposição de Motivos 393 2018 MCTIC (0765824)
53000.004357/2012-75	Exposição de Motivos 941 2017 MCTIC (0356473)
53900.045907/2016-96	Exposição de Motivos 407 2018 MCTIC (0794915)

53000.071797/2013-19	Exposição de Motivos 406 2018 MCTIC (0795022)
53900.045557/2016-68	Exposição de Motivos 363 2018 MCTIC (0764991)
53900.017337/2015-63	Exposição de Motivos 330 2018 MCTIC (0733897)
53900.017347/2015-07	Exposição de Motivos 337 2018 MCTIC (0733857)
53900.034487/2015-31	Exposição de Motivos 347 2018 MCTIC (0734130)
53000.057937/2012-65	Exposição de Motivos 323 2018 MCTIC (0733458)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53000.041397/2012-06	Exposição de Motivos 249 2018 MCTIC (0677069)
53000.058147/2011-16	Exposição de Motivos 214 2018 MCTIC (0677135)
53900.035797/2015-73	Exposição de Motivos 259 2018 MCTIC (0677214)
53900.050617/2015-83	Exposição de Motivos 212 2018 MCTIC (0676844)
53900.045447/2015-15	Exposição de Motivos 199 2018 MCTIC (0676838)
53900.050637/2015-54	Exposição de Motivos 269 2018 MCTIC (0676695)
53900.008677/2015-01	Exposição de Motivos 222 2018 MCTIC (0676649)
53000.003257/2014-93	Exposição de Motivos 143 2018 MCTIC (0676161)
53900.026027/2014-59	Exposição de Motivos 256 2018 MCTIC (0676143)
53900.017937/2015-21	Exposição de Motivos 230 2018 MCTIC (0675867)
53000.069977/2013-31	Exposição de Motivos 209 2018 MCTIC (0674122)
53000.007107/2013-78	Exposição de Motivos 264 2018 MCTIC (0673390)
53900.039587/2015-54	Exposição de Motivos 211 2018 MCTIC (0672293)
53900.004157/2014-31	Exposição de Motivos 187 2018 MCTIC (0653050)
53000.018567/2013-21	Exposição de Motivos 235 2017 MCTIC (0246289)
53000.045037/2013-56	Exposição de Motivos 217 2017 MCTIC (0245352)
53900.007957/2014-11	Exposição de Motivos 55 2018 MCTIC (0481563)

53900.047997/2015-79	Exposição de Motivos 158 2018 MCTIC (0583656)
53900.008967/2014-66	Exposição de Motivos 156 2018 MCTIC (0583858)
53900.048797/2015-33	Exposição de Motivos 155 2018 MCTIC (0583982)
53900.049257/2015-77	Exposição de Motivos 135 2018 MCTIC (0569323)
53900.009307/2014-01	Exposição de Motivos 108 2017 MCTIC (0556471)
53900.055547/2015-50	Exposição de Motivos 109 2018 MCTIC (0555947)
53000.050217/2012-79	Exposição de Motivos 88 2018 MCTIC (0527854)
53000.065557/2013-85	Exposição de Motivos 77 2018 MCTIC (0522537)
53000.068677/2013-34	Exposição de Motivos 87 2017 MCTIC (0523265)
53900.000757/2014-21	Exposição de Motivos 97 2018 MCTIC (0523287)
53000.015797/2013-39	Exposição de Motivos 94 2018 MCTIC (0523244)
53000.031927/2012-08	Exposição de Motivos 82 2018 MCTIC (0523176)
53000.034057/2003-20	Exposição de Motivos 32 2018 MCTIC (0483430)
53000.056247/2011-16	Exposição de Motivos 20 2018 MCTIC (0482565)
53000.005567/2013-61	Exposição de Motivos 18 2018 MCTIC (0482269)
53000.021797/2014-59	Exposição de Motivos 7 2018 MCTIC (0481398)
53000.015837/2013-42	Exposição de Motivos 10 2018 MCTIC (0481335)
53000.003387/2012-64	Exposição de Motivos 291 2017 MCTIC (0252697)
53000.043077/2012-82	Exposição de Motivos 428 2017 MCTIC (0262429)
53000.041617/2013-74	Exposição de Motivos 211 2017 MCTIC (0262479)
53000.058587/2011-73	Exposição de Motivos 1077 2017 MCTIC (0383253)
53000.006767/2012-51	Exposição de Motivos 1059 2017 MCTIC (0382276)
53000.057527/2011-33	Exposição de Motivos 1006 2017 MCTIC (0374429)

53000.039997/2012-04	Exposição de Motivos 943 2017 MCTIC (0373787)
53900.003577/2014-16	Exposição de Motivos 919 2017 MCTIC (0372278)
53900.001487/2014-74	Exposição de Motivos 925 2017 MCTIC (0372243)
53000.014127/2010-52	Exposição de Motivos 916 2017 MCTIC (0372106)
53000.071367/2013-05	Exposição de Motivos 188 2017 MCTIC (0358936)
53000.055757/2011-68	Exposição de Motivos 133 2017 MCTIC (0201350)
53000.052857/2011-32	Exposição de Motivos 1008 2017 MCTIC (0358660)
53900.040337/2016-48	Exposição de Motivos 945 2017 MCTIC (0356860)
53000.013347/2011-40	Exposição de Motivos 964 2017 MCTIC (0357829)
53900.002457/2015-66	Exposição de Motivos 797 2017 MCTIC (0344460)
53900.017327/2015-28	Exposição de Motivos 801 2017 MCTIC (0344417)
53000.055767/2011-01	Exposição de Motivos 908 2017 MCTIC (0332366)
53000.071647/2013-13	Exposição de Motivos 911 2017 MCTIC (0332505)
53000.020077/2012-12	Exposição de Motivos 893 2017 MCTIC (0332089)
53900.046737/2015-86	Exposição de Motivos 864 2017 MCTIC (0332091)
53000.058117/2011-18	Exposição de Motivos 902 2017 MCTIC (0332010)
53900.041797/2015-11	Exposição de Motivos 880 2017 MCTIC (0332240)
53900.047727/2015-68	Exposição de Motivos 838 2017 MCTIC (0329880)
53900.049087/2015-21	Exposição de Motivos 829 2017 MCTIC (0328769)
53900.047617/2015-04	Exposição de Motivos 831 2017 MCTIC (0328853)
53900.050647/2015-90	Exposição de Motivos 822 2017 MCTIC (0328628)
53000.061897/2013-37	Exposição de Motivos 791 2017 MCTIC (0327494)
53000.052747/2012-51	Exposição de Motivos 799 2017 MCTIC (0327504)
53000.056227/2011-37	Exposição de Motivos 800 2017 MCTIC (0327615)

53900.017267/2015-43	Exposição de Motivos 775 2017 MCTIC (0324162)
53000.020797/2013-51	Exposição de Motivos 777 2017 MCTIC (0324186)
53900.017067/2015-91	Exposição de Motivos 774 2017 MCTIC (0324130)
53000.007057/2013-29	Exposição de Motivos 755 2017 MCTIC (0323794)
53900.042147/2015-84	Exposição de Motivos 758 2017 MCTIC (0323380)
53000.058137/2011-81	Exposição de Motivos 760 2017 MCTIC (0323420)
53000.049727/2012-01	Exposição de Motivos 742 2017 MCTIC (0322403)
53900.021997/2014-68	Exposição de Motivos 733 2017 MCTIC (0321722)
53900.008337/2014-91	Exposição de Motivos 546 2017 MCTIC (0278146)
53000.017857/2013-58	Exposição de Motivos 224 2017 MCTIC (0267126)
53000.049117/2012-08	Exposição de Motivos 312 2017 MCTIC (0266425)
53000.006807/2013-45	Exposição de Motivos 448 2017 MCTIC (0263586)
53000.017967/2013-10	Exposição de Motivos 301 2017 MCTIC (0271086)
53900.009247/2014-18	Exposição de Motivos 528 2017 MCTIC (0273202)
53000.070507/2013-10	Exposição de Motivos 435 2017 MCTIC (0272809)
53000.029227/2012-45	Exposição de Motivos 463 2017 MCTIC (0274003)
53000.041817/2011-65	Exposição de Motivos 532 2017 MCTIC (0275286)
53000.000127/2013-18	Exposição de Motivos 485 2017 MCTIC (0276693)
53000.019647/2013-02	Exposição de Motivos 563 2017 MCTIC (0288048)
53900.017747/2014-23	Exposição de Motivos 383 2017 MCTIC (0282371)
53000.068877/2013-97	Exposição de Motivos 615 2017 MCTIC (0302563)
53000.000307/2014-81	Exposição de Motivos 604 2017 MCTIC (0302080)
53000.061497/2013-21	Exposição de Motivos 593 2017 MCTIC (0302315)
53000.062557/2013-23	Exposição de Motivos 605 2017 MCTIC (0302364)

53000.005447/2010-11	Exposição de Motivos 223 2016 MCTIC (0083781)
53900.003257/2014-41	Exposição de Motivos 653 2017 MCTIC (0308852)
53900.042127/2015-11	Exposição de Motivos 694 2017 MCTIC (0311518)
53900.041857/2015-97	Exposição de Motivos 691 2017 MCTIC (0311463)
53000.051427/2012-84	Exposição de Motivos 720 2017 MCTIC (0319461)
53900.049367/2015-39	Exposição de Motivos 668 2017 MCTIC (0309842)
53000.047027/2012-74	Exposição de Motivos 657 2017 MCTIC (0309680)
53000.055907/2013-03	Exposição de Motivos 661 2017 MCTIC (0309633)
53900.039719/2015-48	Exposição de Motivos 524 2017 MCTIC (0275247)
53000.028019/2012-29	Exposição de Motivos 466 2017 MCTIC (0276041)
53000.048669/2012-91	Exposição de Motivos 483 2017 MCTIC (0276629)
53900.006389/2014-23	Exposição de Motivos 534 2017 MCTIC (0287128)
53000.036049/2012-17	Exposição de Motivos 608 2017 MCTIC (0302499)
53000.007039/2013-47	Exposição de Motivos 586 2017 MCTIC (0302279)
53000.014269/2012-81	Exposição de Motivos 595 2017 MCTIC (0301695)
53000.009819/2014-11	Exposição de Motivos 585 2017 MCTIC (0301909)
53900.041679/2015-02	Exposição de Motivos 643 2017 MCTIC (0304114)
53000.056639/2012-58	Exposição de Motivos 644 2017 MCTIC (0304144)
53900.039649/2015-28	Exposição de Motivos 646 2017 MCTIC (0308464)
53000.015779/2013-57	Exposição de Motivos 654 2017 MCTIC (0308944)
53900.048239/2015-78	Exposição de Motivos 667 2017 MCTIC (0309927)
53000.070169/2013-16	Exposição de Motivos 663 2017 MCTIC (0309655)
53900.017339/2015-52	Exposição de Motivos 697 2017 MCTIC (0311949)
53000.059219/2013-12 - Exposição de Motivos 467 2018 MCTIC (0875494)	
53000.057439/2011-31 - Exposição de Motivos 867 2017 MCTIC (0346288)	

53900.041939/2015-31 - Exposição de Motivos 514 2018 MCTIC (0923928)
53000.015829/2013-04 - Exposição de Motivos 443 2017 MCTIC (0272211)
53000.064009/2013-38 - Exposição de Motivos 551 2018 MCTIC (0943983)
53000.053969/2012-91 - Exposição de Motivos 1009 2017 MCTIC (0374481)
53900.027759/2016-28 - Exposição de Motivos 540 2018 MCTIC (0918404)
53000.059289/2011-09 - Exposição de Motivos 248 2017 MCTIC (0246474)
53000.041679/2013-86 - Exposição de Motivos 474 2018 MCTIC (0845648)
53000.046089/2012-69 - Exposição de Motivos 419 2018 MCTIC (0796181)
53710.000749/2000-15 - Exposição de Motivos 453 2018 MCTIC (0845059)
53000.028449/2009-45 - Exposição de Motivos 468 2018 MCTIC (0837880)
53900.045489/2015-56 - Exposição de Motivos 442 2018 MCTIC (0837144)
53900.003029/2016-31 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836698)
53900.020099/2014-92 - Exposição de Motivos 424 2018 MCTIC (0808381)
53900.062019/2015-57 - Exposição de Motivos 430 2018 MCTIC (0808327)
53000.023809/2013-07 - Exposição de Motivos 432 2018 MCTIC (0808302)
53900.046879/2015-43 - Exposição de Motivos 386 2018 MCTIC (0785111)
53900.049709/2015-11 - Exposição de Motivos 394 2018 MCTIC (0785064)
53900.011959/2016-69 - Exposição de Motivos 375 2018 MCTIC (0765035)
53900.019629/2014-50 - Exposição de Motivos 370 2018 MCTIC (0764590)
53000.070099/2013-04 - Exposição de Motivos 369 2018 MCTIC (0764449)
53900.016399/2015-58 - Exposição de Motivos 324 2018 MCTIC (0733553)
53900.012339/2016-47 - Exposição de Motivos 346 2018 MCTIC (0732695)
53000.015799/2013-28 - Exposição de Motivos 281 2018 MCTIC (0703199)
53900.049739/2015-27 - Exposição de Motivos 296 2018 MCTIC (0702519)
53000.075619/2013-67 - Exposição de Motivos 306 2018 MCTIC (0702569)
53900.005039/2014-41 - Exposição de Motivos 273 2018 MCTIC (0703141)
53900.041859/2015-86 - Exposição de Motivos 308 2018 MCTIC (0702917)
53000.060089/2011-91 - Exposição de Motivos 307 2018 MCTIC (0702680)
53900.029509/2014-61 - Exposição de Motivos 262 2018 MCTIC (0682072)
53000.057909/2011-67 - Exposição de Motivos 206 2018 MCTIC (0677211)
53900.031989/2014-20 - Exposição de Motivos 207 2018 MCTIC (0676319)
53900.016239/2014-28 - Exposição de Motivos 223 2018 MCTIC (0674392)
53900.011529/2016-47 - Exposição de Motivos 164 2018 MCTIC (0583699)
53000.050129/2012-77 - Exposição de Motivos 198 2018 MCTIC (0652447)
53900.018279/2014-12 - Exposição de Motivos 216 2018 MCTIC (0672536)
53900.017279/2015-78 - Exposição de Motivos 120 2018 MCTIC (0556709)
53000.041399/2012-97 - Exposição de Motivos 1019 2017 MCTIC (0361470)
53680.000099/1998-36 - Exposição de Motivos 50 2018 MCTIC (0481209)
53900.017059/2015-44 - Exposição de Motivos 114 2018 MCTIC (0556651)
53000.050829/2011-81 - Exposição de Motivos 65 2018 MCTIC (0527570)
53900.050709/2015-63 - Exposição de Motivos 13 2018 MCTIC (0481473)
53000.071349/2013-15 - Exposição de Motivos 23 2018 MCTIC (0483124)
53000.070749/2013-11 - Exposição de Motivos 85 2018 MCTIC (0523217)
53000.063589/2012-65 - Exposição de Motivos 3 2018 MCTIC (0481509)
53000.065289/2012-11 - Exposição de Motivos 425 2017 MCTIC (0262571)
53000.059079/2011-11 - Exposição de Motivos 1042 2017 MCTIC (0382071)
53000.006409/2009-42 - Exposição de Motivos 243 2017 MCTIC (0261344)
53000.050949/2012-69 - Exposição de Motivos 986 2017 MCTIC (0374381)
53000.067009/2011-28 - Exposição de Motivos 1078 2017 MCTIC (0383287)
53900.038549/2014-01 - Exposição de Motivos 1025 2017 MCTIC (0361193)
53000.001359/2014-74 - Exposição de Motivos 292 2018 MCTIC (0701572)
53900.011859/2016-32 - Exposição de Motivos 1068 2017 MCTIC (0382395)

53900.046499/2015-17 - Exposição de Motivos 983 2017 MCTIC (0374418)
 53900.009349/2014-33 - Exposição de Motivos 921 2017 MCTIC (0372284)
 53900.007769/2015-66 - Exposição de Motivos 975 2017 MCTIC (0374053)
 53000.059679/2011-71 - Exposição de Motivos 1065 2017 MCTIC (0382287)
 53000.003089/2010-11 - Exposição de Motivos 240 2016 EXM MCTIC (0131371)
 53000.044199/2011-13 - Exposição de Motivos 891 2017 MCTIC (0347578)
 53000.066549/2011-94 - Exposição de Motivos 997 2017 MCTIC (0358493)
 53000.001639/2012-11 - Exposição de Motivos 1013 2017 MCTIC (0358719)
 53000.032529/2011-10 - Exposição de Motivos 966 2017 MCTIC (0357821)
 53000.055769/2011-92 - Exposição de Motivos 952 2017 MCTIC (0357553)
 53000.043819/2013-51 - Exposição de Motivos 773 2017 MCTIC (0344082)
 53000.056619/2011-04 - Exposição de Motivos 795 2017 MCTIC (0345308)
 53900.048779/2015-51 - Exposição de Motivos 862 2017 MCTIC (0332033)
 53900.017409/2014-91 - Exposição de Motivos 781 2017 MCTIC (0344557)
 53900.039579/2015-16 - Exposição de Motivos 806 2017 MCTIC (0327249)
 53900.020989/2014-02 - Exposição de Motivos 959 2017 MCTIC (0334513)
 53900.009909/2015-31 - Exposição de Motivos 885 2017 MCTIC (0332256)
 53900.050619/2015-72 - Exposição de Motivos 861 2017 MCTIC (0332323)
 53000.051419/2012-38 - Exposição de Motivos 924 2017 MCTIC (0332301)
 53900.048009/2015-17 - Exposição de Motivos 837 2017 MCTIC (0329854)
 53000.007329/2014-71 - Exposição de Motivos 789 2017 MCTIC (0327355)
 53000.006879/2013-92 - Exposição de Motivos 782 2017 MCTIC (0326984)
 53000.058099/2011-66 - Exposição de Motivos 707 2017 MCTIC (0324561)
 53000.058119/2011-07 - Exposição de Motivos 708 2017 MCTIC (0324468)
 53000.009899/2013-15 - Exposição de Motivos 686 2017 MCTIC (0323969)
 53000.071599/2013-55 - Exposição de Motivos 598 2017 MCTIC (0323094)
 53900.016739/2015-41 - Exposição de Motivos 730 2017 MCTIC (0321686)
 53900.046389/2015-47 - Exposição de Motivos 732 2017 MCTIC (0321643)
 53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)
 53900.041776/2015-97 - Exposição de Motivos 738 2017 MCTIC (0321984)
 53000.034243/2010-98 - Exposição de Motivos 374 2018 MCTIC (0959907)
 53000.019200/2010-82 - Exposição de Motivos 65 2017 MCTIC (0140598)
 53900.023990/2016-42 - Exposição de Motivos 1064 2017 MCTIC (0382367)
 53000.073920/2013-36 - Exposição de Motivos 992 2017 MCTIC (0375706)
 53900.012810/2014-35 - Exposição de Motivos 970 2017 MCTIC (0373991)
 53900.008480/2014-83 - Exposição de Motivos 938 2017 MCTIC (0373602)
 53000.028900/2013-19 - Exposição de Motivos 933 2017 MCTIC (0373148)
 53900.050050/2016-26 - Exposição de Motivos 946 2017 MCTIC (0356836)
 53000.036560/2012-19 - Exposição de Motivos 947 2017 MCTIC (0357082)
 53000.057910/2011-91 - Exposição de Motivos 955 2017 MCTIC (0357847)
 53000.033060/2013-06 - Exposição de Motivos 950 2017 MCTIC (0357843)
 53900.041780/2015-55 - Exposição de Motivos 899 2017 MCTIC (0332372)
 53900.041490/2015-10 - Exposição de Motivos 793 2017 MCTIC (0344522)
 53000.059620/2012-63 - Exposição de Motivos 796 2017 MCTIC (0344568)
 53000.058130/2011-69 - Exposição de Motivos 772 2017 MCTIC (0344120)
 53000.070500/2013-06 - Exposição de Motivos 766 2017 MCTIC (0343966)
 53900.047620/2015-10 - Exposição de Motivos 879 2017 MCTIC (0332013)
 53900.009190/2014-57 - Exposição de Motivos 905 2017 MCTIC (0332156)
 53900.008250/2015-03 - Exposição de Motivos 850 2017 MCTIC (0329788)
 53000.059330/2011-39 - Exposição de Motivos 828 2017 MCTIC (0328856)
 53900.047630/2015-55 - Exposição de Motivos 802 2017 MCTIC (0327331)
 53000.065280/2012-18 - Exposição de Motivos 812 2017 MCTIC (0327513)

53000.006880/2013-17 - Exposição de Motivos 682 2017 MCTIC (0323626)
53000.019020/2014-24 - Exposição de Motivos 664 2017 MCTIC (0323238)
53000.012480/2013-41 - Exposição de Motivos 767 2017 MCTIC (0323552)
53000.059290/2011-25 - Exposição de Motivos 590 2017 MCTIC (0322937)
53000.058080/2011-10 - Exposição de Motivos 591 2017 MCTIC (0322862)
53900.011550/2014-81 - Exposição de Motivos 746 2017 MCTIC (0322446)
53000.012760/2013-59 - Exposição de Motivos 120 2017 MCTIC (0231085)
53000.043110/2011-93 - Exposição de Motivos 510 2017 MCTIC (0278667)
53000.031930/2012-13 - Exposição de Motivos 389 2017 MCTIC (0280870)
53000.056150/2012-86 - Exposição de Motivos 412 2017 MCTIC (0270064)
53000.002360/2012-54 - Exposição de Motivos 407 2017 MCTIC (0268087)
53000.021870/2013-10 - Exposição de Motivos 447 2017 MCTIC (0272000)
53900.036160/2014-13 - Exposição de Motivos 433 2017 MCTIC (0272868)
53000.071350/2013-40 - Exposição de Motivos 431 2017 MCTIC (0272899)
53000.045180/2012-67 - Exposição de Motivos 459 2017 MCTIC (0274263)
53000.041590/2013-10 - Exposição de Motivos 475 2017 MCTIC (0274379)
53000.059200/2013-68 - Exposição de Motivos 526 2017 MCTIC (0275265)
53000.056640/2013-63 - Exposição de Motivos 474 2017 MCTIC (0276132)
53000.008640/2012-76 - Exposição de Motivos 562 2017 MCTIC (0288057)
53900.037910/2015-55 - Exposição de Motivos 620 2017 MCTIC (0302533)
53900.007240/2014-61 - Exposição de Motivos 617 2017 MCTIC (0302554)
53000.049480/2012-15 - Exposição de Motivos 616 2017 MCTIC (0302681)
53000.040750/2013-11 - Exposição de Motivos 640 2017 MCTIC (0303524)
53000.056380/2012-45 - Exposição de Motivos 695 2017 MCTIC (0311678)
53900.034780/2015-07 - Exposição de Motivos 673 2017 MCTIC (0310160)
53000.031940/2012-59 - Exposição de Motivos 699 2017 MCTIC (0312090)
53900.042150/2015-06 - Exposição de Motivos 725 2017 MCTIC (0319898)
53000.055770/2011-17 - Exposição de Motivos 721 2017 MCTIC (0319434)
53000.036340/2012-87 - Exposição de Motivos 395 2018 MCTIC (0784729)
53900.017950/2015-81 - Exposição de Motivos 359 2018 MCTIC (0764728)
53900.005510/2016-61 - Exposição de Motivos 368 2018 MCTIC (0744467)
53000.027470/2009-23 - Exposição de Motivos 341 2018 MCTIC (0732925)
53000.041580/2010-31 - Exposição de Motivos 354 2018 MCTIC (0732169)
53900.007550/2014-86 - Exposição de Motivos 289 2018 MCTIC (0732215)
53900.016180/2015-59 - Exposição de Motivos 274 2018 MCTIC (0703266)
53900.048000/2015-06 - Exposição de Motivos 299 2018 MCTIC (0702472)
53000.043380/2012-85 - Exposição de Motivos 257 2018 MCTIC (0676938)
53900.038370/2016-16 - Exposição de Motivos 243 2018 MCTIC (0676745)
53000.067110/2011-89 - Exposição de Motivos 244 2018 MCTIC (0676275)
53900.023980/2014-45 - Exposição de Motivos 268 2018 MCTIC (0676085)
53900.017320/2015-14 - Exposição de Motivos 227 2018 MCTIC (0675707)
53900.009880/2014-14 - Exposição de Motivos 272 2018 MCTIC (0673749)
53900.005950/2016-19 - Exposição de Motivos 266 2018 MCTIC (0673809)
53900.013950/2014-21 - Exposição de Motivos 195 2018 MCTIC (0653239)
53900.049220/2015-49 - Exposição de Motivos 185 2018 MCTIC (0653293)
53900.041650/2015-12 - Exposição de Motivos 181 2018 MCTIC (0587806)
53900.020670/2014-79 - Exposição de Motivos 161 2018 MCTIC (0585794)
53900.006330/2014-35 - Exposição de Motivos 157 2018 MCTIC (0583737)
53000.014020/2013-57 - Exposição de Motivos 149 2018 MCTIC (0583950)
53900.009140/2014-70 - Exposição de Motivos 137 2018 MCTIC (0569540)
53000.058120/2011-23 - Exposição de Motivos 80 2018 MCTIC (0527614)
53900.016430/2015-51 - Exposição de Motivos 102 2018 MCTIC (0523399)

53900.017160/2015-03 - Exposição de Motivos 89 2018 MCTIC (0523391)
53000.027270/2013-57 - Exposição de Motivos 71 2018 MCTIC (0521468)
53000.071620/2013-12 - Exposição de Motivos 22 2018 MCTIC (0483046)
53900.000200/2016-51 - Exposição de Motivos 30 2018 MCTIC (0483417)
53000.005800/2014-97 - Exposição de Motivos 17 2018 MCTIC (0482103)
53000.070120/2013-63 - Exposição de Motivos 8 2018 MCTIC (0481245)
53900.048226/2015-07 - Exposição de Motivos 527 2018 MCTIC (0920430)
53000.016596/2013-59 - Exposição de Motivos 518 2018 MCTIC (0922120)
53000.026836/2011-61 - Exposição de Motivos 477 2018 MCTIC (0845202)
53000.053176/2013-53 - Exposição de Motivos 314 2017 MCTIC (0271104)
53900.007246/2014-39 - Exposição de Motivos 410 2017 MCTIC (0268151)
53900.003786/2014-43 - Exposição de Motivos 494 2018 MCTIC (0876622)
53000.037836/2011-97 - Exposição de Motivos 493 2018 MCTIC (0876581)
53900.017326/2015-83 - Exposição de Motivos 726 2017 MCTIC (0319958)
53000.065326/2013-71 - Exposição de Motivos 482 2018 MCTIC (0845690)
53900.024846/2015-42 - Exposição de Motivos 415 2018 MCTIC (0795336)
53000.063406/2011-21 - Exposição de Motivos 998 2017 MCTIC (0358757)
53000.004676/2014-42 - Exposição de Motivos 463 2018 MCTIC (0837220)
53000.000416/2009-31 - Exposição de Motivos 466 2918 MCTIC (0837237)
53000.049916/2013-57 - Exposição de Motivos 448 2018 MCTIC (0836774)
53000.070826/2013-25 - Exposição de Motivos 443 2018 MCTIC (0836864)
53000.042696/2011-79 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836908)
53900.055346/2015-52 - Exposição de Motivos 458 2018 MCTIC (0837006)
53000.011766/2014-90 - Exposição de Motivos 428 2018 MCTIC (0808654)
53000.007916/2014-61 - Exposição de Motivos 417 2018 MCTIC (0796217)
53000.006816/2013-36 - Exposição de Motivos 416 2018 MCTIC (0795674)
53900.002856/2015-27 - Exposição de Motivos 409 2018 MCTIC (0794322)
53900.017286/2015-70 - Exposição de Motivos 384 2018 MCTIC (0785304)
53000.070736/2013-34 - Exposição de Motivos 380 2018 MCTIC (0784961)
53900.048776/2015-18 - Exposição de Motivos 367 2018 MCTIC (0765409)
53900.045626/2016-33 - Exposição de Motivos 366 2018 MCTIC (0765005)
53900.020036/2015-17 - Exposição de Motivos 334 2018 MCTIC (0733960)
53900.022496/2015-80 - Exposição de Motivos 333 2018 MCTIC (0734102)
53900.011676/2014-55 - Exposição de Motivos 278 2018 MCTIC (0703082)
53900.042136/2015-02 - Exposição de Motivos 297 2018 MCTIC (0702417)
53000.047896/2013-80 - Exposição de Motivos 305 2018 MCTIC (0702638)
53900.048786/2015-53 - Exposição de Motivos 228 2018 MCTIC (0676467)
53900.017866/2015-67 - Exposição de Motivos 221 2018 MCTIC (0675815)
53000.003536/2013-76 - Exposição de Motivos 202 2018 MCTIC (0672189)
53900.053766/2016-85 - Exposição de Motivos 194/2018 MCTIC (0652416)
53000.068096/2013-01 - Exposição de Motivos 223 2017 MCTIC (0246081)
53900.000576/2014-11 - Exposição de Motivos 270 2017 MCTIC (0246007)
53900.050256/2015-75 - Exposição de Motivos 178 2018 MCTIC (0587455)
53000.066606/2013-05 - Exposição de Motivos 177 2018 MCTIC (0588040)
53900.017136/2015-66 - Exposição de Motivos 133 2018 MCTIC (0569180)
53000.058466/2011-21 - Exposição de Motivos 131 2018 MCTIC (0569167)
53900.034256/2015-28 - Exposição de Motivos 105 2018 MCTIC (0555741)
53900.017156/2015-37 - Exposição de Motivos 123 2018 MCTIC (0556620)
53000.058106/2011-20 - Exposição de Motivos 110 2018 MCTIC (0556566)
53900.007846/2015-88 - Exposição de Motivos 60 2018 MCTIC (0556136)
53900.049346/2015-13 - Exposição de Motivos 100 2018 MCTIC (0523525)
53000.056216/2011-57 - Exposição de Motivos 98 2018 MCTIC (0523585)

53000.067636/2013-21 - Exposição de Motivos 73 2018 MCTIC (0521350)
53000.062556/2013-89 - Exposição de Motivos 72 2018 MCTIC (0521613)
53000.059736/2013-83 - Exposição de Motivos 45 2018 MCTIC (0484303)
53000.050216/2012-24 - Exposição de Motivos 46 2018 MCTIC (0484161)
53000.050186/2011-75 - Exposição de Motivos 39 2018 MCTIC (0483089)
53000.029836/2013-85 - Exposição de Motivos 35 2018 MCTIC (0483254)
53900.078146/2015-78 - Exposição de Motivos 28 2018 MCTIC (0483329)
53000.057226/2011-18 - Exposição de Motivos 21 2018 MCTIC (0482777)
53000.052326/2012-21 - Exposição de Motivos 4 2018 MCTIC (0481625)
53900.049266/2015-68 - Exposição de Motivos 12 2018 MCTIC (0481490)
53000.004356/2012-21 - Exposição de Motivos 1082 2017 MCTIC (0383414)
53900.000766/2016-82 - Exposição de Motivos 1086 2017 MCTIC (0383045)
53900.042116/2015-23 - Exposição de Motivos 976 2017 MCTIC (0374072)
53900.046836/2015-68 - Exposição de Motivos 981 2017 MCTIC (0374366)
53000.070526/2013-46 - Exposição de Motivos 962 2017 MCTIC (0373906)
53000.055766/2011-59 - Exposição de Motivos 934 2017 MCTIC (0373371)
53000.005496/2008-30 - Exposição de Motivos 1027 2017 MCTIC (0361295)
53000.025416/2013-20 - Exposição de Motivos 1026 2017 MCTIC (0361697)
53000.065796/2013-35 - Exposição de Motivos 070 2017 MCTIC (0358870)
53000.001866/2009-41 - Exposição de Motivos 892 2017 MCTIC (0347634)
53000.039926/2013-84 - Exposição de Motivos 870 2017 MCTIC (0346418)
53000.058116/2011-65 - Exposição de Motivos 846 2017 MCTIC (0346053)
53900.005056/2014-87 - Exposição de Motivos 840 2017 MCTIC (0345633)
53000.055726/2012-98 - Exposição de Motivos 785 2017 MCTIC (0344751)
53000.020796/2013-14 - Exposição de Motivos 765 2017 MCTIC (0343702)
53000.054986/2012-46 - Exposição de Motivos 901 2017 MCTIC (0332492)
53000.057916/2011-69 - Exposição de Motivos 909 2017 MCTIC (0332549)
53900.046846/2015-01 - Exposição de Motivos 855 2017 MCTIC (0332233)
53900.034546/2015-71 - Exposição de Motivos 841 2017 MCTIC (0329901)
53900.046496/2015-75 - Exposição de Motivos 833 2017 MCTIC (0328812)
53900.017336/2015-19 - Exposição de Motivos 808 2017 MCTIC (0327021)
53900.020946/2014-19 - Exposição de Motivos 809 2017 MCTIC (0327443)
53900.029926/2015-94 - Exposição de Motivos 807 2017 MCTIC (0326946)
53000.061976/2013-48 - Exposição de Motivos 713 2017 MCTIC (0324391)
53900.015016/2015-24 - Exposição de Motivos 599 2017 MCTIC (0322985)
53000.070516/2013-19 - Exposição de Motivos 716 2017 MCTIC (0322954)
53000.031936/2012-91 - Exposição de Motivos 749 2017 MCTIC (0322465)
53000.006656/2013-25 - Exposição de Motivos 681 2017 MCTIC (0321697)
53900.061306/2015-40 - Exposição de Motivos 121 2017 MCTIC (0231043)
53900.017866/2014-86 - Exposição de Motivos 509 2017 MCTIC (0278359)
53000.058076/2011-51 - Exposição de Motivos 382 2017 MCTIC (0280136)
53000.054476/2012-79 - Exposição de Motivos 398 2017 MCTIC (0280326)
53000.011716/2013-21 - Exposição de Motivos 549 2017 MCTIC (0281105)
53000.068456/2013-66 - Exposição de Motivos 202 2017 MCTIC (0270312)
53000.024276/2012-91 - Exposição de Motivos 252 2017 MCTIC (0266637)
53900.034526/2015-09 - Exposição de Motivos 337 2017 MCTIC (0263378)
53000.052576/2012-61 - Exposição de Motivos 455 2017 MCTIC (0272317)
53000.057706/2012-51 - Exposição de Motivos 451 2017 MCTIC (0274001)
53900.001546/2014-12 - Exposição de Motivos 550 2017 MCTIC (0275059)
53000.046516/2011-28 - Exposição de Motivos 471 2017 MCTIC (0276250)
53000.047886/2011-82 - Exposição de Motivos 489 2017 MCTIC (0276467)
53000.065566/2013-76 - Exposição de Motivos 494 2017 MCTIC (0276464)

53900.006386/2014-90 - Exposição de Motivos 490 2017 MCTIC (0277800)
 53000.007056/2013-84 - Exposição de Motivos 561 2017 MCTIC (0288082)
 53000.015816/2013-27 - Exposição de Motivos 687 2017 MCTIC (0311291)
 53000.063176/2012-81 - Exposição de Motivos 674 2017 MCTIC (0310173)
 53000.075026/2013-09 - Exposição de Motivos 658 2017 MCTIC (0309598)
 53000.043084/2012-84 - Exposição de Motivos 529 2017 MCTIC (0287146)
 53000.026544/2011-29 - Exposição de Motivos 332 2017 MCTIC (0285817)
 53000.064284/2010-17 - Exposição de Motivos 369 2017 MCTIC (0281344)
 53000.024854/2013-71 - Exposição de Motivos 633 2017 MCTIC (0303388)
 53000.058104/2011-31 - Exposição de Motivos 628 2017 MCTIC (0303107)
 53000.041034/2013-43 - Exposição de Motivos 629 2017 MCTIC (0303205)
 53000.029374/2013-04 - Exposição de Motivos 621 2017 MCTIC (0303217)
 53900.001804/2014-52 - Exposição de Motivos 601 2017 MCTIC (0302096)
 53000.057044/2013-09 - Exposição de Motivos 600 2017 MCTIC (0302345)
 53000.017204/2013-79 - Exposição de Motivos 606 2017 MCTIC (0302407)
 53000.003434/2014-31 - Exposição de Motivos 582 2017 MCTIC (0301851)
 53900.036274/2015-44 - Exposição de Motivos 647 2017 MCTIC (0308500)
 53900.003524/2015-60 - Exposição de Motivos 648 2017 MCTIC (0308543)
 53900.006344/2014-59 - Exposição de Motivos 652 2017 MCTIC (0308650)
 53900.039554/2015-12 - Exposição de Motivos 679 2017 MCTIC (0311456)
 53000.056624/2011-17 - Exposição de Motivos 659 2017 MCTIC (0309608)
 53000.000634/2013-51 - Exposição de Motivos 703 2017 MCTIC (0312137)
 53000.057704/2012-62 - Exposição de Motivos 76 2018 MCTIC (0527529)
 53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)
 53900.017294/2015-16 - Exposição de Motivos 464 2017 MCTIC (0274123)
 53000.056644/2011-80 - Exposição de Motivos 462 2017 MCTIC (0274523)
 53000.047754/2013-12 - Exposição de Motivos 473 2017 MCTIC (0274544)
 53900.007754/2014-17 - Exposição de Motivos 551 2017 MCTIC (0275107)
 53000.049664/2012-85 - Exposição de Motivos 530 2017 MCTIC (0275268)
 53000.065174/2012-26 - Exposição de Motivos 488 2017 MCTIC (0276350)
 53000.058124/2011-10 - Exposição de Motivos 495 2017 MCTIC (0276793)
 53000.031924/2012-66 - Exposição de Motivos 564 2017 MCTIC (0288218)
 53000.014914/2013-47 - Exposição de Motivos 559 2017 MCTIC (0287358)
 53000.021334/2013-14 - Exposição de Motivos 558 2017 MCTIC (0287196)
 53900.002094/2014-88 - Exposição de Motivos 739 2017 MCTIC (0322005)
 53900.003474/2014-31 - Exposição de Motivos 736 2017 MCTIC (0321857)
 53000.056194/2013-97 - Exposição de Motivos 203 2017 MCTIC (0228364)
 53000.058734/2012-96 - Exposição de Motivos 543 2017 MCTIC (0278264)
 53000.057904/2011-34 - Exposição de Motivos 553 2017 MCTIC (0279688)
 53000.070514/2013-11 - Exposição de Motivos 547 2017 MCTIC (0279720)
 53000.039604/2007-97 - Exposição de Motivos 368 2017 MCTIC (0280177)
 53000.057914/2011-70 - Exposição de Motivos 349 2017 MCTIC (0280450)
 53000.069974/2013-05 - Exposição de Motivos 548 2017 MCTIC (0281204)
 53000.003804/2013-50 - Exposição de Motivos 432 2017 MCTIC (0272628)
 53900.003004/2014-76 - Exposição de Motivos 836 2017 MCTIC (0328793)
 53900.048244/2015-81 - Exposição de Motivos 830 2017 MCTIC (0328813)
 53000.025604/2012-77 - Exposição de Motivos 783 2017 MCTIC (0327039)
 53000.062554/2013-90 - Exposição de Motivos 788 2017 MCTIC (0327259)
 53000.017094/2013-45 - Exposição de Motivos 769 2017 MCTIC (0324607)
 53000.007034/2013-14 - Exposição de Motivos 684 2017 MCTIC (0324031)
 53000.007674/2014-13 - Exposição de Motivos 676 2017 MCTIC (0323272)
 53000.007104/2013-34 - Exposição de Motivos 596 2017 MCTIC (0322906)

53000.059764/2010-58 - Exposição de Motivos 580 2017 MCTIC (0322770)
 53000.056954/2012-85 - Exposição de Motivos 741 2017 MCTIC (0322174)
 53900.039644/2015-03 - Exposição de Motivos 803 2017 MCTIC (0345516)
 53000.031934/2012-00 - Exposição de Motivos 794 2017 MCTIC (0345294)
 53000.046474/2012-14 - Exposição de Motivos 912 2017 MCTIC (0332009)
 53900.014134/2015-15 - Exposição de Motivos 872 2017 MCTIC (0332146)
 53900.034554/2015-18 - Exposição de Motivos 856 2017 MCTIC (0332205)
 53000.057214/2011-85 - Exposição de Motivos 894 2017 MCTIC (0331931)
 53000.067714/2013-97 - Exposição de Motivos 915 2017 MCTIC (0331705)
 53000.062334/2013-66 - Exposição de Motivos 847 2017 MCTIC (0329940)
 53900.025954/2015-32 - Exposição de Motivos 845 2017 MCTIC (0329839)
 53000.059284/2011-78 - Exposição de Motivos 825 2017 MCTIC (0328678)
 53000.073494/2013-31 - Exposição de Motivos 1062 2017 MCTIC (0382352)
 53000.005244/2012-97 - Exposição de Motivos 1040 2017 MCTIC (0381897)
 53000.042814/2013-19 - Exposição de Motivos 979 2017 MCTIC (0374191)
 53000.056644/2012-61 - Exposição de Motivos 978 2017 MCTIC (0374168)
 53000.069884/2013-14 - Exposição de Motivos 932 2017 MCTIC (0373154)
 53000.027624/2012-82 - Exposição de Motivos 926 2017 MCTIC (0372163)
 53000.008174/2012-29 - Exposição de Motivos 1023 2017 MCTIC (0360829)
 53000.058924/2012-11 - Exposição de Motivos 886 2017 MCTIC (0346677)
 53000.064084/2012-18 - Exposição de Motivos 871 2017 MCTIC (0346564)
 53000.067904/2013-12 - Exposição de Motivos 881 2017 MCTIC (0346643)
 53900.049094/2015-22 - Exposição de Motivos 117 2018 MCTIC (0554330)
 53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)
 53000.013444/2010-51 - Exposição de Motivos 918 2017 MCTIC (0372147)
 53000.045554/2013-25 - Exposição de Motivos 81 2018 MCTIC (0523079)
 53900.048224/2015-18 - Exposição de Motivos 92 2018 MCTIC (0523434)
 53000.039184/2013-97 - Exposição de Motivos 96 2018 MCTIC (0523590)
 53000.018934/2013-97 - Exposição de Motivos 64 2018 MCTIC (0521368)
 53900.011474/2014-11 - Exposição de Motivos 56 2018 MCTIC (0481150)
 53000.001524/2001-73 - Exposição de Motivos 153/2016 (0037790)
 53000.008854/2012-42 - Exposição de Motivos 1095 2017 MCTIC (0383607)
 53000.061475/2011-08 - Exposição de Motivos 483 2018 MCTIC (0845098)
 53000.037545/2012-80 - Exposição de Motivos 451 2018 MCTIC (0837119)
 53900.016795/2015-85 - Exposição de Motivos 339 2018 MCTIC (0733769)
 53000.022735/2012-01 - Exposição de Motivos 344 2018 MCTIC (0732889)
 53900.043275/2015-45 - Exposição de Motivos 336 2018 MCTIC (0732952)
 53900.046475/2015-50 - Exposição de Motivos 350 2018 MCTIC (0732843)
 53900.046725/2015-51 - Exposição de Motivos 351 2018 MCTIC (0732784)
 53900.047355/2015-70 - Exposição de Motivos 275 2018 MCTIC (0703173)
 53900.016805/2015-82 - Exposição de Motivos 294 2018 MCTIC (0702222)
 53000.022715/2012-21 - Exposição de Motivos 242 2018 MCTIC (0677098)
 53000.048845/2013-75 - Exposição de Motivos 265 2018 MCTIC (0677186)
 53000.041395/2012-17 - Exposição de Motivos 252 2018 MCTIC (0677222)
 53900.046555/2015-13 - Exposição de Motivos 210 2018 MCTIC (0676692)

 53000.052465/2011-73 - Exposição de Motivos 250 2018 MCTIC (0676561)
 53900.038365/2016-03 - Exposição de Motivos 239 2018 MCTIC (0676488)
 53000.007685/2014-95 - Exposição de Motivos 208 2018 MCTIC (0673503)
 53900.047995/2015-80 - Exposição de Motivos 219 2018 MCTIC (0672423)
 53770.000815/2002-12 - Exposição de Motivos 129 2018 MCTIC (0569306)
 53000.038735/2007-57 - Exposição de Motivos 897 2017 MCTIC (0347655)
 53830.001345/1997-80 - Exposição de Motivos 49 2018 MCTIC (0481248)
 53900.029945/2015-11 - Exposição de Motivos 152 2018 MCTIC (0585829)

53000.051425/2012-95 - Exposição de Motivos 162 2018 MCTIC (0583804)
 53000.058135/2011-91 - Exposição de Motivos 79 2018 MCTIC (0527723)
 53000.056215/2011-11 - Exposição de Motivos 78 2018 MCTIC (0527689)
 53000.045645/2013-61 - Exposição de Motivos 69 2018 MCTIC (0521418)
 53000.052005/2013-15 - Exposição de Motivos 67 2018 MCTIC (0521819)
 53000.021295/2013-47 - Exposição de Motivos 74 2018 MCTIC (0521936)
 53900.029902/2015-35 --- Exposição de Motivos 360 2018 MCTIC (0765180)
 53900.016132/2016-41--- Exposição de Motivos 373 2018 MCTIC (0764577)
 53900.038342/2016-91--- Exposição de Motivos 321 2018 MCTIC (0733707)
 53900.046422/2015-39---Exposição de Motivos 335 2018 MCTIC (0732876)
 53900.048812/2015-43---Exposição de Motivos 279 2018 MCTIC (0703215)
 53000.020902/2012-71--- Exposição de Motivos 312 2018 MCTIC (0702864)
 53900.049962/2015-74---Exposição de Motivos 293 2018 MCTIC (0702170)
 53900.002972/2015-46---Exposição de Motivos 263 2018 MCTIC (0676991)
 53000.067112/2011-78--- Exposição de Motivos 171 2018 MCTIC (0676181)
 53900.016392/2015-36--- Exposição de Motivos 261 2018 MCTIC (0674459)
 53000.005022/2011-93---Exposição de Motivos 267 2018 MCTIC (0673261)
 53000.015432/2013-12-- Exposição de Motivos 159 2018 MCTIC (0584416)
 53000.054912/2010-48--- Exposição de Motivos 128 2018 MCTIC (0568453)
 53900.047532/2016-07--- Exposição de Motivos 104 2018 MCTIC (0553386)
 53000.006952/2013-26 --- Exposição de Motivos 91 2018 MCTIC (0523452)
 53900.029912/2015-71--- Exposição de Motivos 101 2018 MCTIC (0523442)
 53000.044722/2011-01 --- Exposição de Motivos 34 2018 MCTIC (0483504)
 53000.057872/2010-96 --- Exposição de Motivos 43 2018 MCTIC (0483044)
 53000.014702/2012-89-- Exposição de Motivos 19 2018 MCTIC (0482374)
 53000.008922/2012-73 --- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)
 53900.000192/2016-42 --- Exposição de Motivos 1089 2017 MCTIC (0383189)
 53900.023982/2016-04--- Exposição de Motivos 1083 2017 MCTIC (0382822)
 53900.000562/2016-41--- Exposição de Motivos 1070 2017 MCTIC (0382537)
 53900.041642/2015-76--- Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)
 53000.015612/2013-96--Exposição de Motivos 942 2017 MCTIC (0373644)
 53900.021042/2014-19-- Exposição de Motivos 927 2017 MCTIC (0372132)
 53000.060442/2012-13-- Exposição de Motivos 751 2017 MCTIC (0322432)
 53000.011502/2010-11---Exposição de Motivos 1033 2017 MCTIC (0360901)
 53000.051422/2012-51--- Exposição de Motivos 940 2017 MCTIC (0357320)
 53000.029232/2008-71--- Exposição de Motivos 953 2017 MCTIC (0357667)
 53000.006812/2013-58--- Exposição de Motivos 868 2017 MCTIC (0346340)
 53000.023322/2012-35 --- Exposição de Motivos 896 2017 MCTIC (0332521)
 53000.056642/2012-71 --- Exposição de Motivos 889 2017 MCTIC (0332520)
 53000.056242/2011-85 --- Exposição de Motivos 920 2017 MCTIC (0332584)
 53900.048912/2015-70--- Exposição de Motivos 863 2017 MCTIC (0332177)
 53900.017272/2015-56--- Exposição de Motivos 857 2017 MCTIC (0332254)
 53000.060392/2012-74--- Exposição de Motivos 917 2017 MCTIC (0332282)
 53900.016742/2015-64 ---Exposição de Motivos 900 2017 MCTIC (0332352)
 53000.056222/2011-12 --- Exposição de Motivos 827 2017 MCTIC (0328735)
 53900.021662/2014-40 --- Exposição de Motivos 814 2017 MCTIC (0328021)
 53000.017052/2013-12 --- Exposição de Motivos 790 2017 MCTIC (0327424)
 53000.048422/2012-74 --- Exposição de Motivos 748 2017 MCTIC (0322342)
 53900.011242/2014-55--- Exposição de Motivos 776 2017 MCTIC (0324174)
 53000.070982/2013-96--- Exposição de Motivos 764 2017 MCTIC (0323771)
 53000.040872/2012-19 --- Exposição de Motivos 603 2017 MCTIC (0323236)
 53000.031922/2012-77 --- Exposição de Motivos 588 2017 MCTIC (0322848)
 53000.051842/2012-38 --- Exposição de Motivos 752 2017 MCTIC (0322408)
 53000.022892/2010-46 --- Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)
 53000.018882/2009-72--- Exposição de Motivos 118 2017 MCTIC (0231073)
 53900.006082/2014-22 --- Exposição de Motivos 536 2017 MCTIC (0278162)
 53900.041862/2015-08 --- Exposição de Motivos 544 2017 MCTIC (0278209)
 53000.036682/2009-00 --- Exposição de Motivos 402 2017 MCTIC (0267749)

53900.014792/2015-15 --- Exposição de Motivos 335 2017 MCTIC (0263492)
 53000.037302/2011-61 --- Exposição de Motivos 162 2017 MCTIC (0271003)
 53900.053112/2015-71 --- Exposição de Motivos 545 2017 MCTIC (0272216)
 53000.045952/2013-41--- Exposição de Motivos 522 2017 MCTIC (0272270)
 53000.066832/2013-88--- Exposição de Motivos 442 2017 MCTIC (0272322)
 53000.063555/2012-71 - Exposição de Motivos 54 2018 MCTIC (0481638)
 53000.046795/2012-19 - Exposição de Motivos 190 2017 MCTIC (0261645)
 53000.058765/2011-66 - Exposição de Motivos 1057 2017 MCTIC (0382267)
 53900.008065/2014-20 - Exposição de Motivos 937 2017 (0375377)
 53900.039625/2015-79 - Exposição de Motivos 985 2017 MCTIC (0374398)
 53900.020155/2014-99 - Exposição de Motivos 948 2017 MCTIC (0357187)
 53000.012365/2011-12 - Exposição de Motivos 967 2017 MCTIC (0357812)
 53000.007145/2014-10 - Exposição de Motivos 956 2017 MCTIC (0357836)
 53900.010415/2014-18 - Exposição de Motivos 851 2017 MCTIC (0346015)
 53900.039805/2015-51 - Exposição de Motivos 848 2017 MCTIC (0345696)
 53000.045475/2012-33 - Exposição de Motivos 779 2017 MCTIC (0344590)
 53000.039925/2013-30 - Exposição de Motivos 778 2017 MCTIC (0344502)
 53000.051845/2012-71 - Exposição de Motivos 771 2017 MCTIC (0344002)
 53000.057995/2011-16 - Exposição de Motivos 757 2017 MCTIC (0343747)
 53900.022295/2014-00 - Exposição de Motivos 874 2017 MCTIC (0332417)
 53900.020495/2014-10 - Exposição de Motivos 875 2017 MCTIC (0332519)
 53900.047605/2015-71 - Exposição de Motivos 878 2017 MCTIC (0332063)
 53900.039875/2015-17 - Exposição de Motivos 883 2017 MCTIC (0332121)
 53900.015655/2015-90 - Exposição de Motivos 858 2017 MCTIC (0332268)
 53000.055775/2011-40 - Exposição de Motivos 935 2017 MCTIC (0373424)
 53000.055825/2012-70 - Exposição de Motivos 860 2017 MCTIC (0332278)
 53900.022015/2014-55 - Exposição de Motivos 835 2017 MCTIC (0328817)
 53000.064515/2012-46 - Exposição de Motivos 834 2017 MCTIC (0328847)
 53000.070695/2013-86 - Exposição de Motivos 815 2017 MCTIC (0327243)
 53000.055765/2011-12 - Exposição de Motivos 702 2017 MCTIC (0324652)
 53000.057355/2011-06 - Exposição de Motivos 705 2017 MCTIC (0324368)
 53000.048725/2012-97 - Exposição de Motivos 753 2017 MCTIC (0323955)
 53000.015825/2013-18 - Exposição de Motivos 589 2017 MCTIC (0322898)
 53000.059475/2011-30 - Exposição de Motivos 731 2017 MCTIC (0321623)
 53000.064145/2012-47 - Exposição de Motivos 740 2017 MCTIC (0322061)
 53900.009135/2014-67 - Exposição de Motivos 112 2017 MCTIC (0230996)
 53900.015755/2015-16 - Exposição de Motivos 400 2017 MCTIC (0280641)
 53000.050945/2013-61 - Exposição de Motivos 419 2017 MCTIC (0270317)
 53000.053915/2012-26 - Exposição de Motivos 501 2017 MCTIC (0272379)
 53900.003595/2014-81 - Exposição de Motivos 519 2017 MCTIC (0272693)
 53900.017335/2015-74 - Exposição de Motivos 516 2017 MCTIC (0273391)
 53900.000545/2014-42 - Exposição de Motivos 552 2017 MCTIC (0275044)
 53000.070495/2013-23 - Exposição de Motivos 632 2017 MCTIC (0303371)
 53000.054475/2012-24 - Exposição de Motivos 619 2017 MCTIC (0303142)
 53000.058115/2011-11 - Exposição de Motivos 602 2017 MCTIC (0302035)

 53000.051605/2012-77 - Exposição de Motivos 574 2017 MCTIC (0301664)
 53900.004565/2015-73 - Exposição de Motivos 672 2017 MCTIC (0310140)
 53900.009305/2015-94 - Exposição de Motivos 709 2017 MCTIC (0312245)
 53900.041855/2015-06 - Exposição de Motivos 698 2017 MCTIC (0312028)
 53900.017158/2015-26 - Exposição de Motivos 728 2017 MCTIC (0320616)
 53000.052558/2013-60 - Exposição de Motivos 700 2017 MCTIC (0312114)
 53900.022938/2014-15 - Exposição de Motivos 710 2017 MCTIC (0312092)
 53000.051498/2012-87 - Exposição de Motivos 701 2017 MCTIC (0312010)
 53900.046568/2015-84 - Exposição de Motivos 690 2017 MCTIC (0311614)
 53900.017348/2015-43 - Exposição de Motivos 685 2017 MCTIC (0311402)
 53900.034358/2015-43 - Exposição de Motivos 680 2017 MCTIC (0311569)
 53900.021498/2014-71 - Exposição de Motivos 649 2017 MCTIC (0308562)

53000.015818/2013-16 - Exposição de Motivos 635 2017 MCTIC (0303453)
 53000.028888/2013-34 - Exposição de Motivos 626 2017 MCTIC (0302470)
 53900.006868/2014-40 - Exposição de Motivos 531 2017 MCTIC (0287103)
 53000.056228/2011-81 - Exposição de Motivos 351 2017 MCTIC (0282457)
 53000.045558/2013-11 - Exposição de Motivos 344 2017 MCTIC (0281816)
 53900.034498/2015-11 - Exposição de Motivos 614 2017 MCTIC (0302510)
 53000.021788/2012-04 - Exposição de Motivos 625 2017 MCTIC (0303306)
 53000.007888/2014-81 - Exposição de Motivos 607 2017 MCTIC (0302122)
 53900.017538/2015-61 - Exposição de Motivos 613 2017 MCTIC (0302147)
 53000.019859/2008-14 - Exposição de Motivos 693 2017 MCTIC (0323820)
 53900.012819/2015-27 - Exposição de Motivos 768 2017 MCTIC (0323907)
 53000.069249/2013-29 - Exposição de Motivos 575 2017 MCTIC (0322572)
 53000.016939/2012-02 - Exposição de Motivos 692 2017 MCTIC (0323885)
 53000.027549/2013-31 - Exposição de Motivos 743 2017 MCTIC (0322220)
 53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)
 53000.058095/2011-88 - Exposição de Motivos 931 2017 MCTIC (0372086)
 53000.006805/2014-37 - Exposição de Motivos 914 2017 MCTIC (0372036)
 53900.020685/2014-37 - Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)
 53900.039515/2015-15 - Exposição de Motivos 784 2017 MCTIC (0327057)
 53000.026025/2011-61 - Exposição de Motivos 636 2017 MCTIC (0324062)
 53000.048665/2012-11 - Exposição de Motivos 399 2017 MCTIC (0281062)
 53000.062335/2013-19 - Exposição de Motivos 578 2017 MCTIC (0322838)
 53900.017345/2015-18 - Exposição de Motivos 747 2017 MCTIC (0322580)
 53000.022892/2010-46--Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)
 53900.041642/2015-76--Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)
 53000.008922/2012-73-- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)
 53900.018692/2014-79---Exposição de Motivos 439 2017 MCTIC (0272696)
 53900.012702/2014-62---Exposição de Motivos 518 2017 MCTIC (0272813)
 53000.055772/2011-14---Exposição de Motivos 456 2017 MCTIC (0274060)
 53000.057442/2011-55---Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)
 53000.057442/2011-55--- Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)
 53000.050492/2011-10 --- Exposição de Motivos 354 2017 MCTIC (0286002)
 53000.031942/2012-48--- Exposição de Motivos 505 2017 MCTIC (0281319)
 53000.006882/2013-14--- Exposição de Motivos 359 2017 MCTIC (0281002)
 53000.059292/2011-14--- Exposição de Motivos 641 2017 MCTIC (0303329)
 53000.046522/2013-47--- Exposição de Motivos 584 2017 MCTIC (0302242)
 53000.057352/2011-64---Exposição de Motivos 592 2017 MCTIC (0302001)
 53900.017332/2015-31---Exposição de Motivos 683 2017 MCTIC (0311579)
 53000.047332/2013-47---Exposição de Motivos 556 2017 MCTIC (0273358)
 53000.025272/2013-10--- Exposição de Motivos 493 2017 MCTIC (0276074)
 53900.016802/2015-49--- Exposição de Motivos 486 2017 MCTIC (0276232)
 53000.045172/2012-11--- Exposição de Motivos 482 2017 MCTIC (0276766)
 53000.056212/2011-79---Exposição de Motivos 645 2017 MCTIC (0304134)
 53000.015822/2013-84---Exposição de Motivos 642 2017 MCTIC (0304152)
 53900.050622/2015-96---Exposição de Motivos 669 2017 MCTIC (0309897)
 53900.047842/2015-32---Exposição de Motivos 666 2017 MCTIC (0309708)
 53900.022882/2014-91--- Exposição de Motivos 706 2017 MCTIC (0312058)
 53000.053259/2013-42---Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)
 53000.053259/2013-42--- Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)
 53900.007299/2015-31--- Exposição de Motivos 511 2017 MCTIC (0273366)
 53000.031939/2012-24--- Exposição de Motivos 520 2017 MCTIC (0273156)
 53000.015189/2014-13--- Exposição de Motivos 452 2017 MCTIC (0272529)
 53900.039779/2015-61--- Exposição de Motivos 298 2017 MCTIC (0263419)
 53000.021819/2010-57--- Exposição de Motivos 343 2017 MCTIC (0280272)
 53000.048009/2013-91---Exposição de Motivos 395 2017 MCTIC (0280047)
 53900.006559/2014-70---Exposição de Motivos 117 2017 MCTIC (0231079)
 53000.008099/2010-34--- Exposição de Motivos 119 2017 MCTIC (0231064)
 53900.020685/2014-37--- Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)

Att,

Luciana Silveira Teixeira

Assessora

Subchefia para Assuntos Jurídicos

Casa Civil – Presidência da República

(61) 3411-3426

luciana.teixeira@presidencia.gov.br

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.056621/2011-75.**

Entidade: **Associação Comunitária Seabrense de Comunicação (ASCOM).**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos.**

1. Considerando a devolução do processo pela Casa Civil da Presidência da República, para reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, bem como a adequação às novas diretrizes governamentais, encaminho a minuta da Exposição de Motivos atualizada, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vianna de Fatima Ayarenha Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 02/07/2019, às 10:53 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinicius de Azevedo, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 03/07/2019, às 11:01 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elias Carlos Gomes Gurle, Amara Secretário de Radiodifusão**, em 05/07/2019, às 18:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3332** e o código CRC **A6A23C1**.

Minutas e Anexos

MINUTA
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.056621/2011-75, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Seabrense de Comunicação (ASCOM), inscrita no CNPJ nº 02.448.633/0001-92, explore pelo prazo de dez anos a partir de 26 de outubro de 2011, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Seabra, estado da Bahia, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 181/2016/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.

3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC nº 1003/2016 de 09 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 03 de junho de 2016.

4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Re[er] ncia[ro] processo nº 53000.056621/2011-75

SEI nº 4333424

Brasília, 26 de Setembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.056621/2011-75, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Seabrense de Comunicação (ASCOM), inscrita no CNPJ nº 02.448.633/0001-92, explore pelo prazo de dez anos a partir de 26 de outubro de 2011, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Seabra, estado da Bahia, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 181/2016/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC nº 1003/2016 de 09 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 03 de junho de 2016.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 35396/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.056621/2011-75.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 26/09/2019, às 20:02 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4674403** e o código CRC **66AEAF0F**.